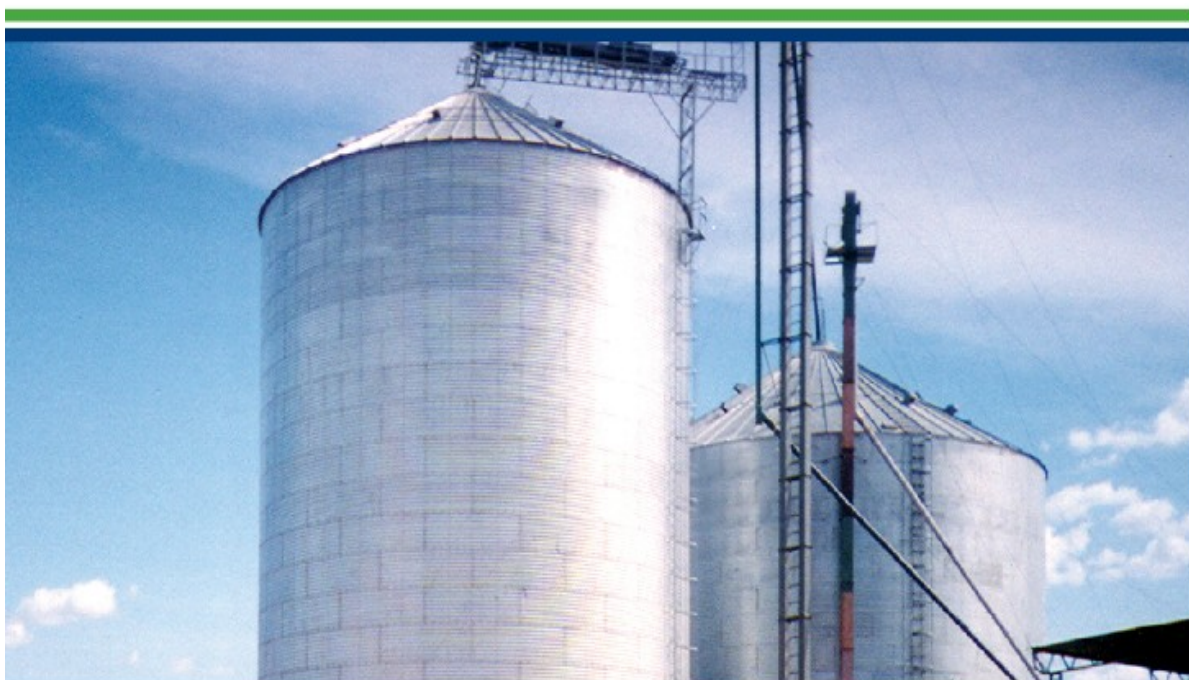




Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 2012

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

JOSÉ ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO

Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD

JOSÉ CARLOS VAZ

Presidente

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

EDILSON GUIMARÃES

JOSÉ GERARDO FONTELLES

CARLOS CARBONI

Membros

CONSELHO FISCAL – CONFIS

FRANCISCO WAYNE MOREIRA

GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO

RENATA LIMA DE CARVALHO

Membros

Diretoria Colegiada

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Diretor Administrativo

JOÃO CARLOS BONA GARCIA

Diretor Financeiro

MARCELO DE ARAÚJO MELO

Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO

Diretor de Política Agrícola e Informações

Superintendência de Orçamento e Avaliação

RAFAEL FERREIRA FONTES

Superintendente

HAMILTON QUINTINO FERREIRA

Assistente

MÁRCIA TEIXEIRA DA SILVA

Gerência de Avaliação de Resultados - Geare

EDMAR JOSÉ TOSTA

JOSÉ PEREIRA ROCHA

JORACY MENDES LIMA DOS REIS

MÁRCIA TEIXEIRA DA SILVA

MARIA DE LOURDES MARINO

Elaboração

Betti Isabel Borgmann

Apoio-Capa

supor@conab.gov.br

Fones: (061) 3312-6286 / 6272 / 6257

Fax (061) 3225-0451

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 108/2010, da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Porto Alegre, 2012

Sumário

Apresentação.....	9
1. Informações Básicas.....	10
1.1 – Informações gerais sobre a UJ.....	10
1.1.2 – Estrutura Organizacional.....	12
1.1.3 – Estrutura de Governança Corporativa.....	12
1.1.4 – Principais responsáveis.....	13
1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos.....	14
1.2.1 – Planejamento Estratégico.....	14
1.2.2 – Breve análise dos principais macroprocessos.....	16
1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação de Renda.....	16
1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento.....	17
1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento.....	18
1.2.2.4 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros.....	19
1.2.2.5 – Macroprocesso de Prestação de Serviços.....	20
1.2.2.6 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.....	20
1.2.2.7 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos.....	21
2. Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão.....	22
2.1 – Análise sobre o ambiente de Gestão.....	22
2.2 – Análise sobre o ambiente de Negócios.....	22
3. Sustentação de Renda.....	23
3.1 – Conjuntura dos principais produtos amparados pela PGPM.....	23
3.2 – Intervenções Governamentais.....	23
3.2.1 – Formação de Estoques Públicos.....	26
3.2.1.1 – Programa de Aquisição de Alimentos.....	26
3.2.1.2 – Aquisição do Governo Federal – AGF.....	30
3.2.1.3 – Contrato Público de Opção de Venda.....	31
3.2.1.4 – Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção.....	33
4. Promoção do Abastecimento.....	33
4.1 – Atuação da Companhia.....	33
4.1.1 – Alienação dos Estoques da PGPM.....	34
4.1.1.2 – Vendas em Balcão.....	34
4.2 – Apoio à Comercialização com Subvenção.....	35
4.3 – Doação de Produtos Alimentícios.....	36
4.4 – Principais Indicadores de Desempenho.....	39
5. Prestação de Serviços.....	39
5.1 – Estoques de Terceiros.....	39
5.2 – Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros.....	41
5.3 – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem.....	42
5.4 – Serviços de Classificação de Produtos para Terceiros.....	44
6. Administração de Estoques Públicos.....	45
6.1 – Rede Armazenadora Própria.....	45
6.1.1 – Estoques Depositados nas Unidades Próprias.....	46
6.1.2 – Estoques Públicos Depositados nas Unidades de Terceiros.....	48
6.1.3 – Capacidade Estática de Armazenagem.....	49
6.1.4 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador.....	50
6.2 – Atividade de Fiscalização.....	51
6.2.1 – Quadro de Fiscais lotados na Sureg/RS.....	51
6.2.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos.....	51
6.2.2.1 – Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos.....	52
6.2.2.2 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns.....	53
6.2.3 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda.....	54
6.3 – Atividade de Movimentação de Estoques.....	54
6.4 – Principais Indicadores de Desempenho.....	59

7. Geração e Difusão de Informações.....	62
7.1 – Levantamento de Safras.....	62
7.2 – Levantamento de Preços de Produtos Agropecuários.....	64
7.3 - Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos.....	65
8. Gestão de Pessoas.....	65
8.1 – Alocação de Empregados.....	65
8.2 – Comunicação Interna.....	66
8.3 – Melhoria do Clima Organizacional.....	66
8.4 – Capacitação de Pessoal.....	67
8.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo.....	70
8.5.1 – Admissões, Demissões e Transferências.....	74
8.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria.....	74
8.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal.....	75
8.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários.....	75
8.5.5 – Custos de Pessoal.....	75
8.5.6 – Mão de Obra Terceirizada.....	77
8.5.7 – Principais Indicadores Gerenciais.....	77
9. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil.....	78
9.1 – Análise da Execução Orçamentária.....	78
9.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar.....	86
9.2.1 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	86
9.2.1.1 – Análise Crítica.....	87
9.3 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei nº 6.404/76.....	87
9.4 – Composição dos Investimentos da Empresa.....	106
9.5 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	107
9.6 – Parecer da Auditoria Independente.....	108
10. Governança e Controles.....	111
10.1 – Informações sobre o Controle Interno.....	111
10.2 – Providências adotadas para atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo.....	112
10.2.1 – TCU.....	112
10.2.2 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna.....	114

Lista de Quadros

Quadro I – Identificação da Unidade.....	10
Quadro II – Aquisições por meio da CDAF.....	29
Quadro III – Aquisições por meio da CPR-Estoque.....	30
Quadro IV – Aquisições por meio da CPR-Doação.....	30
Quadro V – Demonstrativo das Aquisições de Produtos.....	31
Quadro VI – Demonstrativo das Aquisições de Sacaria.....	31
Quadro VII – Demonstrativo da Venda de Contratos de Opção.....	31
Quadro VIII – Demonstrativo das Operações de Recompra dos Contratos de Opção de Venda de Arroz.....	32
Quadro IX – Demonstrativo das Operações de Repasse dos Contratos de Opção de Venda de Arroz	32
Quadro X – Demonstrativo de Vendas em Balcão de Milho no Rio Grande do Sul	34
Quadro XI – Demonstrativo de Comercialização pelo PEP	35
Quadro XII – Demonstrativo de Comercialização pelo PEPRO	36
Quadro XIII – Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MDS	37
Quadro XIV – Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MI	37
Quadro XV – Ajuda Humanitária Internacional – Países beneficiados em 2011	38
Quadro XVI – Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios	38
Quadro XVII – Estoques de Terceiros Armazenados Em Unidades Próprias no RS	40
Quadro XVIII – Demonstrativo do Resultado do Exercícios	43
Quadro XIX – Receita de Armazenagem de Terceiros	43
Quadro XX – Estoque Médio Armazenado	44
Quadro XXI – Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	45
Quadro XXII – Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria	45
Quadro XXIII – Cronograma de Investimentos para Certificação das Unidades Armazenadoras	46
Quadro XXIV – Certificação das Unidades Armazenadoras Próprias – Diagnóstico – Previsão 2014	46
Quadro XXV – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	47
Quadro XXVI – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias – Outros Produtos	47
Quadro XXVII – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades de Terceiros – produtos alimentícios	48
Quadro XXVIII – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades de Terceiros – outros produtos	48
Quadro XXIX – Relação Capacidade Estática – Produção de Grãos	49
Quadro XXX – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques	52
Quadro XXXI – Demonstrativo de Perdas Qualitativas e Quantitativas dos Estoques Públicos	53
Quadro XXXII – Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras.....	53
Quadro XXXIII – Demonstrativo das Remoções Contratadas	58
Quadro XXXIV – Demonstrativo de Contratação de Remoção de produtos do MDS.....	58
Quadro XXXV – Demonstrativo da Área Plantada, Produtividade e Produção Agrícola no RS	64
Quadro XXXVI – Treinamento por Área de Conhecimento	68
Quadro XXXVII – Indicadores de Capacitação	68
Quadro XXXVIII – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional na Sureg/RS...71	
Quadro XXXIX – Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual apurada em 31/12/2011.....	72
Quadro XL – Demonstrativo por Nível de Enquadramento.....	73
Quadro XLI – Demonstrativo por Nível de Escolaridade.....	73

Quadro XLII – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ	74
Quadro XLIII – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	74
Quadro XLIV – Composição do Quadro de Estagiários	75
Quadro XLV – Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009,2010 e 2011.....	76
Quadro XLVI – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva	77
Quadro XLVII – Identificação das Unidades Orçamentárias	78
Quadro XLVIII – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	79
Quadro XLIX – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	80
Quadro L – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	81
Quadro LI – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	81
Quadro LII – Execução Física e Orçamentária das Ações realizadas pela Sureg/RS	82

Lista de Figuras

Figura I – Mapa Estratégico Corporativo	15
Figura II – Macroprocesso de Sustentação da Renda.....	17
Figura III – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento.....	18
Figura IV – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento.....	19
Figura V – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros.....	19
Figura VI – Macroprocesso de Prestação de Serviços.....	20
Figura VII – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.....	21
Figura VIII – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento.....	22
Figura IX – Evolução dos Preços Recebidos pelos Produtores X Preços Mínimos.....	24
Figura X – Evolução dos Preços Recebidos pelos Produtores X Preços Mínimos – Região Sul.....	25
Figura XI – Evolução dos Recursos Aplicados pela Sureg/RS.....	28
Figura XII – Evolução da Aplicação dos Recursos, por Região Geográfica.....	29
Figura XIII – Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade.....	40
Figura XIV – Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros.....	42
Figura XV – Evolução do Índice de Ocupação.....	44
Figura XVI - Mapa de Distribuição dos Armazéns no RS.....	50
Figura XVII – Remoções, por Vínculo do Produto.....	55
Figura XVIII – Remoções, Motivo Gerador.....	56
Figura XIX – Remoções por Produto.....	57
Figura XX – Evolução do Número de Empregados.....	72

Apresentação

O Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB do Rio Grande do Sul, ao Tribunal de Contas da União – TCU, referente ao exercício fiscal de 2011, foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações da Controladoria Geral da União contidas na NE nº 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU nº 2.546 de 27 de dezembro de 2010.

A estrutura do presente relatório procura atender os temas relacionados no Anexo II – Parte D da DN TCU nº 108, cabíveis às Superintendências Regionais da Conab.

Destes, não foram atendidos de forma integral os itens 3.3, 4.3, 5.3, 6.4, 7.4 e 11.5.10, que tratam dos Indicadores de Desempenho, visto que estão em fase de criação e análise pelas diversas áreas da Matriz, e, se aprovados, deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade, e se julgados necessários e suficientes, serão estendidos para as Regionais.

Também não foram atendidos os itens 5 e sub-itens 5.1 – Prohort e 5.2 – REFAP, cujas atividades não são desenvolvidas nesta unidade, os itens 6.2 – Leilões Públicos de Produtos de Terceiros e 7.2.4 – Serviços de Cobrança e Recebimento, por serem de responsabilidade da Matriz, os itens 8 – Gestão da Tecnologia da Informação, 10.3 – Prohort, 10.4 – Geosafas, 10.5 – SIGABRASIL, cuja gestão é de competência da Matriz, o item 9 – Gestão Estratégica, pela dependência de gestões da Matriz para sua implantação, e os itens 11.6 – CIBRIUS, 12.3 – Transferência Recebidas e Realizadas no período e 12.4 – Transferência mediante convênios, também de competência da Matriz e 13.2.2 – CGU por não haver ocorrências.

As principais atividades desenvolvidas no exercício estão inseridas nas diversas ações que compõem os Programas do Governo inscritas no PPA 2008-2011 e nos Planos internos da Conab, principalmente aquelas relacionadas à Política de Garantia de Preços Mínimos, com a ocorrência de diversas operações de sustentação dos preços mínimos ao produtor rural de arroz e trigo, como AGF, Contrato de Opção de Venda, leilões de PEP, de Peppo e de Recompra ou Repasse de Contratos de Opção de Venda. Também se destacam as ações de apoio ao Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

Destacamos ainda as ações de atendimento no socorro a populações em calamidade pública, decorrentes de planos de trabalho ajustados com o Ministério da Integração Nacional/Secretaria Nacional de Defesa Civil, das ações conveniadas com o Ministério do Desenvolvimento Social e com o Ministério de Desenvolvimento Agrário para atendimento ao seu público alvo e as ações de Ajuda Humanitária Internacional coordenadas pelo Ministério das Relações Exteriores/Palácio do Itamaraty.

A gama de operações desenvolvidas aliadas as demais atividades finalísticas e administrativas, demonstraram a fragilidade da empresa quanto ao número de colaboradores necessários para atendimento das diversas ações demandadas no mesmo espaço de tempo, a necessidade de implementação de sistemas integrados para as áreas operacionais e contábil/financeira, a atualização e racionalização dos diversos normativos que regem as operações vinculadas a PGPM, a precariedade de equipamentos de informática e acesso na rede de computadores da Matriz, além das instalações e do ambiente de trabalho na Sede da Superintendência.

De forma sucinta, este Relatório procura enfocar o detalhamento das atividades e todo o esforço desenvolvido pela Sureg/RS para cumprir sua missão institucional que é “**contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento**”.

Glauto Lisboa Melo Júnior

Superintendência Regional do Rio Grande do Sul
Superintendente

1 – Informações Básicas

1.1 – Informações Gerais sobre a UJ

1.1.1. - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro I - Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação			
Poder:Executivo			
Órgão de Vinculação: MAPA		Código SIORG: 14	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul			
Denominação abreviada: SUREG/RS			
Código SIORG: 87129	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 135315
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(51) 3326.6400	(51) 3326.6464	
Endereço Eletrônico: rs.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal:Rua Quintino Bocaiúva,57 - Bairro Floresta/ POA-RS CEP: 90.440-051			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Companhia Nacional de Abastecimento-Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. Teve seu Estatuto Social (1ª versão) aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, publicado no DOU em 31/12/1990. Iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1991. O Estatuto Social da Companhia encontra-se em sua 9ª Versão, tendo sido alterado pelos seguintes decretos: 2ª Versão – Decreto 369, de 19/12/1991, publicado no DOU em 20/12/1991; 3ª Versão – Decreto s/nº, de 03/07/1995, publicado no DOU em 04/07/1995, 4ª Versão – Decreto 1.816, de 09/02/1996, publicado no DOU em 09/02/1996; 5ª Versão – Decreto s/nº, de 19/12/1996, publicado no DOU em 20/12/1996; 6ª Versão – Decreto 2.390, de 19/11/1997, publicado no DOU em 21/11/1997; 7ª Versão – Decreto 3.336, de 13/01/2000, publicado no DOU em 14/01/2000; 8ª versão – Decreto 4.514, de 13/12/2002, publicado no DOU em 16/12/2002; 9ª Versão – Decreto 6.407, de 24/03/2008, publicado no DOU em 25/03/2008.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000 Decreto nº 3.855, de 03 de julho de 2001			

Estatuto Social, Regimento Interno, Processos Internos	
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
Manual de Operações da Conab – MOC Normas de Organização - NOC Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
135318	UF – Augusto A Leitoão
135319	AF – Porto Alegre
135322	UA – Porto Alegre
135316	Unid. Estoque Estratégico/RS
135317	Núcleo Estoque Regulador/RS PGPM
135556	Unidade Conab PAA Rio Grande do Sul
135442	Mercado de Opções/RS
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135318	22211
135319	22211
135322	22211
135316	22211
135317	22211
135556	22211
135442	22211

Código da UJ titular do relatório: 259 Sureg - RS

Códigos das UJs abrangidas: Não consolida outras unidades

Situação da unidade quanto ao funcionamento: Em Funcionamento

Função de governo predominante: 20 -Agricultura

Tipo de atividade: Abastecimento Agroalimentar

Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI

Subórgão	UG	Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
2221	135315	Conab Sede Sureg Rio G. Do Sul	RS	Executora	ON LINE
2221	135318	UF-Augusto A. Leitão	RS	Executora	OFF LINE
2221	135319	AF-Porto Alegre	RS	Executora	OFF LINE
2221	135322	UA-Porto Alegre	RS	Executora	OFF LINE
2227	135316	Unid. Estoque Estratégico/RS	RS	Executora	OFF LINE
2228	135317	Núcleo Estoque Regulador/ RS PGPM	RS	Executora	OFF LINE
2242	135556	Unidade Conab PAA Rio Grande do Sul	RS	Executora	OFF LINE
2234	135442	Mercado de Opções RS	RS	Executora	OFF LINE

1.1.2 – Estrutura Organizacional

A Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – Sureg/RS é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05, de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 62.^a Reunião Ordinária, ocorrida em 8/5/1998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Art. 15, Inciso VIII, do Estatuto Social da Companhia, e considerando os Arts. 11, §1º e Art. 18 do Estatuto Social e os Arts. 52 a 70 do Regimento Interno.

Com sede em Porto Alegre, está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes **competências regimentais**:

- Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia;
- Buscar novos negócios;
- Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

A estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

1.1.3 - Estrutura de Governança Corporativa

- I – **Superintendência Regional – SUREG**
- II – **Procuradoria Regional - PRORE**
- III – **Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico - GEDES**
 - a) Setor de Desenvolvimento Empresarial - SEDEM
 - b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - SEGEO

- **IV – Gerência de Operações - GEOPE**
 - a) Setor de Operações de Estoques - SEOPE
 - b) Setor de Operações Comerciais – SECOM
 - c) Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEPAB
- **V – Gerência de Finanças e Administração - GEFAD**
 - a) Setor de Recursos Humanos - SEREH
 - b) Setor Administrativo – SETAD
 - c) Setor Contábil e Financeiro - SECOF
- **VI – Unidades Operacionais**
 - a) Unidade de Comercialização – UC
 - b) Unidade Armazenadora - UA

1.1.4 – Principais Responsáveis

SUPERINTENDENTE REGIONAL - SUREG

- Carlos Manoel Farias – Período de 01/01/2011 à 30/11/2011
- Glauto Lisboa Melo Junior – Período de 01/12/2011 à 31/12/2011

Substituto

- Glauto Lisboa Melo Junior

PROCURADORIA REGIONAL – PRORE

- Ana Cristina Moraes Warpechowski

GERENTE DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO-GEDES

- Ernesto Irgang

Substituto

- Eduardo Silveira de Freitas

GERENTE FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO – GEFAD

- Augusto Pimenta Frazão da Silva – Período de 01/01/2011 à 27/10/2011
- José Ramão Kuhn Bicca – Período de 28/10/2011 à 31/12/2011

Substituto

- José Ramão Kuhn Bicca – Período de 01/01/2011 à 27/10/2011

GERENTE DE OPERAÇÕES - GEOPE

- Gilson da Costa Pereira

Substituto

- João Carlos Duarte do Amaral

UNIDADE ARMAZENADORA DE PORTO ALEGRE – UA/POA

- James da Silva

Substituto

- Rogério Duarte

ARMAZÉM FRIGORÍFICO DE PORTO ALEGRE – AFPA

- Auri Germano Faller

Substituto

- João Derli Prates Pinheiro

ARMAZEM FRIGORÍFICO CEL.AUGUSTO ÁLVARO LEITÃO-AFCAAL

- Nilson Cleber Delcanaes Sehn

Substituto

- Andréia Foletto Pedrozo

1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos**1.2.1 – Planejamento Estratégico**

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard-BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos-alvos da Companhia.

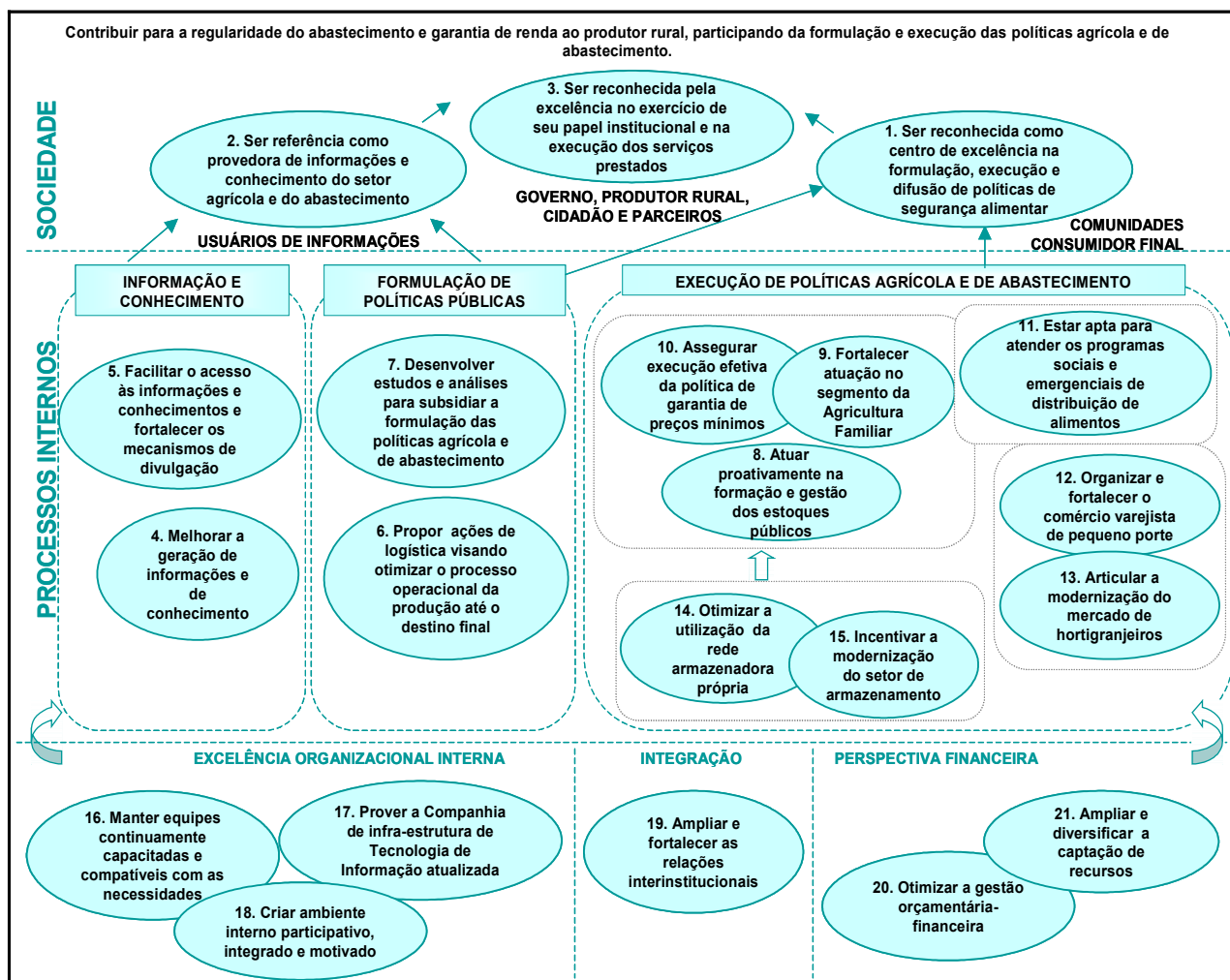
O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência

organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura I– Mapa Estratégico Corporativo



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na

condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.^a Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;

b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;

c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;

d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e

e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos

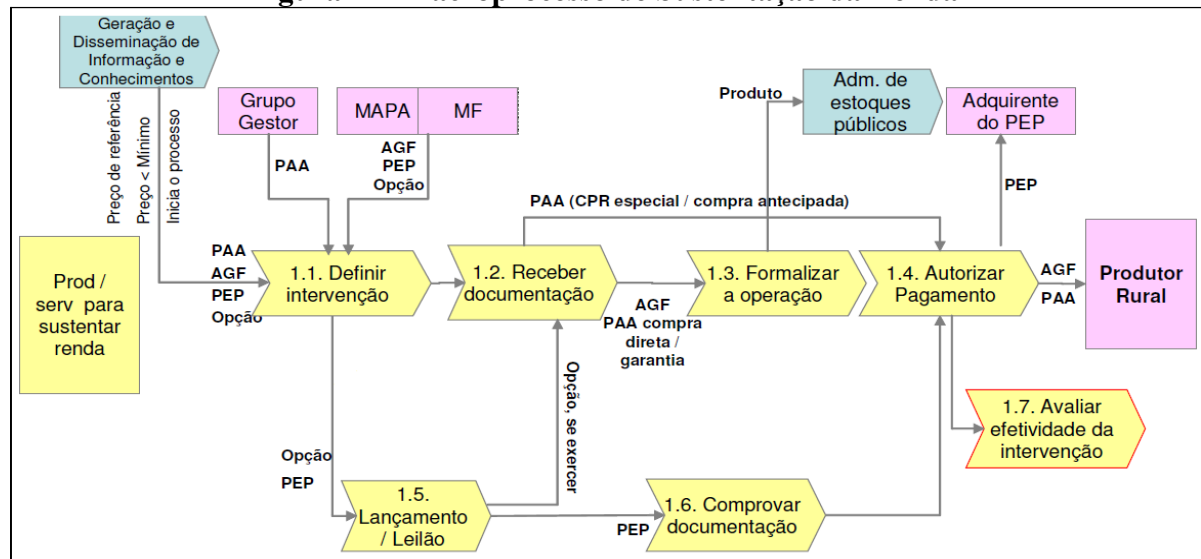
1.2.2.1 Macroprocesso de Sustentação da Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

Figura II - Macroprocesso de Sustentação da Renda



Fonte: Conab

1.2.2.2 Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio de atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com ou sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

```

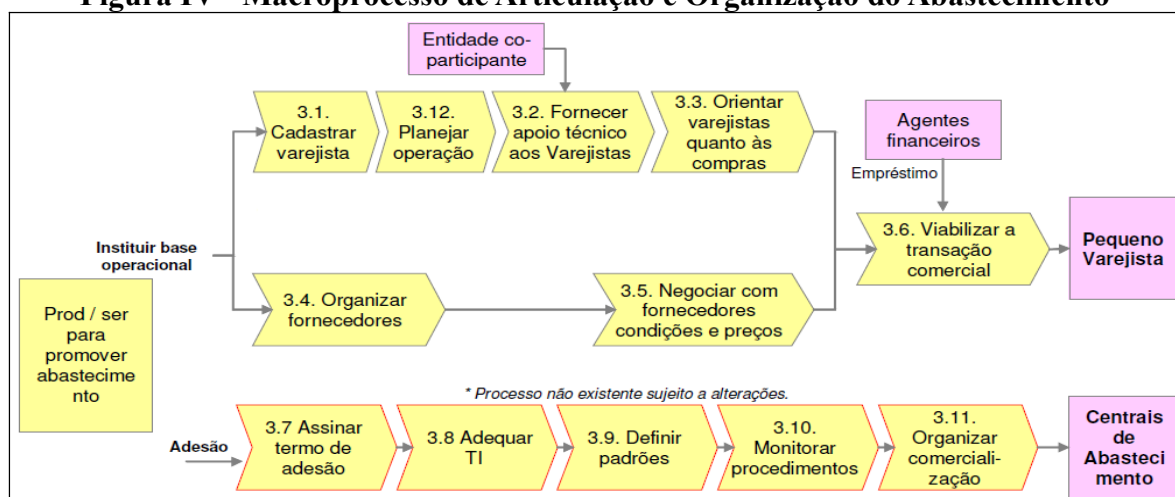
graph LR
    GDI[Geração e Disseminação de Informação e Conhecimentos] -- "PIE e abastecimento" --> VBS[V. Balcão Subvenção]
    P[Prod / ser para promover abastecimento] --> VBS
    MF[MF] --> D[Decisão]
    MDS[MDS] --> D
    MAPA[MAPA] --> D
    D --> 21[2.1. Definir intervenção]
    VBS -- "Venda c/ subvenção" --> 21
    21 -- "Venda c/ subvenção" --> 22[2.2. Lançamento / Leilão]
    22 -- "V. s/ subvenção" --> 23[2.3. Faturar]
    23 --> 24[2.4. Entregar]
    24 -- "Libera produto" --> 29[2.9. Avaliar efetividade da intervenção]
    29 --> CA[Consumidor/ Adquirente]
    21 -- "V. Balcão" --> 27[2.7. Realizar remoção  
(se necessário escoar)]
    27 --> 28[2.8. Realizar venda]
    28 --> 23
    22 -- "Subvenção" --> 25[2.5. Formalizar e/ou comprovar  
documentação de escoamento]
    25 --> 26[2.6. Autorizar o pagamento do prêmio]
    26 --> CA
  
```

1.2.2.3 Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Público-alvo: Centrais de Abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

18

Figura IV - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento



Fonte: Conab

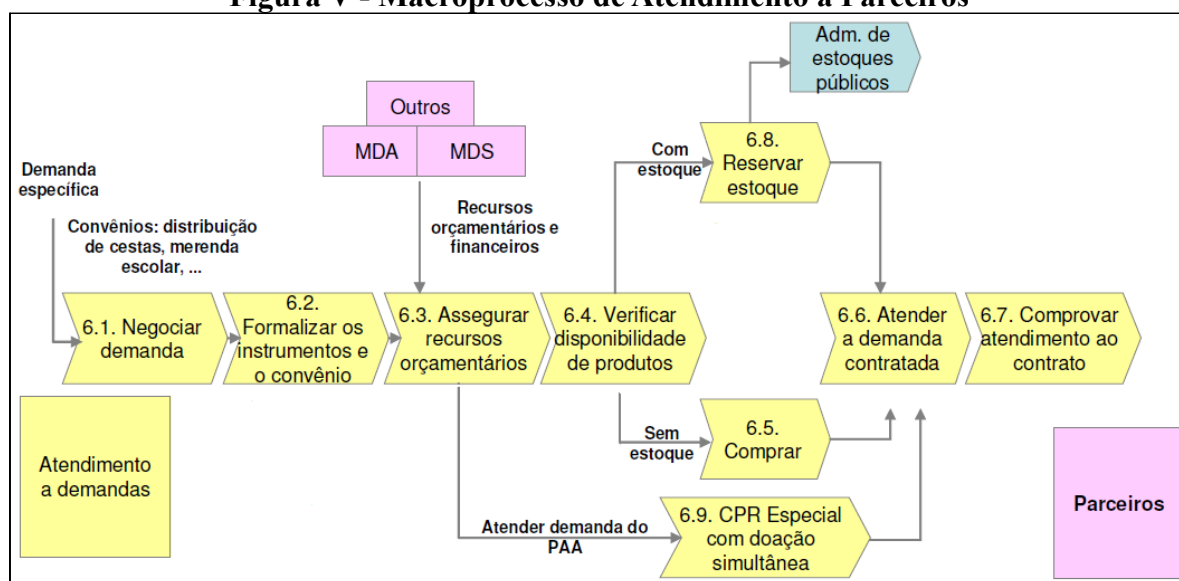
1.2.2.4 Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Figura V - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



Fonte: Conab

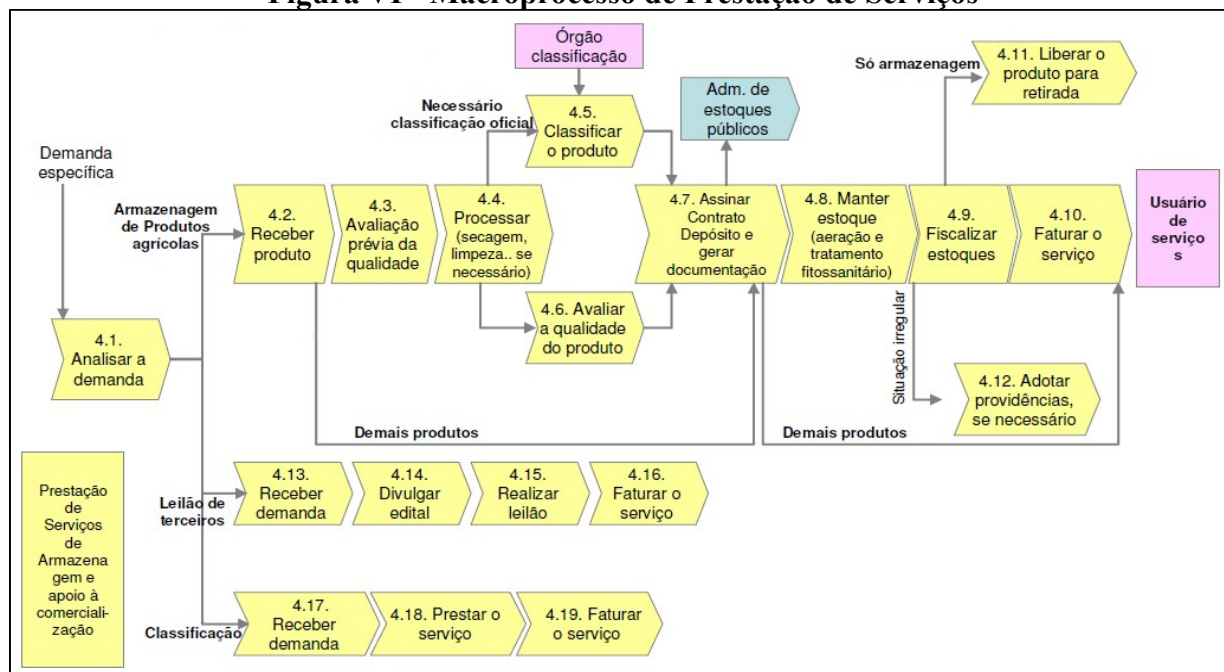
1.2.2.5 Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

Figura VI - Macroprocesso de Prestação de Serviços



Fonte: Conab

1.2.2.6 Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

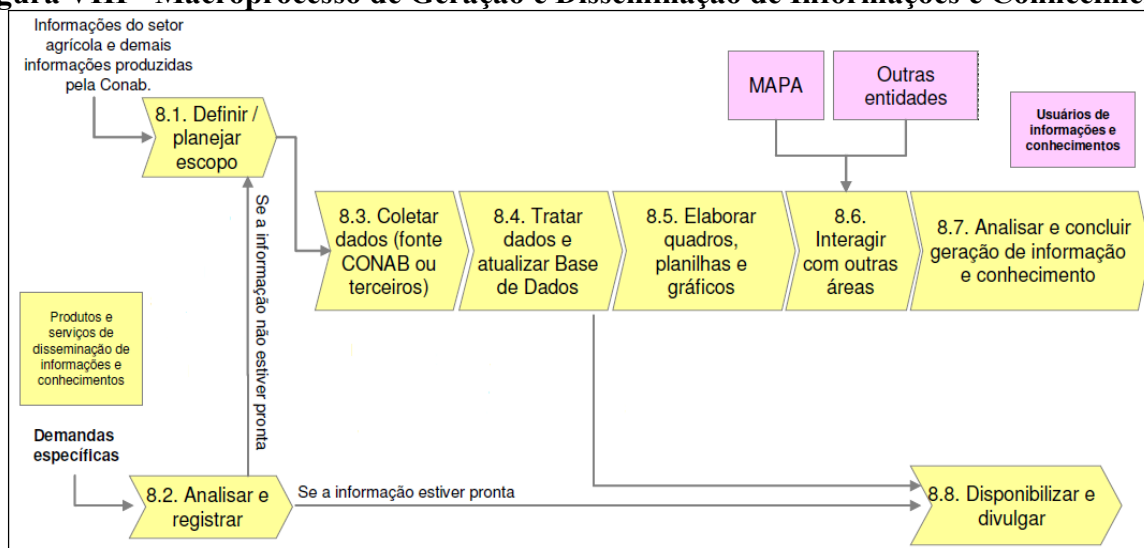
[illegible]

1.2.2.7 Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística., Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geoespacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

Figura VIII - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Fonte: Conab

2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

Com a finalidade de executar as diversas políticas agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, que visa assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar, a Conab, como empresa oficial do Governo Federal, atua em todo o território nacional por meio das suas Superintendências Regionais.

Todos os atos necessários ao cumprimento destas atividades estão em consonância com as normas da organização e são estabelecidos pela Matriz, sendo as Superintendências Regionais tão somente designadas para a operacionalização dos programas, cumprindo desta forma seu papel perante aos seus clientes e a sociedade.

2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios

A atuação da Sureg/RS tem se pautado nas demandas oriundas do setor produtivo agrícola do Estado e segue as diretrizes da Matriz quanto a aplicação das ações vinculadas à execução das políticas agrícola e de abastecimento delineadas no Mapa Estratégico Corporativo. Destas, destacam-se as atuações voltadas a assegurar a efetividade da Política de Garantia de Preços Mínimos e a formação e gestão dos estoques públicos, principalmente de arroz e trigo, que sempre se apresentam mais suscetíveis às intervenções governamentais. Também as atuações junto ao segmento da Agricultura Familiar se mostram necessárias, em razão da importância na promoção da inclusão social de um grande número de pequenos agricultores familiares, que enfrentam dificuldades na organização dos seus negócios e na comercialização dos seus produtos em virtude da pequena escala de produção.

A terceira atividade refere-se a operacionalização dos programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos a famílias em situação de carência alimentar e nutricional, utilizando recursos orçamentários/financeiros transferidos pelo Ministério da Integração Nacional e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além das ações coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Portanto, para o desenvolvimento desta gama de ações, a participação da Sureg/RS se dá principalmente através de apoio operacional pelo seu quadro de técnicos, valendo-se para isto da contratação de prestação de serviços de terceiros (armazenagem, classificação, transporte) para a consolidação das ações.

3 – Sustentação de Renda

3.1 – Conjuntura dos Principais Produtos Amparados pela PGPM

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

3.2 – Intervenções Governamentais

A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por 44 produtos. Destes tradicionalmente a Conab realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento, nos mercados de arroz, feijão, milho, sisal e trigo e esporadicamente algodão, fécula, leite, sorgo e uva. Em 2011, em função dos preços recebidos pelos produtores terem atingido níveis inferiores aos dos preços mínimos fixados pelo Governo, a Conab interviu nos mercados de arroz e trigo, conforme detalhado a seguir.

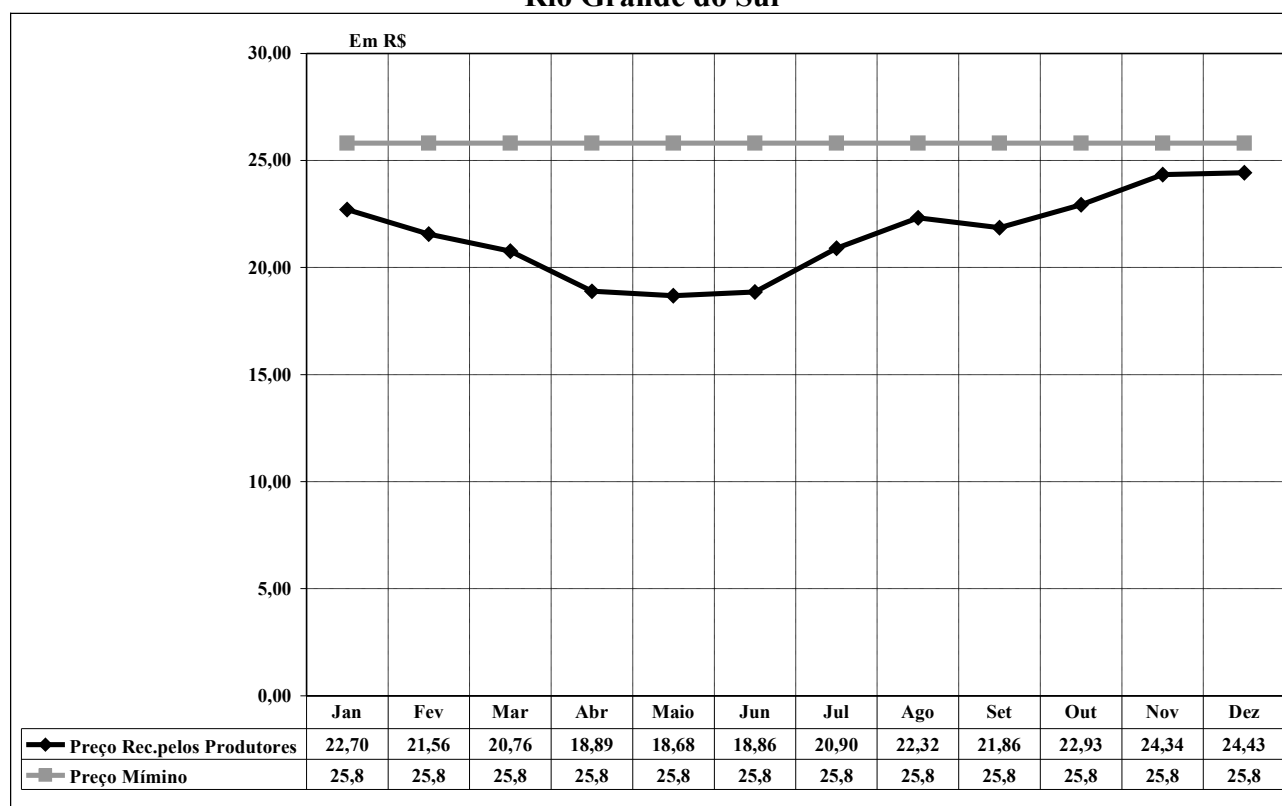
Arroz

Devido a sua importância na cardápio do brasileiro, o arroz é cultivado em todas as regiões, desde pequenos estabelecimentos de cultura de subsistência até plantações tecnificadas. Em 2011, o cultivo foi praticado em 2.784 municípios brasileiros e a quantidade colhida na safra 2010/11 foi de 13.613,1 mil toneladas, com incremento 16,74% sobre a anterior. Em termos regionais, a Região Sul é responsável por 74,1% da produção nacional, destacando-se o Estado do Rio Grande do Sul com 65,4%.

O estoque nacional existente no início de 2011 era de 1.685,8 mil toneladas correspondente a aproximadamente 14,5% da produção colhida na safra 2009/10 e a 11,1% do consumo interno. O grande estoque de passagem, o aumento da produção interna e externa e a maior disponibilização do produto verificada no início do ano pelo países produtores que buscavam a redução de estoques antigos, comprimiram os preços nos mercados nacional e internacional a

níveis inferiores aos preços mínimos fixados pelo Governo, conforme demonstrado na figura a seguir.

**Figura IX – Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos
Rio Grande do Sul**



Fonte: Sufis/Geint

Objetivando a manutenção da renda dos produtores e o abastecimento de áreas carentes, o Governo Federal iniciou ainda no mês de janeiro a realização de leilões de PEP e, no mês de junho, os leilões de PEPRO e de Contrato de Opção de Venda. Por meio do PEP foram oferecidos subsídios para escoamento de 1.725.000 toneladas e negociadas 1.417.759 toneladas, enquanto no PEPRO a oferta recaiu sobre 250.000 toneladas sendo negociadas 64.347 toneladas, com prêmio total de R\$198.384.725,20.

Quanto aos Contratos de Opção foram oferecidos durante os meses de junho, agosto e setembro 36.855 contratos de 27 toneladas cada, sendo negociados 32.852 contratos, num total de 887.004 toneladas.

Além desses, a Conab realizou aquisições diretas por meio das AGFs no total de 207.460 toneladas e reduziu a oferta do produto por meio de doações a título de Ajuda Humanitária Internacional.

O resultado destas ações pode ser visualizado na figura acima onde se observa uma elevação dos preços recebidos pelos produtores, atingindo no final do exercício patamares ainda inferiores ao preço mínimo mas em nível mais favorável aos produtores.

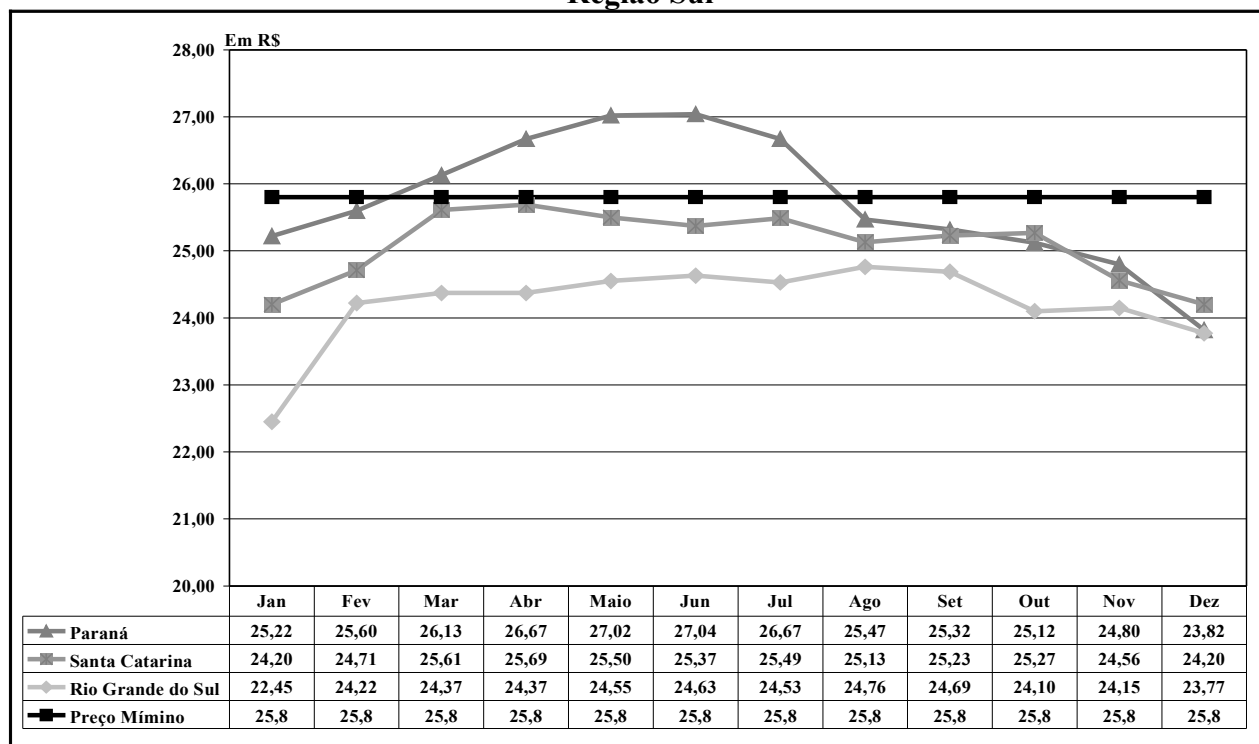
Trigo

A produção nacional de trigo colhida na safra 2010/11 foi de 5.881,6 mil toneladas com variação, a maior, de 17% em relação a anterior. Destaca-se a Região Sul com uma quantidade equivalente a 94,1% do volume total, com predominância do Estado do Paraná que, sozinho, representa 56,4% do total.

Com exceção do Estado do Paraná, e no período de entressafra, os Preços Recebidos pelos Produtores se mantiveram em patamares inferiores ao preço mínimo fixado pelo Governo, mesmo com a melhoria da qualidade do produto, principalmente do produzido no Rio Grande do Sul, levando o Governo a intervir no mercado por meio de aquisições diretas (AGF) e leilões de PEP e PEPRO para escoamento da produção dos estados da Região Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul para as regiões Norte e Nordeste.

De acordo com os estudos de mercados desenvolvidos pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, o ambiente de preços no mercado brasileiro de trigo foi prejudicado pela crescente pressão de oferta no mercado internacional. A produção mundial estimada pelo USDA para o período 2011/12 retorna aos volumes colhidos em 2008/09 e 2009/10, considerados os maiores já obtidos, em torno de 689 milhões de toneladas. Com isso, o estoque mundial eleva-se a 209 milhões de toneladas, maior quantidade mantida armazenada nos últimos dez anos. Novamente rompeu-se o equilíbrio entre a oferta e demanda mundial de trigo ficando os estoques atuais suficientes para abastecer 31% do consumo mundial. A crescente pressão de oferta elevou o grau de competição entre os produtores e exportadores no afã de reconquistar os mercados perdidos com as recentes grandes quebras de safra na Rússia, Ucrânia e Casaquistão, grandes produtores e fornecedores mundiais do cereal. Essa situação teve reflexos imediatos no Mercosul, tendo em vista a necessidade da Argentina em exportar cerca de 7 milhões de toneladas da safra atual, cuja produção superou 13 milhões de toneladas, tendo ainda grande estoque remanescente da safra anterior, também destinado a exportação. Para completar esse quadro, surgiu novo concorrente ao trigo brasileiro, o vizinho Uruguai, com produção superior a 2 milhões de toneladas, e disponibilidade para exportar cerca de 1,5 milhão de toneladas, além do Paraguai, com excedente exportável de 700 mil toneladas. Portanto, a superoferta mundial e a grande produção no Mercosul, tornando-o superavitário em relação ao consumo doméstico, constituíram os ingredientes que neutralizaram qualquer expectativa de preços remuneradores aos produtores, exigindo a intervenção governamental para garantir renda ao produtor rural, assim como a sustentabilidade da atividade econômica no meio rural da região Sul do Brasil.

**Figura X – Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos
Região Sul**



Fonte: Sufis/Geint

3.2.1 – Formação de Estoques Públicos

A excelente produção obtida pelos produtores gaúchos, estabelecendo recordes históricos na colheita de arroz e do trigo, tiveram como consequência preços de mercado ao produtor abaixo dos preços mínimos de garantia estabelecidos pelo Governo Federal, motivando com isto a necessidade de intervenção governamental através dos seus mecanismos de comercialização, tendo sido adquiridos um total de 743.752 toneladas destes produtos.

Em relação ao produto Arroz, na safra 2010/2011 o Rio Grande do Sul foi responsável pela produção de 8.904,2 mil toneladas, representando 65,41% da produção brasileira, de 13.613,1 mil toneladas.

Este fato ocasionou superoferta do produto no decorrer do primeiro semestre do ano, aviltando os preços oferecidos ao produtor, que se apresentaram abaixo dos preços mínimos de garantia.

Além das intervenções com os mecanismos de AGF - Aquisição do Governo Federal e de Contrato de Opções, o Governo Federal também realizou leilões de PEP e de PEPRO, auxiliando no escoamento do arroz para outras regiões de consumo, atingindo um volume total de 2.663,1 mil toneladas ou 29,91% do total da produção gaúcha. Estas ações fizeram o mercado se autoregular, mesmo que de forma lenta, apresentando em meados do segundo semestre do ano de 2011 média de preços nos mesmos patamares dos preços mínimos.

A produção de trigo na safra 2011/2012 foi de 2.742,2 mil toneladas, representando 47,37% da produção brasileira, de 5.788,6 mil toneladas. Além da boa produtividade o grão apresentou boa qualidade, o que não foi suficiente para a sua valorização no mercado, razão pela qual a necessidade de utilização dos mecanismos governamentais para sustentação dos preços mínimos ao produtor rural.

Além do AGF foram realizados também leilões de PEP e PEPRO, totalizando o volume de 393.294 toneladas, representando uma intervenção de 14,34% sobre o total produzido.

Ano	Produto	Quantidade (Em t)		
		AGF	Contrato de Opção	Total
2011	Arroz	395.073,00	204.039,00	599.112,00
	Trigo	144.640,00	-	144.640,00
Total		539.713	204.039	743.752

Fonte: Suope/Gefoc

3.2.1.1 – Programa de Aquisição de Alimentos

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas,

quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR-Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação: objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

a) Abrangência de Atuação do PAA

O Programa iniciou sua atuação em 2003 atendendo a 4.032 famílias de produtores rurais evoluindo, em 2011, para 10.020 famílias, com aquisição de 51.815 toneladas de produtos agropecuários.

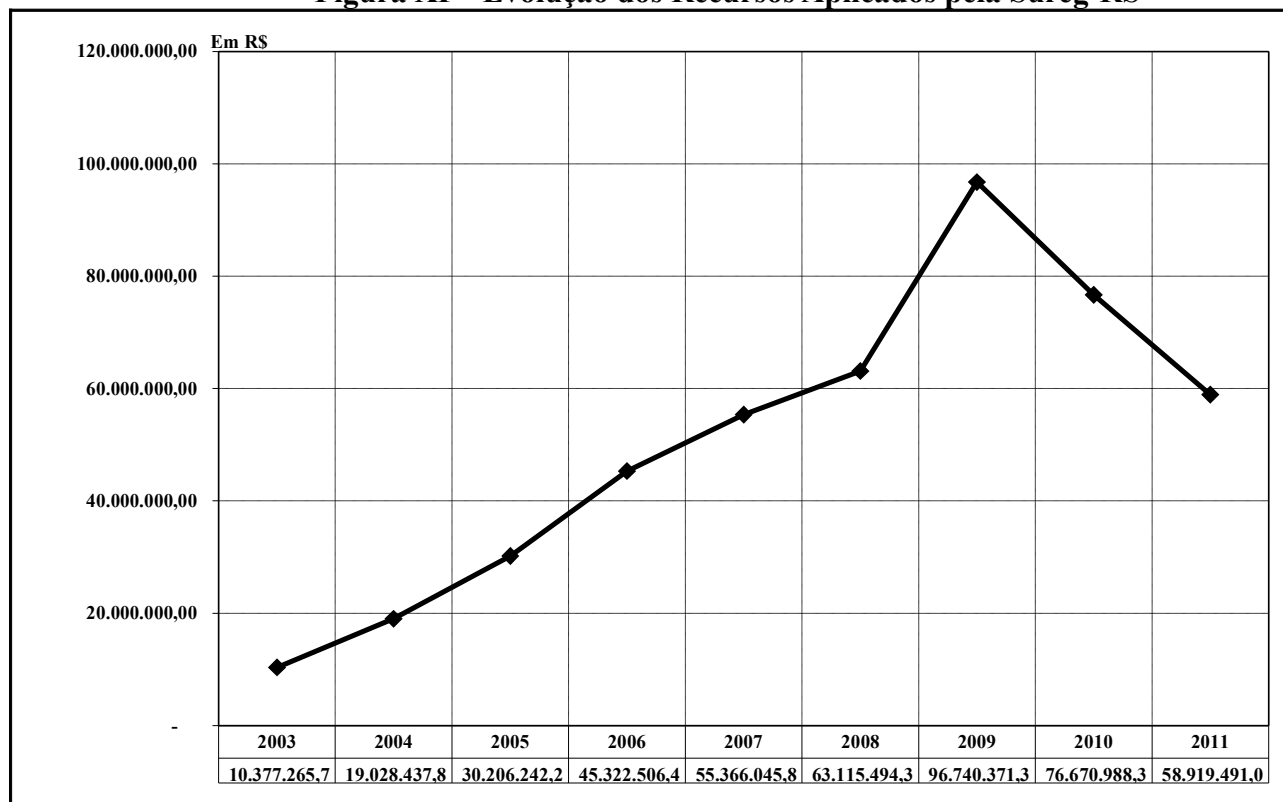
b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Os recursos descentralizados pelo MDS e MDA tem sido incrementados significativamente desde sua implantação, embora ainda sejam inferiores à demanda das

organizações produtivas. Os recursos aplicados na aquisição de produtos pela Sureg-RS apresentou crescimento até o ano de 2009, passando, a partir deste ano, a registrar decréscimos, atingindo em 2011 valores próximos ao aplicado em 2007.

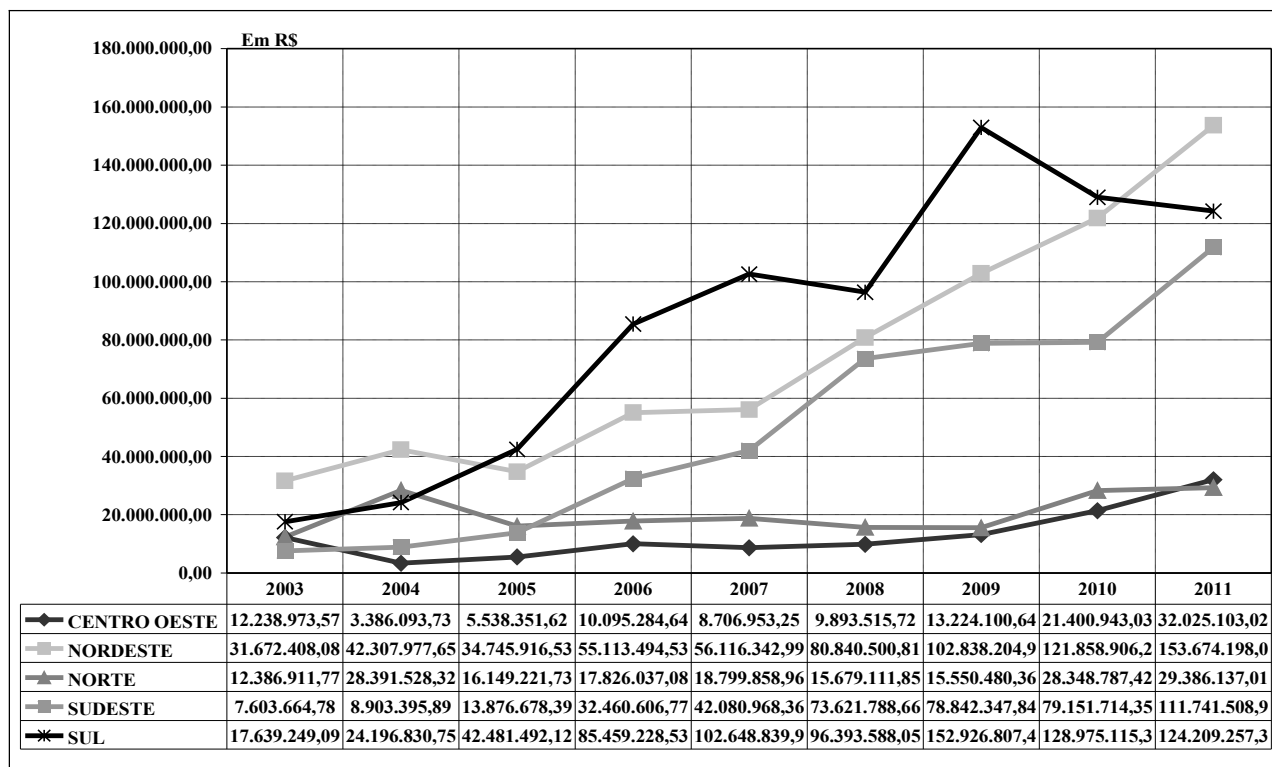
Figura XI – Evolução dos Recursos Aplicados pela Sureg-RS



Fonte: Supaf/Gecaf

Na aplicação dos recursos tem-se destacado a Região Nordeste com crescimento constante, em consequência da maior divulgação do Programa pela Conab e do cumprimento das diretrizes do Governo, que considera que as Regiões Norte e Nordeste devam ser privilegiadas, tendo em vista serem as que apresentam agricultores familiares com as menores rendas.

Figura XII – Evolução da Aplicação dos Recursos, por Região Geográfica



Fonte: Supaf/Gecaf

c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Em 2011, as quantidades adquiridas na modalidade de Compra Direta-CDAF não foram tão expressivas quando comparadas aos anos anteriores, tendo em vista que houve pouca demanda para aquisição dos produtos, devido a alta de preços.

Quadro II – Aquisições por meio da CDAF

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
MDS					
RS	2	Arroz	1.651,00	10.932,00	12.376.503,30
		Farinha de trigo	13,00	100,00	100.000,00
		Leite em pó	868,00	916,00	6.868.075,48
Total MDS	2	-	2.532	11.948	19.344.579

Fonte: Supaf/Gecaf

Devido ao fato da operacionalização da CPR-Estoque exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A grande concentração desse instrumento está na região Sul onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência

no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR - Estoque.

Por meio da CPR - Estoque foram adquiridas 29.315 toneladas de diversos produtos agropecuários, atendendo a 3.355 produtores familiares, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro III – Aquisições por meio da CPR-Estoque

UF	N.º Municípios	Produto	MDS			MDA		
			N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
RS	12	Arroz	861	10.299	5.871.825,57	429	4.773	2.586.852,90
		Bebida láctea	28	147	220.000,40	14	31	48.988,80
		Compotas	-	-	-	188	385	1.500.000,00
		Conservas	6	4	19.984,00	-	-	-
		Extrato de tomate	-	-	-	55	69	369.100,00
		Farinha de trigo	189	6.819	1.499.999,60	-	-	-
		Feijão	13	51	74.460,00	6	18	26.280,00
		Leite de vaca	-	-	-	134	169	1.001.789,92
		Leite em pó	564	600	4.500.000,00	-	-	-
		Milho	-	-	-	209	3.352	938.595,00
		Óleo essencial	24	3	191.970,00	-	-	-
		Semente de hortaliça	113	13	499.730,00	-	-	-
		Suco	38	65	299.999,70	38	71	303.996,96
		Suco de frutas	-	-	-	40	44	319.761,00
		Suco de uva	-	-	-	188	400	1.500.000,00
		Trigo	-	-	-	218	2.002	1.161.404,18

Fonte: Supaf/Gecaf-

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é a que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros. Por meio deste instrumento foram adquiridas e doadas 10.555 toneladas de diversos produtos a 397 instituições sociais, beneficiando 233.043 pessoas.

Quadro IV– Aquisições por meio da CPR-Doação

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Participantes Consumidores	N.º de Pessoas Atendidas
RS		Diversos	4.133	10.555	16.640.174,25	397	233.043
Total			4.133	10.555	16.640.174,25	397	233.043

Fonte: Supaf/Gecaf

Na operacionalização da CDAF a Conab monta os pólos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado em até 10 dias, enquanto a CPR-Estoque e CPR-Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab por meio do PAANet, projetos detalhados com a quantidade de produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.

3.2.1.2 – Aquisição do Governo Federal-AGF

Consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando documentação exigida para o cadastramento.

Quadro V - Demonstrativo das Aquisições de Produtos

UF	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)
RS	Arroz	395.073.835	207.460.474,98	204.039.000	119.865.814,20	599.112.835	327.326.289,18
	Trigo	144.640.642	77.946.658,50	0	0,00	144.640.642	77.946.658,50
Total Geral		539.714.477	285.407.133,48	204.039.000	119.865.814,20	743.753.477	405.272.947,68

Fonte: Dirab/Suopec/Gefoc

Também foram adquiridas 294.958 unidades de sacaria objetivando o atendimento ao Programa Vendas em Balcão.

Quadro VI - Demonstrativo das Aquisições de Sacaria

UF	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quant.(unidade)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(unidade)	Valor (R\$)
RS	Sacaria	294.958	303.881,45	0	0,00	294.958	303.881,45
Total Geral		294.958	303.881,45	0	0,00	294.958	303.881,45

Fonte: Dirab/Suopec/Gefoc

3.2.1.3 – Contrato Público de Opção de Venda

Pela ocorrência de preços recebidos pelos produtores de arroz abaixo do preço mínimo fixado pelo Governo, a Conab ofertou por meio de leilões eletrônicos realizados nos meses de junho, agosto e setembro, 36.855 contratos de aquisição de produtos, com 27 toneladas cada, aos produtores do Rio Grande do Sul, sendo negociados 32.852 contratos, representando 887.004 toneladas, com vencimento em 30 de novembro e 31 de dezembro de 2011.

Quadro VII - Demonstrativo da Venda de Contratos de Opção

UF	Ofertado		Preço de Exercício RS/50KG	Negociado		Valor do Prêmio Total (R\$)	Valor Previsto da Operação (R\$)	Data de Vencimento da Opção	Período para Entrega do Produto e da Documentação
	Nº Contrato	Quantidade (t)		Nº Contrato	(t)				
RS	16.667	450.009	29,00	16.667	450.009	14.510.375,00	261.005.220,00	30/11/2011	01 a 15/12/2011
RS	20.188	545.076	29,50	16.185	436.995	1.592.111,50	257.827.050,00	31/12/2011	02 a 16/01/2011
Total	36.855	995.085	-	32.852	887.004	16.102.486,50	518.832.270,00		

Fonte: Dirab/Suopec/Gefoc

Devido a falta de espaço nos armazéns credenciados para o recebimento de produtos na formalização dos AGFs e no exercício dos Contratos de Opção de Venda, o Governo se viu obrigado a realizar operações de Recompra e Repasse dos Contratos de Opção.

Nas operações de Recompra o Governo fica desobrigado de adquirir um produto, ou seja, é realizada uma reversão dos Contratos de Opção de Venda, mediante a oferta de subvenção financeira equivalente à diferença entre o preço de exercício e o preço de mercado. Nestas operações a subvenção é dada diretamente ao produtor. Dos 6.308 contratos oferecidos foram negociados 3.310 contratos, representando um desembolso de R\$5.742.068,40 conforme abaixo detalhado.

Quadro VIII – Demonstrativo das Operações de Recompra dos Contratos de Opção de Venda de Arroz

UF	Ofertado		Preço de Exercício R\$/50KG	Negociado		Valor do Prêmio Total (R\$)
	Nº Contrato	Quantidade (t)		Nº Contrato	(t)	
RS	6.308	170.316	29,00	3.310	89.370	5.742.068,40
Total	6.308	170.316	-	3.310	89.370	5.742.068,40

Fonte: Suope/Geope

Por sua vez, na operação de Repasse, o Governo (lançador original do Contrato de Opção de Venda) é substituído por um agente privado que recebe a subvenção. As obrigações do Governo com os produtores e cooperativas detentoras dos Contratos são assumidas pelo arrematante do leilão. Em 2011, foram oferecidos 22.868 contratos de 27 toneladas cada, sendo negociados 2.471 contratos.

Quadro IX – Demonstrativo das Operações de Repasse dos Contratos de Opção de Venda de Arroz

UF	Ofertado		Preço de Exercício R\$/50KG	Negociado		Valor do Prêmio Total (R\$)
	Nº Contrato	Quantidade (t)		Nº Contrato	(t)	
RS	2.586	69.822	28,00	155	4.185	387.531,00
RS	13.368	360.936	29,00	1.493	40.311	4.183.866,00
RS	6.914	186.678	29,50	823	22.221	2.322.162,00
Total	22.868	617.436		2.471	66.717	6.893.559,00

Fonte: Suope/Geope

Mesmo assim, a Conab ainda adquiriu por meio do exercício dos Contratos de Opção de Venda, 241.829 toneladas de arroz em casca no Estado do Rio Grande do Sul.

Para 2012, em função das dificuldades enfrentadas pelos rizicultores e tricultores, a Conab prevê a necessidade de dar continuidade nas intervenções nesses mercados por meio de AGFs e de concessão de subvenção para escoamento da produção. Para tanto, necessita de aportes orçamentários de grande vulto constantes nas ações orçamentárias Formação de Estoques Públicos além da necessidade de ampliação da capacidade estática credenciada.

3.2.1.4 – Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção

Os prêmios PEP e PEPRO que também auxiliam na sustentação de Renda estão detalhados no capítulo 4 – Promoção do Abastecimento.

4 – Promoção do Abastecimento

4.1 Atuação da Companhia

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja, trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Em 2011 foram divulgadas as seguintes portarias:

- Portaria Interministerial n.º 67, de 21 de fevereiro de 2011 – PEP e PEPRO de arroz e feijão das safras 2010/2011 e 2011, até R\$200,0 milhões para o primeiro e até R\$50,0 milhões para o segundo;
- Portaria Interministerial n.º 408, de 12 de agosto de 2011 – PEP para o sisal bruto, da safra 2011/2012, produzido nos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, até o valor de R\$20,0 milhões.
- Portaria Interministerial n.º 453, de 14 de setembro de 2011 – PEP e PEPRO para o trigo em grãos safra 2011, até o limite de R\$150,0 milhões.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos de acordo com as normas constantes dos editais e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- Ação Orçamentária “**Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, que visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional, e,
- Ação “**Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**”, do Programa Resposta aos Desastres, do Ministério da Integração Nacional, que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

Das ações elencadas, a Superintendência Regional do Rio Grande do Sul tem participação ativa nas seguintes operações:

4.1.1 - Alienação dos Estoques da PGPM

4.1.1.2 - Vendas em Balcão

Quadro X
Demonstrativo de Vendas em Balcão de Milho no Rio Grande do Sul

Unidade	2009			2010			2011		
	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Atendimentos	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Atendimentos	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Atendimentos
RS	33.726	15.226.122,25	16.216	17.510	6.446.954,56	1.289	20.444	8.808.587,53	1.868

Fonte: Supab/Gepab

A produção do Estado, mesmo em condições normais de desenvolvimento, não é suficiente para garantir o abastecimento dos diversos segmentos consumidores, principalmente os da avicultura, da suinocultura e da bovinocultura de leite, formando assim preços de mercado em patamares elevados, demandando dos pequenos e médios produtores que normalmente não estão integrados às agroindústrias, a intervenção do governo com a liberação dos estoques públicos a preços que suportem a continuidade das suas atividades.

Assim, a Venda em Balcão, mesmo não disponibilizando volumes muito elevados, estabiliza os preços praticados naquelas regiões que demandam o programa, permitindo sustentação de renda aos produtores que acessam o mecanismo, principalmente nas épocas de entressafra.

O quadro acima demonstra as variáveis ocorridas com a oferta de milho no mercado gaúcho no ano de 2011, quando os preços de mercado se mantiveram em níveis elevados,

apresentando venda de 20.444 toneladas para 1.868 adquirentes, com incremento de 14,4% no volume de vendas e de 31% no número de adquirentes em relação ao ano de 2010.

4.2 - Apoio à Comercialização com Subvenção

A Conab realizou leilões públicos de concessão de subvenção econômica objetivando o escoamento do excedente da produção agrícola das zonas de produção para áreas desabastecidas, reduzindo-se, assim, a ocorrência de pressões de alta nos preços nestas áreas, de baixa nas zonas de produção e prejuízos causados pela ação de atravessadores.

Em 2011 foram realizados leilões de PEP e de PEPRO.

a) Prêmio de Escoamento de Produto-PEP

É uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Quadro XI – Demonstrativo de Comercialização pelo PEP

Produto	UF de Origem	Quantidades (t)		Valor Previsto da Subvenção (R\$)	UF de Destino	Quantidade Comprovada (t)	Valor Pago (R\$)
		Ofertada	Negociada				
Arroz	RS	1.725.000	1.417.759	175.265.993,40	RS	479.901	57.510.551,09
Subtotal		1.725.000	1.417.759	175.265.993,40	-	479.901	57.510.551,09
Trigo	RS	520.000	413.412	26.218.626,20	RS	144.371	2.252.193,07
Subtotal		520.000	413.412	26.218.626,20	-	144.371	2.252.193,07
Total		2.245.000	1.831.171	201.484.620	0	624.272	59.762.744,16

Fonte: Suope/Geope

A excelente produção de arroz na safra 2010/2011 e de trigo na safra 2011 demandaram intervenções governamentais através do mecanismo PEP, tendo sido negociados para o arroz 1.417.759 t (82,2%) do ofertado e comprovado até 31/12/2011 o escoamento de 479.901 t. A data limite para a comprovação é 29/02/2012.

Para o trigo foram negociadas 413.412 t (79,5%) do ofertado e comprovado até 31/12/2011 o escoamento de 144.371 t. Os leilões terão continuidade nos primeiros meses de 2012, sendo a data limite para comprovação do escoamento 30/06/2012.

b) Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO

Subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é

o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Para o Rio Grande do Sul foram demandados leilões de PEPRO, tendo sido negociados para o arroz 64.346 t (25,74%) do volume ofertado, com data limite de comprovação 29/02/2012 e para trigo 20.227 t (67,42%) do ofertado, devendo haver continuidade dos leilões no ano de 2012 e data limite de comprovação 30/06/2012.

Quadro XII – Demonstrativo de Comercialização pelo Pepro

Produto	UF de Origem	Quantidades (t)		Valor Previsto da Subvenção (R\$)
		Ofertada	Negociada	
Arroz	RS	250.000	64.347	7.799.741,00
Subtotal		250.000	64.347	7.799.741,00
Trigo	RS	30.000	20.227	859.963,70
Subtotal		30.000	20.227	859.963,70
Total		280.000	84.574	8.659.704,70

Fonte: Suope/Geope

4.3 - Doação de Produtos alimentícios

a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional-MDS

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento às famílias acampadas, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidas por barragens (MAB), pescadoras artesanais e/ou outras em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

Por meio do Termo de Cooperação celebrado em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS repassou à Conab recursos orçamentários/financeiros no valor final de R\$61.847.808,64, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e a operacionalização da distribuição de cestas de alimentos.

A aquisição dos alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA/OAN, Funai/Funasa, MAB e MPA.

Em 2011 no Rio Grande do Sul foram realizados 65.157 atendimentos a 14.107 famílias com distribuição de 1.774 toneladas de alimentos.

Quadro XIII – Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional - MDS

Atendimentos Efetuados			
RS	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)
Acampados	2.200	11.278	322
Quilombolas	701	4.436	117
Comunidades de Terreiro	1.100	6.315	169
Atendimentos Especiais	1.000	4.000	106
MAB	2.024	9.147	279
Indígenas	7.082	29.981	781
Pescadores Artesanais	-	-	-
Total Geral	14.107	65.157	1.774

Fonte: Supab/Gepab

b) Atendimento Emergencial

Sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas nessas situações, especialmente as de menor renda.

Na área de atuação da Sureg/RS as distribuições foram iniciadas em 2007 com atendimentos emergenciais, conforme orientações da Defesa Civil. Em 2011 a quantidade de cestas de alimentos distribuídas representou 5,92% da quantidade total de 119.579 cestas entregues pela Conab, equivalente a 171 toneladas de produtos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro XIV

Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MI

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	RS	Part. (%)	Brasil	RS	Part. (%)	Brasil	RS	Part. (%)
2007	174.209	13.200	7,58	174.209	13.200	7,58	4.100	301	7,34
2008	294.312	13.672	4,65	296.317	13.672	4,61	6.999	296	4,23
2009	702.238	47.157	6,72	712.752	47.157	6,62	16.743	1.104	6,59
2010	139.452	14.267	10,23	142.286	14.267	10,03	3.766	340	9,03
2011	119.579	7.085	5,92	119.579	7.085	5,92	2.954	171	5,79

Fonte: Conab/Supab/Gepab

c) Doação de Feijão dos Estoques Públicos

Por meio da Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, a Conab foi autorizada a doar aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, para atendimento às demandas geradas pelas populações em situação de insegurança alimentar, até 70,0 mil toneladas de feijão dos estoques públicos tendo sido distribuídas em diversas Unidades da Federação no ano de 2010, 40.539 t enquanto no ano de 2011 foram distribuídas 21.212 t. No tocante ao Rio Grande do Sul, ocorreu distribuição somente no ano de 2011 na quantidade de 20.000 kg.

d) Ajuda Humanitária Internacional

Em 2011, foram doadas 86.793 toneladas de produtos alimentícios a 14 países e mais 2.172.500 unidades de sacaria para acondicionamento dos produtos.

Do quantitativo de alimentos doados, o arroz beneficiado, no volume de 37.096 toneladas, originou dos estoques públicos de arroz em casca armazenados no Rio Grande do Sul.

Quadro XV – Ajuda Humanitária Internacional – Países Beneficiados em 2011

País	Produto (Em t)			Total	Participação %	Sacaria (unidade)
	Arroz	Feijão	Milho			
Chade	997	-	-	997	1,15	-
Córea do Norte	-	-	16.470	16.470	18,98	282.000
El Salvador	790	300	-	1.090	1,26	15.500
Equador	280	-	-	280	0,32	-
Etiópia	14.596	500	-	15.096	17,39	296.000
Guatemala	-	1.785	-	1.785	2,06	28.000
Haiti	15.000	9.543	-	24.543	28,28	366.000
Honduras	594	-	-	594	0,68	22.000
Moçambique	4.050	297	-	4.347	5,01	2.000
Nicaraguá	789	1.009	-	1.798	2,07	20.500
Somália	-	13.419	-	13.419	15,46	871.000
Sri Lanka	-	800	-	800	0,92	16.000
Sudão	-	3.537	-	3.537	4,08	22.500
Zimbábue	-	2.037	-	2.037	2,35	13.000
Quênia	-	-	-	-	-	218.000

Fonte: Supab

e) Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social

Quadro XVI – Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios

UF	N. de Inst. Beneficiadas	Produto (Em t)														Total
		Açúcar		Arroz	Conservas	Doce de Frutas	Farinha		Feijão	Fubá de Milho	Iogurte	Leite		Macarrão	Suco de Fruta	
		Cristal	Mascavo	Beneficiado			de Milho	de Trigo				Em pó	Integral			
RS	36	-	5	532	3	139	42	28	847	-	12	1.142	44	37	37	2.868
Total	36	0	5	532	3	139	42	28	847	0	12	1.142	44	37	37	2.868

Fonte: Supab/Gepri

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab em 2011, por meio da Superintendência de Abastecimento Social - Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar destinou 2.868 toneladas de produtos alimentícios, beneficiando 36 instituições no Rio Grande do Sul destacando-se os produtos arroz com 532 toneladas, feijão com 847 toneladas e leite em pó com 1.142 toneladas..

4.4 – Principais Indicadores de Desempenho

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Q_n/Q_d onde: Q_n =Quantidade negociada e Q_d =Quantidade demandada; PEP=Prêmio para Escoamento de Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidas do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, p				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEPRO demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Q_n/Q_d onde: Q_n =Quantidade negociada e Q_d =Quantidade demandada; Peppo=Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidas do MAPA, baseadas nas Portarias				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

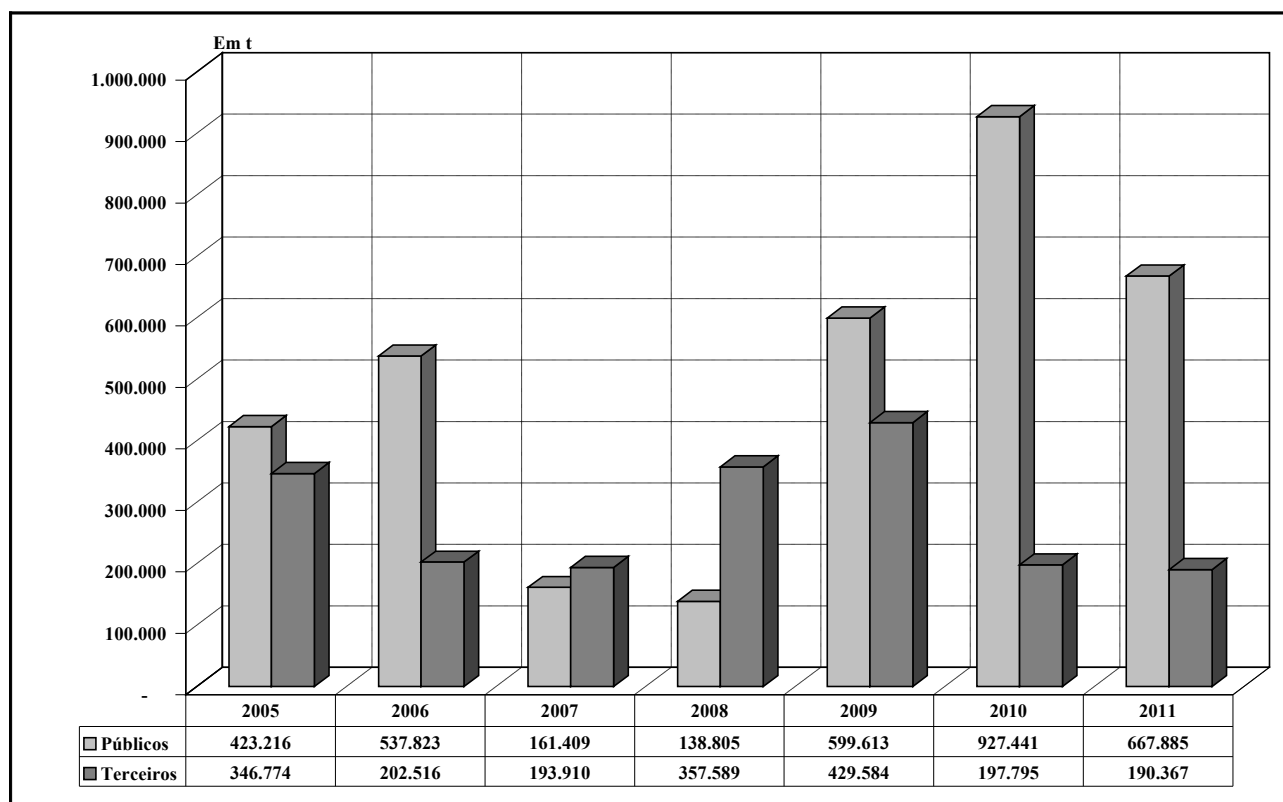
5 – Prestação de Serviços (correspondente ao item 6 da DN 108/2010)

5.1 – Estoques de Terceiros

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

A figura a seguir apresenta a evolução do estoque médio anual armazenado nas unidades próprias em âmbito nacional. Verifica-se que, à exceção dos exercícios de 2007 e de 2008, os estoques públicos superam os de terceiros.

Figura XIII – Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade



Fonte: Suarm/Gearm

No fim do exercício estavam estocados nas unidades próprias 118.789 toneladas de produtos de terceiros.

Nas unidades próprias no Rio Grande do Sul estavam armazenados 4.529.690 kg de produtos de terceiros assim distribuídos:

AFCAAL: 3.684.540 kg (81,34%)

AF PORTO ALEGRE: 720.284 kg (15,90%)

UA PORTO ALEGRE: 124.866 kg (2,76%)

Quadro XVII– Estoques de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias no RS

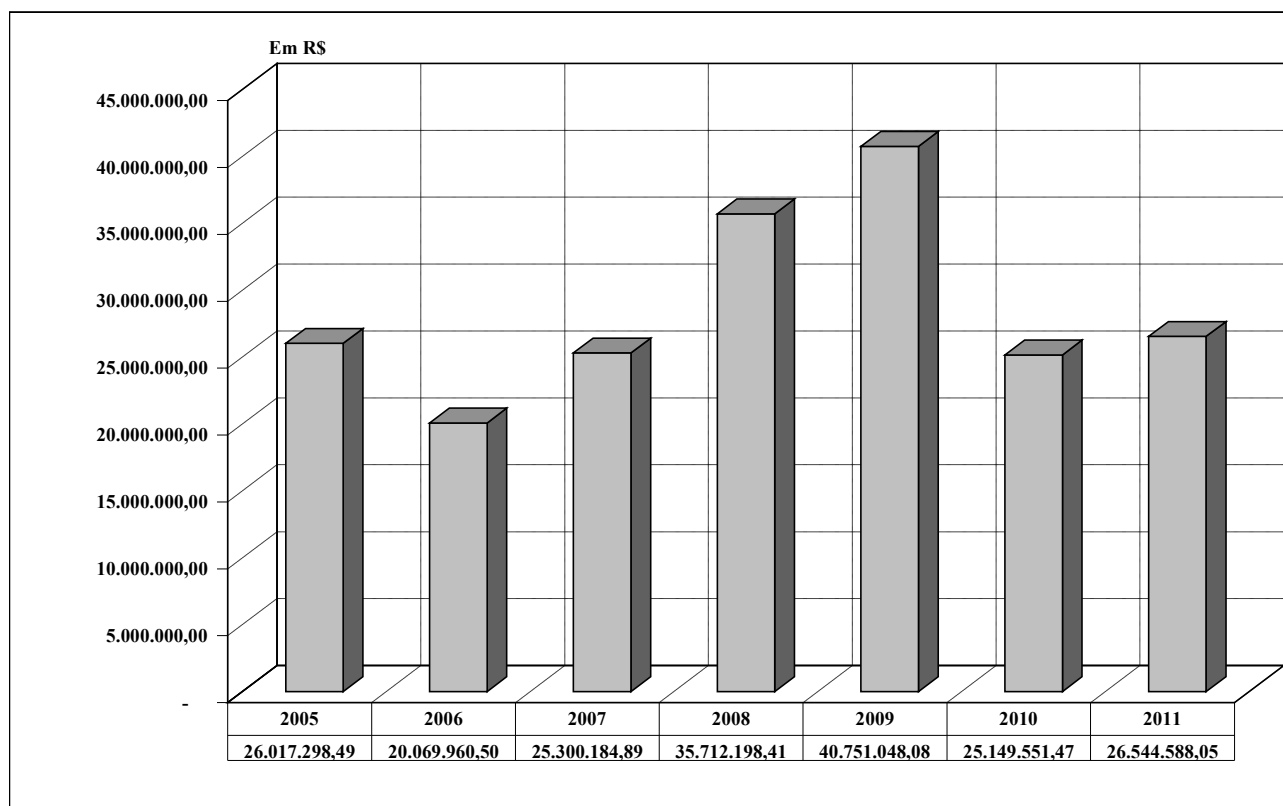
UF	Unidade	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
RS	AF-CAAL	Arroz	1.284.338	10.818.002,26
		Batata	121.604	253.637,17
		Bebidas	28.600	28.454,40
		Bovinos	6.730	48.011,98
		Frangos	661.903	3.528.212,50
		Outros produtos frigorificados	192.168	834.207,62
		Suínos	1.389.197	7.098.526,30
	AF-Porto Alegre	Batata	218.815	386.653,93

UF	Unidade	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
		Bebidas	49.825	140.506,75
		Bovinos	116.219	810.609,56
		Frangos	185.827	916.105,85
		Frutas e derivados	18.832	35.225,00
		Laticínios	12.468	51.868,08
		Outros produtos frigorificados	1.300	7.204,98
		Pescados	96.807	669.821,03
		Suínos	20.191	95.978,04
	UA-Porto Alegre	Embalagens	12.160	24.168,34
		Farinhas	17.100	36.058,15
		Outros produtos agrícolas	9.850	13.979,12
		Produtos industrializados/Manufaturados	20.996	97.078,54
		Sementes	64.760	116.805,03
	Total Geral		4.529.690	26.011.114,63

5.2 – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros

Em 2011, o faturamento de todas as unidades armazenadoras da Conab em âmbito nacional com serviços de armazenagem de produtos de terceiros, incluindo as tarifas de armazenagem e as de garantia e produtos armazenados, foi de R\$26.544.588,05, com incremento de 5,5% sobre a do exercício anterior, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura XIV – Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros



Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício-DRE

5.3 – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem

Para efeito de contabilização a atividade de armazenagem é agrupada no Subórgão 2231-Atividades Próprias que inclui a Matriz, a Sede das Regionais e as Unidades Armazenadoras.

Durante o exercício de 2011 o faturamento com os serviços de armazenagem de estoque de terceiros em âmbito nacional foi de R\$26.544.588,05, contribuindo para o resultado positivo de R\$46.581.842,38 apurado no fim do exercício.

O faturamento das unidades armazenadoras do Rio Grande do Sul foi de R\$ 4.897.693,48 representando 18,45% do total arrecadado, contribuindo com 10,5% do resultado positivo apresentado no quadro a seguir.

Quadro XVIII – Demonstrativo do Resultado do Exercício

Discriminação	Conab	Total
Receita de Vendas e Serviços	26.547.933,05	26.547.933,05
Receita de Vendas	3.345,00	3.345,00
Recebimento de Vendas em Balcão	103.627.518,93	103.627.518,93
Repasse de Vendas em Balcão	-102.280.339,88	-102.280.339,88
Recebimento da Agricultura Familiar	23.639.684,90	23.639.684,90
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	-23.639.684,90	-23.639.684,90
Vendas Abastecimento Social	3.345,00	3.345,00
Recebimento de Vendas do Funcafé	115.444.904,18	115.444.904,18
Repasse de Vendas do Funcafé	-115.444.904,18	-115.444.904,18
Vendas PGPM	7.568.243,64	7.568.243,64
Repasse de Vendas da PGPM	-8.915.422,69	-8.915.422,69
Receita de Serviços	26.544.588,05	26.544.588,05
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	3.164.555,99	3.164.555,99
=receita líquida de vendas e serviços	23.383.436,81	23.383.436,81
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-12,31	-12,31
=lucro bruto operacional	23.383.449,12	23.383.449,12
-Despesas Operacionais	1.070.814.494,39	1.070.814.494,39
Despesas de Pessoal	411.784.705,29	411.784.705,29
Despesas Financeiras	-	-
Despesas Comerciais e Administrativas	659.029.789,10	659.029.789,10
Receitas Operacionais Diversas	1.072.837.610,52	1.072.837.610,52
Resultado Não Operacional	21.175.277,13	21.175.277,13

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício

Comparativamente ao ano de 2010 ocorreu decréscimo de 23,13% no faturamento do AFCAAL, ocasionando uma redução de 19,37% no faturamento geral das três unidades armazenadoras. Esta redução deu-se principalmente pela saída do principal armazenador de produtos frigorificados daquela unidade já a partir do início do ano de 2010, enquanto o AF Porto Alegre manteve seu desempenho e a UA Porto Alegre retomou parte do faturamento perdido no ano anterior.

Quadro XIX

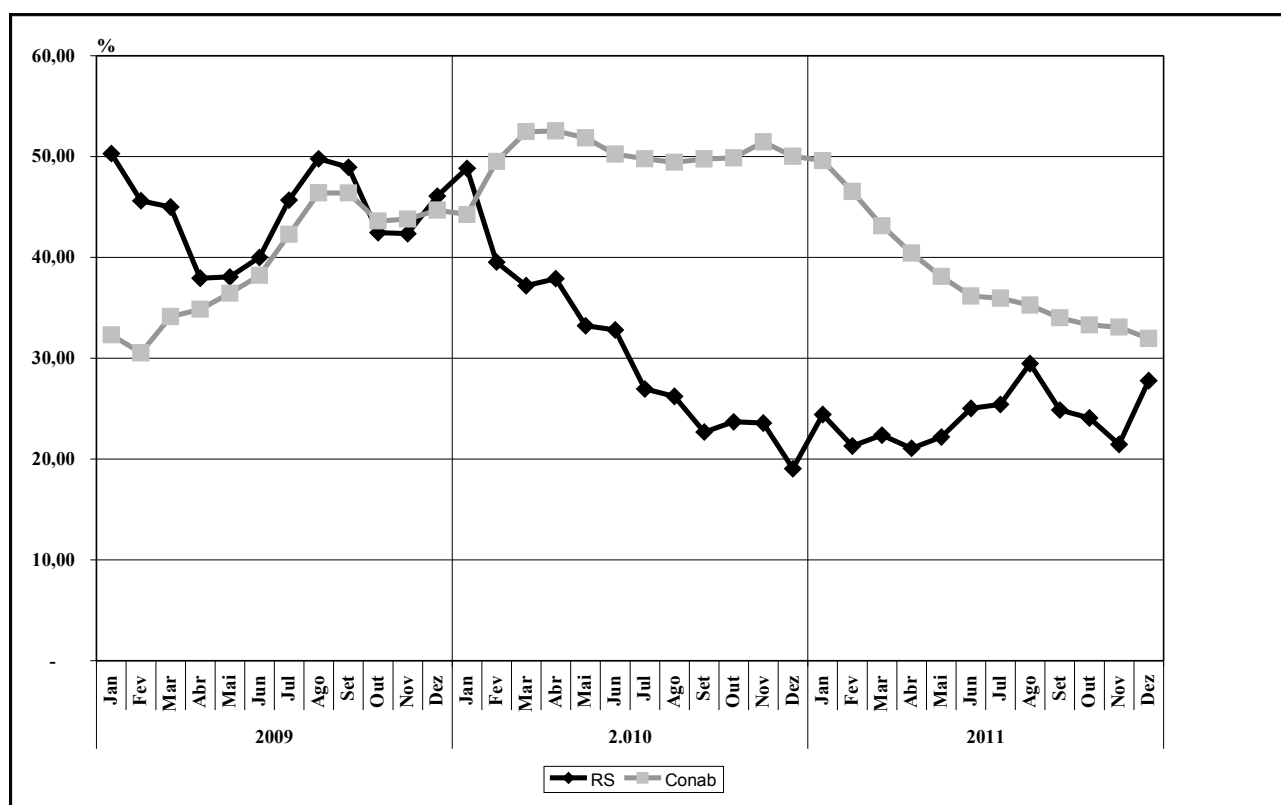
RECETA DE ARMAZENAGEM DE TERCEIROS			
UNIDADE	2009	2010	2011
AFCAAL	8.041.984,07	5.225.178,69	4.016.630,41
AF-PORTO ALEGRE	737.500,03	773.519,52	772.120,02
UA/PORTO ALEGRE	173.065,96	75.377,68	108.943,05
TOTAL	8.952.550,06	6.074.075,89	4.897.693,48

O quadro e a figura a seguir apresentam a evolução do Estoque Médio Armazenado e do Índice de Ocupação da rede própria da Conab no Rio Grande do Sul, demonstrando a acentuada redução deste índice durante o ano de 2010.

Quadro XX

UNIDADE	ESTOQUE MÉDIO ARMAZENADO (t)								
	2009			2010			2011		
	GOVERNO	TERCEIROS	TOTAL	GOVERNO	TERCEIROS	TOTAL	GOVERNO	TERCEIROS	TOTAL
UA/PORTO ALEGRE	2.474	1.109	3.583	2.574	151	2.725	2.124	273	2.397
AF/CANOAS	744	9.589	10.333	542	4.460	5.002	0	3.501	3.501
AF/PORTO ALEGRE	0	824	824	47	711	758	0	711	711
TOTAL	3.218	11.522	14.740	3.163	5.322	8.485	2.124	4.485	6.609

Figura XV – Evolução do Índice de Ocupação



5.4 – Serviços de Classificação de Produtos para Terceiros

A Conab/RS não presta serviços de classificação de produtos agrícolas para si ou para terceiros, utilizando, quando necessário nas operações em que atua, da prestação de serviços de empresas de classificação credenciadas pelo MAPA.

6 – Administração de Estoques Públicos (correspondente ao item 7 da DN 108/2010)

6.1 – Rede Armazenadora Própria

A Rede Armazenadora Própria é composta por 176 armazéns, agrupados em 97 unidades armazenadoras distribuídas em 25 estados da Federação e no Distrito Federal. A capacidade estática total é de 2.267.759 toneladas, com predominância da modalidade granel, que representa 55,8% da oferta total.

Quadro XXI – Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

UF	N.º Unidades	N.º de Armazéns	Capacidade (Em t)			Total
			Convencional	Granel	Frigorificada	
RS	3	4	13.383	0	14.100	27.483
Total	3	4	13.383	0	14.100	27.483

Fonte: Suarm/Gecad

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

Referente às obras e serviços necessários à adequação da infraestrutura física das unidades em todo o território nacional e dos custos estimados dessas intervenções, visando à certificação dessas unidades, foi realizado um levantamento detalhado das necessidades, com base na Instrução Normativa n.º 12, de 08 de maio de 2009, com estimativa de custos totais de **R\$63.088.000,00**, a qual foi atualizada para **R\$49.558.000,00**, tendo em vista as aquisições de equipamentos e obras realizadas nos exercícios de 2010 e 2011 e a publicação da Instrução Normativa n.º 29, de 08 de junho de 2011.

No exercício de 2011 foram investidos recursos da ordem de R\$503.777,46 (R\$250.594,84 em despesas correntes e R\$253.182,62 em despesas de capital) e inscritos em Restos a Pagar não Processados R\$697.406,65 referentes a investimentos que serão realizados no decorrer de 2012. Deste montante foi destinado aos armazéns do Rio Grande do Sul o valor total de R\$ 177.156,32 (R\$ 48.053,84 em despesas correntes e R\$ 29.706,88 em despesas de capital) e inscritos em Restos a Pagar não Processados R\$ 99.395,60, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXII – Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria

Em R\$

Sureg	Unidade	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Totais		Total Geral
		Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital	
RS	AF-CAAL(Canoas)	48.053,84	18.176,92	99.395,60	0,00	147.449,44	18.176,92	165.626,36
	UA-Porto Alegre	0,00	9.130,00	0,00	0,00	0,00	9.130,00	9.130,00
	AF-Porto Alegre	0,00	2.399,96	0,00	0,00	0,00	2.399,96	2.399,96
Total		48.053,84	29.706,88	99.395,60	0,00	147.449,44	29.706,88	177.156,32

Fonte: Siafi

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 5 unidades. Os investimentos no valor de R\$ 358.000,00 necessários para a certificação da Unidade Armazenadora de Porto Alegre estão previstos para o ano de 2014 conforme detalhado no quadro XXIV.

Quadro XXIII – Cronograma de Investimentos para Certificação das Unidades Armazenadoras

Obras/Serviços/Equipamentos	Exercício												Total
	2012			2013			2014			2015			
	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	
Aeração	5	774.700	200.000,00	14	402.100	275.000,00	32	493.400	200.000,00	40	522.400	0,00	675.000,00
Cerca e Portão			0,00			0,00			120.000,00			0,00	120.000,00
Local para guarda de agrotóxico			70.000,00			210.000,00			770.000,00			1.015.000,00	2.065.000,00
Pavimentação			0,00			3.180.000,00			12.405.000,00			1.050.000,00	16.635.000,00
Recinto de análise			0,00			0,00			530.000,00			1.095.000,00	1.625.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			180.000,00			630.000,00			1.440.000,00			1.800.000,00	4.050.000,00
Sinalização de trânsito			15.000,00			42.000,00			96.000,00			110.000,00	263.000,00
Captação de material particulado (secador)			505.000,00			3.080.000,00			4.415.000,00			255.000,00	8.255.000,00
Sistema de combate a incêndio			0,00			2.815.000,00			5.500.000,00			5.660.000,00	13.975.000,00
Sistema de Movimentação de Produto			20.000,00			190.000,00			180.000,00			420.000,00	810.000,00
Ventilação ambientes confinados/semiconfinados			95.000,00			130.000,00			145.000,00			10.000,00	380.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m²)			30.000,00			255.000,00			405.000,00			15.000,00	705.000,00

Fonte: Suarm/Gearm

Quadro XXIV - CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2014

PORTO ALEGRE – RS		
Capacidade estática: 14.483	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		225.000,00
TOTAL		358.000,00

6.1.1 Estoques Depositados nas Unidades Próprias

No fim do exercício, os estoques públicos depositados na Unidade Armazenadora de Porto Alegre somava 2.840 toneladas e 15.214 unidades de diversos produtos (máquinas, equipamentos e utensílios domésticos e de barracas de comercialização de pescado etc).

Quadro XXV – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

UF	Produtos Agrícolas		Outros Produtos	
	Peso (Em kg)	Valor (Em R\$)	Quantidade (Em unidade)	Valor (Em R\$)
RS	2.840.299	5.171.532,12	15.214	82.687,92
Total	2.840.299	5.171.532,12	15.214	82.687,92

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

Quadro XXVI – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias

Outros Produtos

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R\$)
RS	Próprio	Público	Aplicador de filme	1	337,00
	Próprio	Público	Assadeira	1	45,00
	Próprio	Público	Avental de vinil	22	389,40
	Próprio	Público	Balança eletrônica	5	2.441,28
	Próprio	Público	Balcão desmontável	8	9.572,00
	Próprio	Público	Balcão expositor	1	2.052,38
	Próprio	Público	Bandeija plástica	5	46,50
	Próprio	Público	Batedeira industrial	1	900,00
	Próprio	Público	Bordadeira	2	336,00
	Próprio	Público	Caixa isotérmica	8	3.391,04
	Próprio	Público	Caixa plástica	5	148,00
	Próprio	Público	Cartilha Programa Fome Zero	15.000	7.500,00
	Próprio	Público	Cilindro industrial	1	520,00
	Próprio	Público	Clips pacote	2	2,00
	Próprio	Público	Correia CSP	1	711,15
	Próprio	Público	Correia Sthil	4	320,00
	Próprio	Público	Embaladora/seladora	1	61,00
	Próprio	Público	Espremedor de alho	1	29,00
	Próprio	Público	Espremedor de limão	1	65,00
	Próprio	Público	Faca	12	209,40
	Próprio	Público	Faqueiro	1	85,00
	Próprio	Público	Fogão industrial	1	1.136,00
	Próprio	Público	Forno elétrico	1	1.305,00
	Próprio	Público	Freezer	1	1.630,13
	Próprio	Público	Fritadeira industrial	1	190,00
	Próprio	Público	Guia para motosserra	1	171,00
	Próprio	Público	Jogo de utensílios domésticos	1	75,00
	Próprio	Público	Liquidificador industrial	1	380,00
	Próprio	Público	Lixeira	1	480,00
	Próprio	Público	Luva de segurança	22	32,78
	Próprio	Público	Luvras em silicone	1	29,00

	Próprio	Público	Aplicador de filme	1	337,00
	Próprio	Público	Assadeira	1	45,00
RS	Próprio	Público	Máscara descartável	2	380,00
	Próprio	Público	Mesa inox	4	2.400,00
	Próprio	Público	Moedor de carne	1	1.050,00
	Próprio	Público	Motoserra	6	8.292,00
	Próprio	Público	Panela	9	897,30
	Próprio	Público	Peneira para alimentos	1	22,00
	Próprio	Público	Picador de legumes	1	170,00
	Próprio	Público	Refrigerador doméstico	1	1.417,50
	Próprio	Público	Rolo corrente	1	1.450,00
	Próprio	Público	Seladora de alimentos	1	242,00
	Próprio	Público	Tábua de corte	2	78,00
	Próprio	Público	Tambor cilindro plástico	12	548,76
	Próprio	Público	Tanque desmontável	17	3.313,30
	Próprio	Público	Tenda desmontável	39	27.630,00
	Próprio	Público	Torno de uso doméstico	1	188,00
	Próprio	Público	touca sanfonada	2	19,00
Total				15.214	82.687,92

6.1.2 Estoques Públicos Depositados nas Unidades de Terceiros

No fim do exercício, os estoques públicos depositados em unidades de terceiros no Rio Grande do Sul era de 1,77 milhões de toneladas, destacando-se o produto arroz com 1,46 milhões de toneladas e o trigo com 299,6 mil toneladas. Este quantitativo representa 46,3% do estoque público brasileiro, formado por 3,82 milhões de toneladas de grãos. Também encontram-se armazenados 1.313.383 unidades de sacaria, conforme detalhado nos quadros a seguir.

Quadro XXVII – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos armazenados em Unidades de Terceiros – Produtos Alimentícios

UF	Armazém	Estoque	Produto	Peso (Em kg)	Valor (Em R\$)
RS	Terceiros	Público	Arroz	1.457.114.854	1.075.785.382,67
RS	Terceiros	Público	Feijão	104.068	161.336,29
RS	Terceiros	Público	Milho	13.149.813	8.292.698,03
RS	Terceiros	Público	Soja	37.500	44.479,58
RS	Terceiros	Público	Trigo	299.644.581	167.231.070,94
Total				1.770.050.816	1.251.514.967,51

Fonte: Suope/Gefoc

Quadro XXVIII – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos armazenados em Unidades de Terceiros – Outros Produtos

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em unidade)	Valor (Em R\$)
RS	Terceiros	Público	Sacaria	1.313.383	1.295.875,00
Total				1.313.383	1.295.875,00

Fonte: Suope/Gefoc

6.1.3– Capacidade Estática de Armazenagem

No final do exercício de 2011 o cadastro de unidades armazenadoras indicava para o Rio Grande do Sul uma capacidade estática de 25,9 milhões de toneladas, entre armazéns convencionais para recebimento de produtos ensacados e/ou enfardados, e armazéns graneleiros e silos de concreto e metálicos para armazenagem a granel.

Visto que a produção de grãos está distribuída em todas as regiões do Estado, com o cultivo de arroz essencialmente na Metade Sul e os cultivos de feijão, milho, soja, trigo e demais cultivares de inverno, na Metade Norte do RS, verifica-se pela figura a seguir que a distribuição dos armazéns também acompanha esta situação.

Por esta razão entende-se que a capacidade estática instalada vem atendendo a produção de grãos, visto que esta acontece em períodos distintos, no verão e no inverno, não sobrepondo safras, ou seja, enquanto está se desenvolvendo a safra de verão, ocorre o escoamento dos grãos de inverno, o mesmo ocorrendo inversamente.

Também há de se considerar que o cultivo de grãos no RS é muito dependente das condições climáticas durante os ciclos de desenvolvimento das culturas, fator que tem influência na relação entre a capacidade estática disponível e a produção de grãos, conforme demonstrado no quadro a seguir, onde se verifica que no ano de 2002 a capacidade estática era superior em 12,3% ao volume de grãos produzidos naquela safra, mantendo-se com variação positiva até o ano de 2006 até apresentar relação negativa de -9,4% frente a uma safra histórica de 28,6 milhões de toneladas de grãos colhidas na safra 2011.

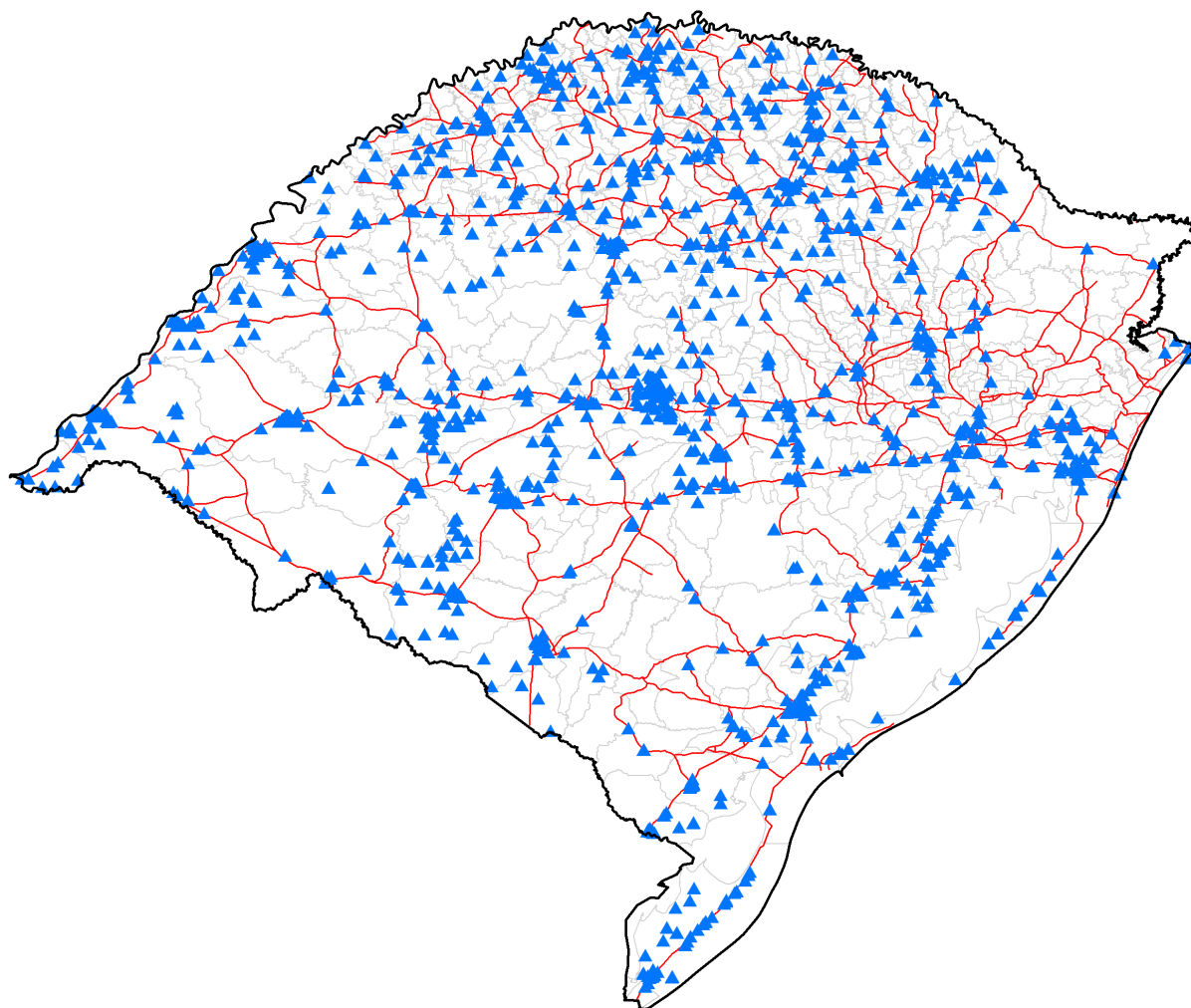
Quadro XXIX - Relação Capacidade Estática – Produção de Grãos

Em mil/t

	RS		
	Capacidade	Produção	Rel.(%)
2002	18.674,8	16.576,7	112,3
2004	20.035,3	18.235,7	109,0
2006	22.252,8	21.313,2	104,2
2008	22.491,1	22.631,2	99,4
2010	23.082,1	24.670,5	94,7
2011	25.947,4	28.649,7	90,6

Fonte: Conab

Figura XVI - Distribuição dos Armazéns no RS



Legenda

- ▲ Armazéns
- Rodovias
- Limite de Municípios
- Limite de Estado

Elaboração: GEOTE

6.1.4 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

6.2 Atividade de Fiscalização

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc. O quadro de fiscais na Matriz é composto por 22 empregados que atuam na coordenação das diversas etapas e, também, na fiscalização dos armazéns, enquanto que as Regionais detêm 108 fiscais treinados e aptos para a execução da atividade, sendo que destes 7 estão lotados na Sureg/RS.

Em 2011 foram realizadas 6.030 fiscalizações, sendo 4.209 relacionadas aos estoques públicos e 1.821 às operações de garantia e sustentação de preços.

6.2.1 - Quadro de Fiscais lotados na Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

- 1) Ademir Francisco de Souza
- 2) Carlos Alberto Seibert dos Santos
- 3) Carlos Roberto Becker
- 4) João Cláudio de Lima
- 5) João Gustavo Leopoldo Bier
- 6) Lauri Ribeiro Velho
- 7) Leopoldo Karnop

6.2.2 - Fiscalização dos Estoques Públicos

Nas operações realizadas em 2011 foram fiscalizados de forma acumulada, e por fiscais da Matriz e das Regionais, 4.209 armazéns e 24,0 milhões de toneladas de produtos vinculados à PGPM, ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, a estratégia Fome Zero e aos estoques próprios e de terceiros armazenados em unidades próprias.

Quadro XXX – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	11.179.316	11.122.438	8.356.235	8.337.937
Contrato de Opção	28.385.799	28.223.790	15.019.955	14.967.502
Agricultura Familiar	538.814	538.262	436.550	428.762
Fome Zero	141.307	141.219	36.863	36.863
Estoque Próprio	6.077	6.077	5.575	5.526
Varreduras	816	816	109.101	109.104
Terceiros	147.323	147.323	147.750	147.746
Total	40.399.452	40.179.925	24.112.029	24.033.440

Fonte: Sufis/Gefis

Em relação ao exercício anterior verifica-se queda de 40,2% no volume fiscalizado, em função da redução dos estoques públicos e redução nas aquisições governamentais.

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas – produto abaixo do padrão (835 toneladas) e desclassificados (1.851 toneladas) e perdas quantitativas – desvio (53.572 toneladas) e perdas em armazenagem (27.243 toneladas). As diferenças apuradas são registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento são procedidas as baixas contábeis pelas Sureg's, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suope (para abertura do processo administrativo), Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Sufin (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

6.2.2.1 – Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos

Durante o exercício, a Conab emitiu cobranças no valor de R\$27.114.396,12 referentes a Desvio ou Perdas em Armazenagem de 75.393 toneladas de produtos vinculados aos estoques governamentais. Das cobranças realizadas em 2011 ou em anos anteriores, foram recuperados R\$6.967.511,33 e 13.635 toneladas de produtos. Até o fim do período, haviam 4.533 processos ajuizados, 5 processos encaminhados para ajuizamento e 3 em andamento, no valor total de R\$1.661.739.111,82.

Conforme demonstrado no quadro a seguir, no Rio Grande do Sul os desvios e perdas de armazenagem apontadas nos estoques de arroz totalizaram 2.997 toneladas, representando 0,21% do quantitativo armazenado de 1.457,1 milhões de toneladas. No milho foram apontadas 215 toneladas por perdas em armazenagem, representando 1,6% do estoque total de 13.150 toneladas, enquanto o trigo apresentou desvio e perdas em armazenagem de 12.537 toneladas, representando 4,18% do estoque total de 299.645 toneladas. Nos casos de constatação de desvio, a unidade armazenadora é automaticamente descredenciada a operar com estoques públicos.

Quadro XXXI – Demonstrativo de Perdas Qualitativas e Quantitativas dos Estoques Públicos no RS

Sureg	Produto	Perdas (Em t)				Total	
		Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas			
		AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem	P. Qualitativas	P. Quantitativas
RS	Arroz	-	-	2.940	57	-	2.997
	Milho	-	-	-	215	-	215
	Trigo	-	-	12.386	151	-	12.537
Total		0	0	15.326	423	0	15.749

Fonte: Sufis/Gefi

6.2.2.2 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Nas etapas de fiscalização e vistorias realizadas no Rio Grande do Sul em 2011 foi constatada a ocorrência de 946 irregularidades, decorrentes principalmente do alto volume de estoques e do grande número de armazéns necessários ao seu armazenamento, com participação de 35,5% no total de irregularidades apontadas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXII – Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras

Estado	Total
Acre	2
Alagoas	1
Amazonas	11
Bahia	322
Ceará	47
Distrito Federal	19
Espírito Santo	2
Goiás	158
Maranhão	19
Mato Grosso	241
Mato Grosso do Sul	47
Minas Gerais	145
Pará	29
Paraíba	9
Paraná	387
Pernambuco	18
Piauí	49
Rio de Janeiro	0
Rio Grande do Norte	44
Rio Grande do Sul	946
Rondônia	11
Roraima	16
Santa Catarina	79
São Paulo	36
Sergipe	21
Tocantins	6

Fonte: Gefis/Sufis

6.2.3– Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

Em 2011 foi realizada por fiscais da Matriz e das Regionais, a fiscalização de 3.481 operações de comercialização (PEPRO, PEP, VEP, Vendas em Balcão, Subvenção aos extrativistas) e de apólices de seguro rural, esta em atendimento à solicitação do MAPA.

6.3 Atividade de Movimentação de Estoques

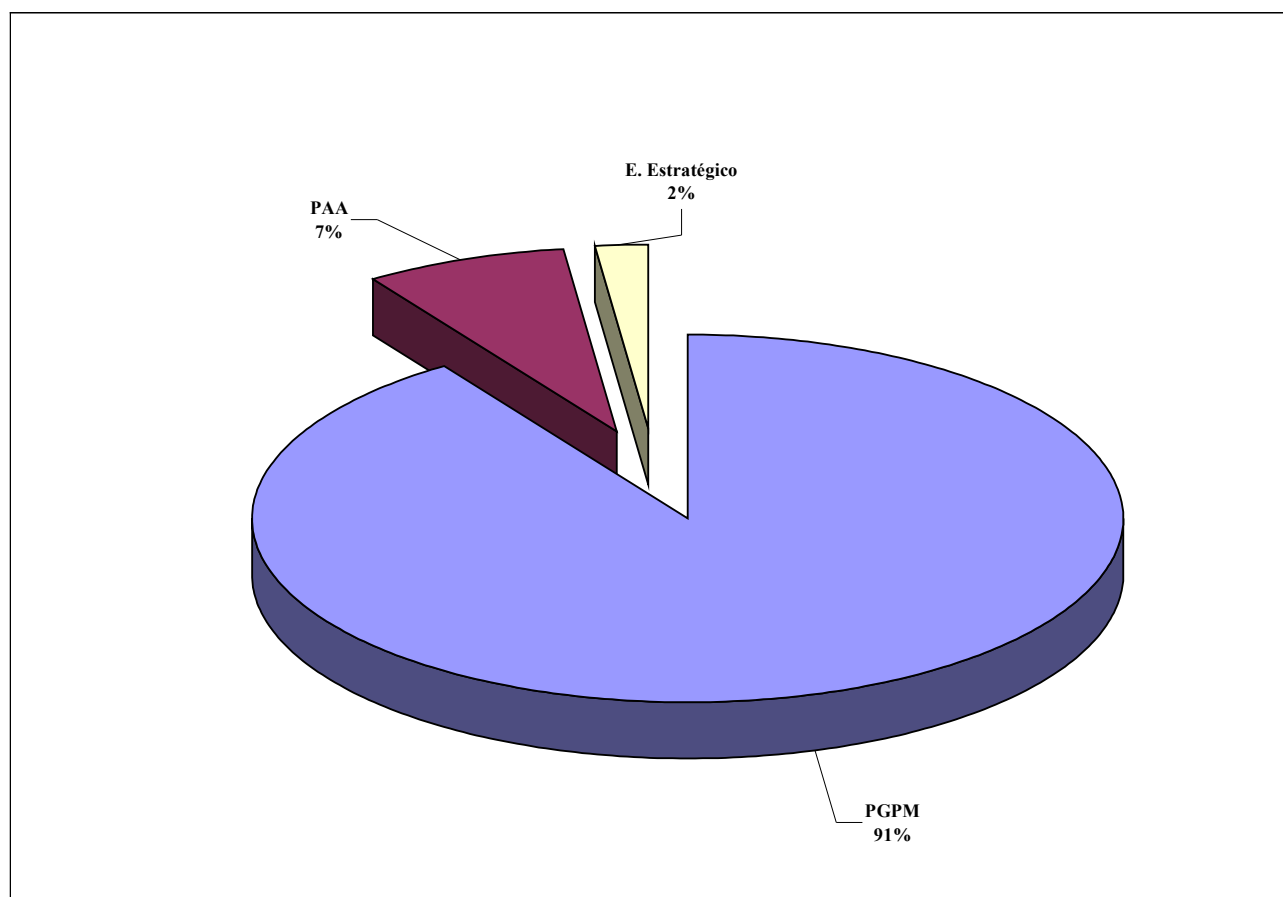
Atividade de fundamental apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab, a movimentação de estoques pode ocorrer nos seguintes casos:

- para liberação de espaço visando acolhimento da safra;
- atendimento de determinação judicial;
- rescisão do Contrato de Depósito;
- atendimento de cláusula contratual, a pedido do depositário;
- risco iminente de perda quantificativa do produto, constatado pela fiscalização da Conab, tais como: danos nos equipamentos do armazém necessários à segurança e/ou conservação do produto, estrutura física do armazém comprometida, inundação, incêndio, abandono do produto pelo depositário, ameaça de pilhagem e outros motivos de impedimento técnico do armazém;
- constatação de desvio parcial do produto;
- realização de operações de compra com remoção simultânea em regiões com deficiência de armazenagem;
- descredenciamento do armazém;
- pendência financeira do depositário, com recomendação de remoção pela área de cobrança da Conab;
- atendimento ao programa de venda em “balcão” ou outro envolvendo estoques administrados pela Conab de produtos e embalagens próprios e/ou vinculados a Programas Governamentais.

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, de acordo com o Regulamento para Contratação de Serviços de Transporte, constante do Manual de Operações da Conab-MOC, Título 13 – Movimentação de Estoques da Conab.

Em 2011 foram realizados 44 leilões e uma contratação por meio de Carta Convite quando foi contratada a remoção de 404.404 toneladas de diversos produtos vinculados à PGPM, ao PAA, aos estoques estratégicos (MDS e Defesa Civil) para distribuição à famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional. O custo total das contratações foi de R\$81.125.244,02.

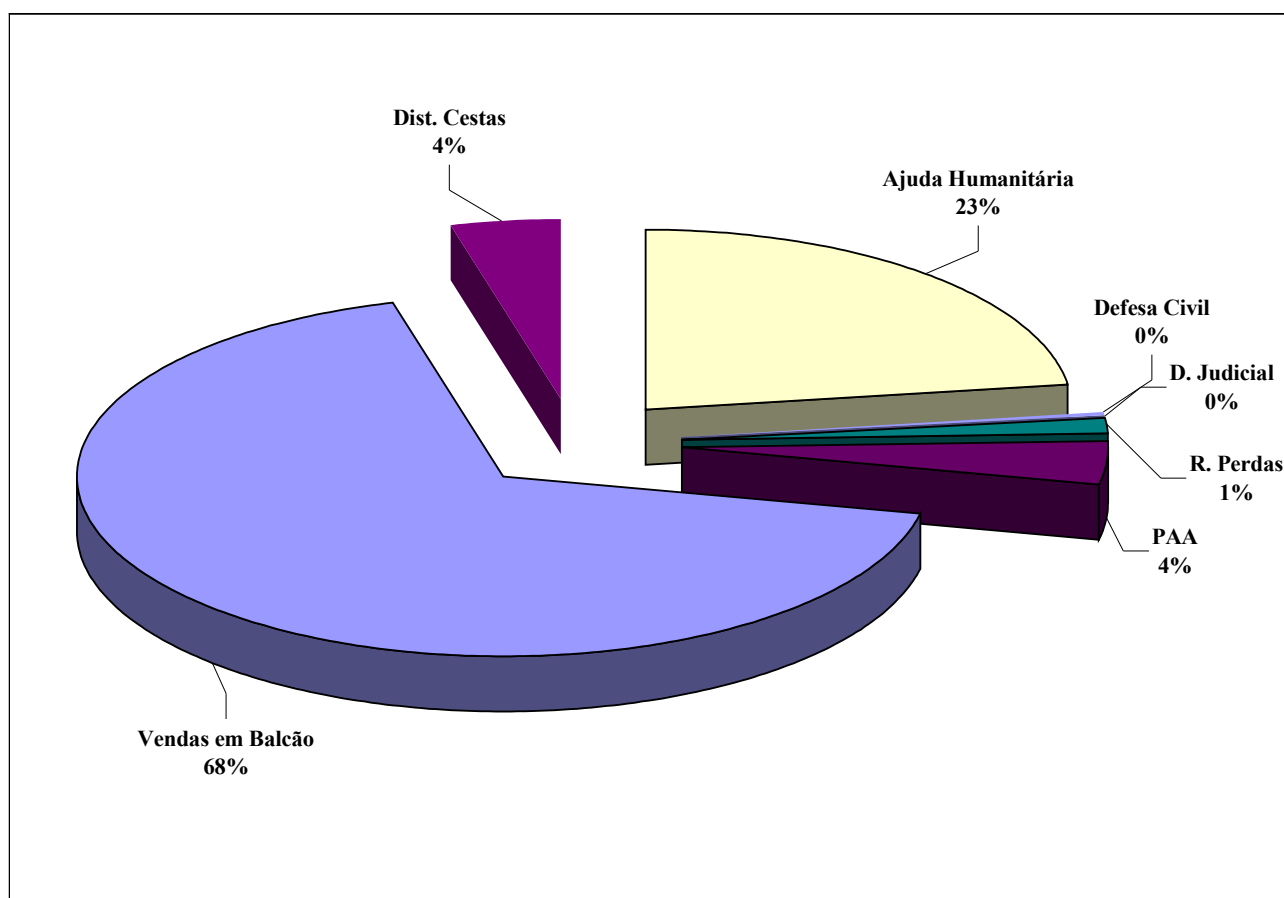
Figura XVII – Remoções, por Vínculo do Produto



Fonte: Suarm/Gemov

Como motivo gerador das remoções destacou-se o atendimento ao Programa Vendas em Balcão com participação de 68% da quantidade contratada, seguido da remoção de produtos para doação aos países amigos a título de ajuda humanitária internacional, com 23%. As demais foram para atendimento às solicitações do MDS e da Defesa Civil, para atendimento a decisões judiciais, a retirada de produtos da agricultura familiar dos postos de compra, e, também, a retirada de produtos de unidades armazenadoras onde foram constatados pela fiscalização a ocorrência de risco de perdas qualitativas e/ou quantitativas de produtos.

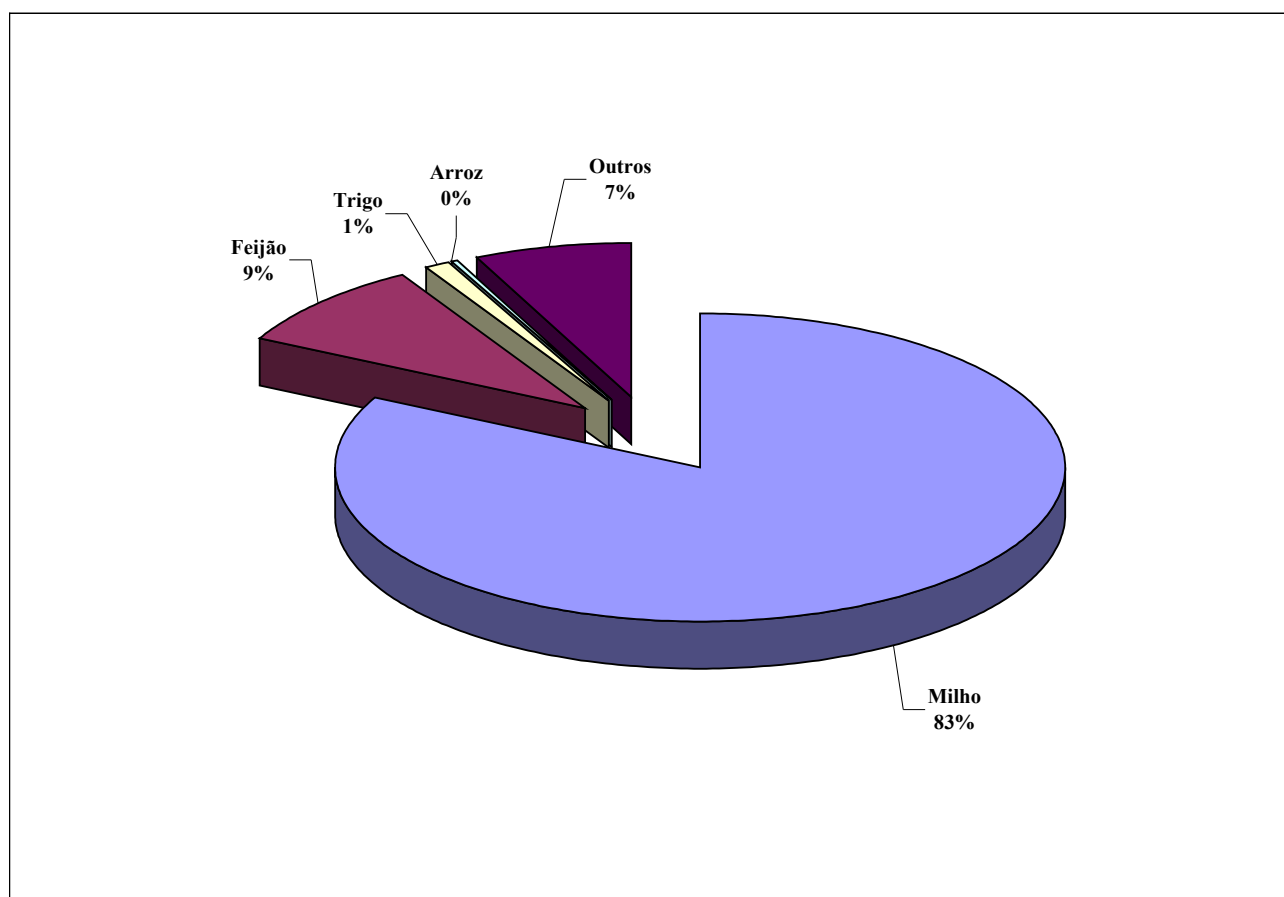
Figura XVIII – Remoções, Motivo Gerador



Fonte: Suarm/Gemov

Destacou-se o milho com participação de 83% da quantidade contratada para atendimento à demanda do Vendas em Balcão e para Ajuda Humanitária Internacional, seguido pelo feijão (9%) também para envio aos países amigos, para doação a entidades públicas ou as de interesse social, em cumprimento á determinação da Lei n.º 12.058/2009. O Grupo Outros agrega diversos produtos alimentícios utilizados na formação de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Figura XIX– Remoções por Produto



Fonte: Suarm/Gemov

a) Remoção de Produtos Vinculados à PGPM

Para o Rio Grande do Sul, apesar do crescimento na produção de milho da safra 2010/2011, a demanda interna deste cereal é maior que a oferta. Por esta razão foi providenciada a contratação de frete para remoção de 62.000 toneladas vinculadas à PGPM (AGF e Contrato de Opção) e armazenadas nos estados de Goiás, Mato Grosso e do Paraná, destinados ao Programa de Balcão, com remoção efetiva em 2011 de 16.544 toneladas, tendo sido contratada ainda, por decisão judicial, a remoção interna de 501.745 kg de arroz em casca.

Quadro XXXIII – Demonstrativo das Remoções Contratadas

UF		Produto	Motivo	Valores (Em R\$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditivada	A Remover
GO	RS	Milho	Vendas em balcão	435.041,00	285.609,28	1.893.376	846.390	-	-	1.046.986
Subtotal				435.041,00	285.609,28	1.893.376	846.390	-	-	1.046.986
MT	RS	Milho	Vendas em balcão	14.799.833,71	10.264.845,75	51.074.761	15.697.440	-	-	35.377.321
Subtotal				14.799.833,71	10.264.845,75	51.074.761,00	15.697.440,00	-	-	35.377.321,00
PR	RS	Milho	Vendas em balcão	813.270,61	633.500,02	9.031.863,00		-	-	9.031.863
Subtotal				813.270,61	633.500,02	9.031.863,00	-	-	-	9.031.863,00
RS	RS	Arroz	Decisão Judicial	12.532,19	12.532,19	501.745	501.745	-	-	-
Total Geral				16.060.677,51	11.196.487,24	62.501.745,00	17.045.575,00	-	-	45.456.170,00

Fonte: Suarm/Gemov

Notas: (1) Cancelamento por falta de espaço na UA-Manaus

(2) Remoção cancelada devido a venda do produto.

(3) Cancelamento devido ao não cumprimento pela transportadora dos fluxos de transporte, ficando inadimplente.

c) Remoção de Produtos do MDS

Em atendimento às solicitações do MDS foi contratada para o Rio Grande do Sul a remoção de 18.181 toneladas de cestas de alimentos ou de produtos alimentícios destinados a 23 Estados da Federação, ou para retirada de estoques dos polos de compra, com remoção efetiva de 8.842 toneladas conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XXXIV – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS

Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
RS	AL	456.407,60	456.407,60	1.077.500	613.340	-	-	464.160
	AM	79.523,00	79.523,00	111.000	84.000	-	-	27.000
	BA	1.774.866,23	1.774.866,23	4.813.320	1.697.460	-	-	3.115.860
	CE	293.950,91	293.950,91	591.400	356.200	-	-	235.200
	DF	26.601,59	26.601,59	64.000	46.000	-	-	18.000
	ES	37.250,56	37.250,56	112.610	71.740	-	-	40.870
	GO	163.810,15	163.810,15	683.320	252.060	-	-	431.260
	MA	530.439,91	530.439,91	1.200.660	449.240	-	-	751.420
	MG	170.728,38	170.728,38	593.100	107.000	-	-	486.100
	MS	179.969,58	179.969,58	959.390	496.840	-	-	462.550
	MT	113.052,59	113.052,59	452.850	287.900	-	-	164.950
	PA	804.979,35	804.979,35	1.846.850	685.500	-	-	1.161.350
	PB	93.790,90	93.790,90	175.000	175.000	-	-	-
	PE	1.364.956,57	1.364.956,57	3.086.420	1.810.760	-	-	1.275.660
	PI	195.995,06	195.995,06	436.110	303.740	-	-	132.370
	PR	7.760,40	7.760,40	34.000	34.000	-	-	-
	RJ	41.344,17	41.344,17	186.740	170.740	-	-	16.000
	RN	179.084,68	179.084,68	321.330	110.280	-	-	211.050
	RO	33.479,66	33.479,66	47.000	22.000	-	-	25.000
	RS	13.635,88	13.635,88	180.158	180.158	-	-	-
	SC	15.942,11	15.942,11	195.120	130.080	-	-	65.040
	SE	183.546,96	183.546,96	431.190	386.190	-	-	45.000
	SP	94.734,10	94.734,10	552.400	356.600	-	-	195.800
	TO	19.103,60	19.103,60	30.000	15.000	-	-	15.000
Tota Geral		6.874.953,94	6.874.953,94	18.181.468,00	8.841.828,00	-	-	9.339.640,00

6.4 – Principais Indicadores de Desempenho

Nome do Indicador: Custo de Cadastramento de Unidade Armazenadora				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo com cadastramento por UF				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: C/AC, onde: C=Custo de Cadastramento; AC=Armazéns Cadastrados. Variáveis consideradas no Custo: diárias, passagens, despesas com locomoção e material de consumo. A unidade de medida é R\$ por Armazém cadastrado com p				
Fonte dos dados: Siafi e Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

Nome do Indicador: Número de Armazéns Cadastrados por Equipe				
Objetivo do Indicador: Avaliar o Desempenho da Equipe de Cadastramento				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: AC/TE, onde: AC=Armazéns cadastrados e TE=Total de equipe. A equipe é composta por duas pessoas. A periodicidade é anual, com base geográfica por UF e Brasil.				
Fonte dos dados: Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

Nome do Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Valor em R\$ milhões. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil. Periodicidade: Trimestral e anual.				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não definida				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

Nome do Indicador: Participação de produtos do governo no estoque, em Unidades Armazenadoras Próprias				
Objetivo do Indicador: Avaliar a composição dos estoques em Unidades Armazenadoras Próprias				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geam				
Fórmula de Cálculo e método de medição: $(Pg/E) \times 100$ onde Pg=Produtos do governo e E=Estoque. Os produtos do governo incluem grãos e produtos processados. Estoque inclui grãos e produtos processados, de governo e de terceiros. Base geográfica: UF e Brasil				
Fonte dos dados: Geam				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
a definir				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

Nome do Indicador: Relação entre quantidades contratada e removida				
Objetivo do Indicador: Analisar a eficiência das remoções				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da GEMOV				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(QR/QC) \times 100$, sendo QR=Quantidade Removida; QC=Quantidade Contratada. O indicador reflete as condições em que as Unidades armazenadoras de origem guardam os produtos do Governo Federal, bem como as condições de receb				
Fonte dos dados: Gemov				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

Nome do Indicador: Quantidade de Unidades Armazenadoras Fiscalizadas				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade de unidades armazenadoras fiscalizadas/ Fiscal/ Etapa				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: Uaf/F onde: Uaf=Nº de Unidades Armazenadoras fiscalizadas e F=nº de fiscais; Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/ Anual.				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

Nome do Indicador: Quantidade de produtos fiscalizados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade do estoque fiscalizado ao longo do ano				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Pf/Ec) \times 100$ onde: Pf=quantidade de Produtos Fiscalizados e Ec=total do Estoque contábil Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/Anual				
Fonte dos dados: X=Sufis/Gefis Y= XFac				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade.				
Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

Nome do Indicador: Índice de desvios de produtos armazenados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(DA/Ef) \times 100$ onde DA=total de Desvios Apurados (ton) e Ef=total de Estoque fiscalizado (ton) Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/Anual				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade.				
Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

Nome do Indicador: Evolução do Custo da Fiscalização				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução dos custos da fiscalização em relação ao ano anterior				
Tipo: Economia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Dt/Dt-1)-1] \times 100$ onde: Dt=Despesas no ano corrente (R\$) e Dt-1=Despesas no ano anterior. O custo envolve despesas correntes/diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade.				
Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

Nome do Indicador: Custo médio do estoque fiscalizado				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo médio da Fiscalização				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: Df/Qf , onde: Df =Despesas da fiscalização (R\$) e Qf =Quantidade fiscalizada (ton) O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros). Base g				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

Nome do Indicador: Economia potencial gerada pela fiscalização				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a economia proporcionada pela fiscalização				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $PD \cdot Pme / Df$ onde: PD =Perdas e Desvios ocorridos (ton) Pme =Preço médio do produto e Df =Total de Despesas com a fiscalização. Despesa potencial é o valor de perdas e desvios ocorridos e detectados pela fiscalização e				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

7 – Geração e Difusão de Informações (correspondente ao item 10 da DN 108/2010)

7.1 – Levantamento de Safras

No ano de 2011 foram realizados pelos técnicos da Sureg/RS com apoio de técnicos oriundos da Matriz, 12 levantamentos da safra agrícola, compreendendo 9 etapas relativas a safra 2010/2011 e 3 etapas da safra 2011/2012. Nestes levantamentos, 6 foram realizados com pesquisa a campo e os demais através da utilização de outros meios de comunicação como telefone, e-mail.

Para os procedimentos de pesquisa no Rio Grande do Sul são percorridos 4 roteiros de viagem pré definidos, onde são entrevistados produtores rurais, agrônomos e técnicos de Cooperativas, escritórios de planejamento agrícola, órgãos de Assistência Técnica públicos e privados, agentes financeiros, agentes de comércio, entre outros, com utilização de questionário específico para cada produto. Os dados e informações obtidas são inseridas em sistema próprio denominado SAS – Sistema de Avaliação de Safras, ferramenta que permite consolidar os dados de todos os roteiros avaliados.

A última avaliação no ano de 2011 foi realizada através de telefone e e-mail no período de 12 a 16 de dezembro, relativa ao 4º Levantamento da Safra 2011/2012, divulgado em Janeiro de 2012 e cujos resultados estão demonstrados no quadro a seguir.

Comparativamente a safra brasileira, que apresenta um volume de 158.446,5 milhões

de toneladas, o Rio Grande do Sul participa com 64,3% da safra de arroz, 8,4% no milho, 14% na soja e 47,4% com trigo e 16,2% na média de todas as culturas.

A safra 2010/2011 encerrou com área de cultivo de 7.436,7 milhões de hectares e produção recorde para o Estado no volume de 28.824,0 milhões de toneladas.

Para a safra 2011/2012 o 4º Levantamento indicou área de cultivo de 7.610,3 milhões de hectares, superior em 2,3% ao apontado na safra anterior. A área de cultivo com milho apresentou variação positiva de 4,9%, a soja 2,7% e o trigo 17,6%, todos motivados pelos bons preços praticados no mercado destes grãos no decorrer dos anos de 2010 e 2011. Já a área de arroz apresentou variação negativa de 10,1% em consequência principalmente pelas dificuldades de mercado durante o ano de 2011 e o feijão 1ª safra com variação negativa de 14,4% também relacionada aos baixos preços pagos ao produtor na última safra.

A estimativa de produção da safra 2011/2012 é da ordem de 25.715,6 milhões de toneladas, inferior em 10,8% ao obtido na safra anterior, motivada principalmente pela expectativa de ocorrência de estiagem prolongada nas regiões produtoras de feijão, milho e soja, que deverão apresentar as maiores perdas.

**Quadro XXXV – Demonstrativo da Área Plantada, Produtividade e Produção Agrícola
Rio Grande do Sul – Safras 2010/2011 e 2011/2012**

CIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL
GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO
SETOR DE APOIO À LOGÍSTICA E GESTÃO DA OFERTA

RIO GRANDE DO SUL
ESTIMATIVA DE ÁREA, PRODUTIVIDADE E PRODUÇÃO
SAFRA 2011/2012

	Área (mil/ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil/t)			Prod Brasil (mil/t)	Prod partic RS/Brasil
	2010/2011	2011/2012	Variação %	2010/2011	2011/2012	Variação %	2010/2011	2011/2012	Variação %	2010/2011	2011/2012
	(a)	(b)	(b/a)	(a)	(b)	(b/a)	(a)	(b)	(b/a)	(b)	(b)
ARROZ	1.171,6	1.053,0	(10,1)	7.600,0	7.000	(7,9)	8.904,2	7.371,0	(17,2)	11.462,1	64,3
FEIJÃO	69,5	59,5	(14,4)	1.365,0	1.200	(12,1)	94,9	71,4	(24,7)	3.500,4	2,8
	22,9	22,9	0,0	1.268,0	1.150	(9,3)	29,0	26,3	(9,3)		
MILHO	1.099,2	1.153,1	4,9	5.255,0	4.330	(17,6)	5.776,3	4.992,9	(13,6)	59.210,3	8,4
SOJA	4.084,8	4.197,1	2,7	2.845,0	2.400	(15,6)	11.621,3	10.073,0	(13,3)	71.751,3	14,0
TRIGO	793,1	932,4	17,6	2.490,0	2.941	18,1	1.974,8	2.742,2	38,9	5.788,6	47,4
DEMAIS	195,6	192,3	(1,7)				423,6	438,7	3,6	6.733,8	6,5
PRODUÇÃO TOTAL	7.436,7	7.610,3	2,3				28.824,0	25.715,6	(10,8)	158.446,5	16,2

Fonte: CONAB 4º Levantamento – janeiro 2012
Demais: Amendoim, Aveia, Canola, Centeio, Cevada, Girassol, Sorgo, Tríticale
Data: 10/01/2012

7.2 – Levantamento de Preços de Produtos Agropecuários

Tem o fim de alimentar o Sistema de Informação Agrícola e de Abastecimento – SIAGRO, do qual podem ser extraídos séries históricas e vários indicadores de preços, como preços pagos e recebidos pelo produtor, preços do mercado atacadista e preços da indústria, para diversos produtos e insumos agrícolas comercializados no Estado.

Os valores inseridos no sistema são utilizados para subsidiar análises de mercado com vistas a Política de Garantia de Preços Mínimos, além de determinar a aplicação ou não dos bônus previstos no Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF de responsabilidade do MDA.

Os levantamentos dos preços são realizados em forma de pesquisa por telefone e/ou e-mail de forma rotineira, utilizando-se das informações de fontes fidedignas cadastradas no sistema e cuja periodicidade pode ser diária, semanal ou mensal, dependendo da situação.

As pesquisas abrangem os principais grãos produzidos pelas agriculturas patronal e familiar, dos segmentos de aves, suínos e bovinocultura de leite, de hortigranjeiros e fruticultura, além de insumos, máquinas e implementos agrícolas e outros itens que compõem as planilhas de custo de produção.

O acesso ao sistema se dá através da Intranet da Conab, sendo a manutenção de responsabilidade da Suinf/Geint.

Para atender demandas internas de aquisição de produtos destinados as ações de abastecimento social e do PAA, também são realizadas pesquisas de mercado de produtos manufaturados, ao nível de varejo, atacado e indústria estabelecidos no Estado.

7.3 – Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos

As ações relativas ao levantamento de custos de produção e custos de insumos são de responsabilidade da SUINF/GECUP, e seguem metodologia específica elaborada pela Conab, cabendo aos técnicos da Sureg/RS realizar as pesquisas de preços de mercado dos itens que compõem as respectivas planilhas, inserindo as informações no SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e Abastecimento ou encaminhando diretamente aquela Gerência para as demais providências de sua competência.

Esta atividade tem a finalidade de subsidiar os trabalhos de análise e criação das políticas de governo para a Garantia de Preços Mínimos da agricultura empresarial e da agricultura familiar, sendo que no Rio Grande do Sul são acompanhados os custos dos seguintes produtos agropecuários: arroz, feijão, milho, soja, trigo, canola, girassol, frango de corte, suínos, leite, banana, maçã, pêsego, tangerina, uva, alho, batata doce e mandioca.

8 – Gestão de Pessoas (correspondente ao item 11 da DN 108/2010)

8.1 – Alocação de Empregados

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005 e 2006 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em 2011 foram editadas as portarias de n.ºs 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro, anistiando mais 75 empregados. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foram realizados no

exercício em tela 121 remanejamentos de mão de obra entre as áreas internas da Matriz.

Reduzido o fluxo de entrada de anistiados a Gerência de Cargos, Salários e Avaliação-Gecav elaborou a Nota Técnica n.º 02/2011 onde expôs a necessidade de dimensionamento da força de trabalho, no sentido de identificar o número e a qualificação dos empregados para a execução das atividades da Companhia. Para tanto, foi autuado processo interno visando a contratação de empresa de consultoria, visando a realização do redimensionamento do quadro de pessoal, tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras.

8.2 – Comunicação Interna

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

8.3 – Melhoria do Clima Organizacional

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação-Sutin para tabulação. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- Preenchimento dos formulários;
- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões;

- Conclusão e disseminação dos resultados.

A quarta etapa não foi implementada pois até o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

8.4 – Capacitação de Pessoal

O exercício de 2011 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1.º de março de 2011, e Resoluções nº 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gerência responsável passou a realizar suas atividades norteadas pela visão estratégica da Diretoria Administrativa (atual Diretoria de Gestão de Pessoas-Digep), no sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a empresa implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa-PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

A cada dois anos é realizado o Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz. Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78.

a) Quanto ao número de treinandos

O quadro a seguir apresenta o comparativo entre os resultados alcançados nos exercícios de 2010 e 2011.

Quadro XXXVI – Treinamento por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos		Homens/hora Treinados		Média de carga/horária por participante	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Administrativa	357	314	3.990	2.593	11,18	8,26
Auditoria	70	46	1.536	670	21,94	14,57
Comunicação Social	10	1	481	16	48,1	16
Educação e Desenvolvimento	587	230	8.863	2.968	15,1	12,9
Financeira	117	12	2.038	660	17,42	55
Gerencial	51	4	295	82	5,78	20,5
Informática	121	59	2.120	2.232	17,52	37,83
Jurídica	15	46	1.026	110	68,4	2,39
Operacional	58	57	1.844	398	31,79	6,98
Planejamento	195	128	3.925	3.902	20,13	30,48
Qualidade	-	2	-	4	-	-

Em 2011 foram realizados 899 treinamentos com decréscimo de aproximadamente 43,1% sobre a quantidade do ano anterior, em função da diminuição do número de treinandos em quase todas as áreas, destacando-se a de Educação e Desenvolvimento. A redução só não foi maior devido à participação de grande número de empregados em palestras relativas à disseminação de conhecimentos pelos empregados participantes dos cursos de pós-graduação. Em função do curto tempo de duração destes eventos verificou-se, em consequência, redução de 47,8% nas horas de estudo e de 8,2% na carga horária por participante.

b) Resultados Alcançados

Os resultados a seguir detalhados envolvem todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia e que a metodologia de avaliação ainda se encontra em processo de validação pela Conab, estendendo-se a partir de 2012 para as Regionais.

Dentro do contexto organizacional relacionado à implementação dos treinamentos previstos no PEC-2011 foi proposto, para a monitoração do referido Plano, os indicadores de desempenho classificados e integrados de acordo com o tipo (produto ou processo) e amplitude (estratégico, gerencial e operacional) conforme quadro abaixo, permitindo avaliar e propor melhorias no modelo de gestão educacional da Companhia.

Quadro XXXVII – Indicadores de Capacitação

Amplitude Tipo	Indicador	Descrição	Meta	Resultado
Estratégico Produto	Impacto do Treinamento no Trabalho (Implantar processo de Avaliação do Retorno do Investimento ROI)	Percentual de impacto do treinamento no trabalho (alcance dos objetivos específicos do treinamento e aumento do desempenho do treinando) bem como justificar o retorno do investimento	Maior ou igual a 40% dos cursos avaliados, com grande impacto (cursos fechados)	Não foi possível a implantação do ROI, uma vez que dependemos de outro órgão.
Gerencial Processo	Implantação do PEC 2011	Percentual de Ações Educacionais constantes do PEC que foram implementadas no	900,00%	60% implementadas

		corrente ano		
Operacional Produto	Satisfação do Treinando com os Treinamentos	Satisfação dos treinandos com o desempenho do instrutor, a qualidade institucional, o ambiente da ação educacional e a coordenação	Maior ou igual a 80%	Da amostra pesquisada foi alcançado um resultado de 85%.
Gerencial Processo	Investimento de Horas em Educação	Média de horas que cada colaborador dedica a ações educacionais	12 horas anuais	Ultrapassou a meta, alcançando a média de 15h20 ano, por treinando
Gerencial Produto	Incremento de Conhecimento	Percentual de acréscimo de conhecimento final de (incremento de aprendizagem)	Acréscimo de até 50%	Alcançou 63%

Fonte: Sumoc/Gecap

As ações educacionais que integram o PEC 2011 sofreram corte na realização dos eventos, tendo em vista o contingenciamento orçamentário, que limitaram a realização de atividades de treinamento e desenvolvimento fora da área de lotação dos empregados.

No entanto, a tabulação das avaliações de reação aplicadas aos treinandos após a participação dos empregados nos cursos/eventos realizados pela Matriz e Regionais, por amostragem, demonstra que a Companhia conseguiu alcançar algumas metas traçadas para o ano de 2011, conforme demonstrado a seguir.

1 – Palestras

Foram tabuladas 38 palestras, totalizando a participação de 799 empregados da Matriz e Regionais, que responderam sobre as seguintes questões:

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Domínio do tema pelo palestrante	-	0,88%	5,22%	33,77%	60,11%
Metodologia apresentada	-	1,22%	8,00%	41,77%	49,00%
Atendimento da expectativa	0,55%	1,44%	14,11%	38,22%	45,55%
Conceito geral do evento	-	1,44%	9,88%	38,00%	50,65%

Fonte: Sumoc/Gecap

Constata-se, pelos dados acima que na maioria das Palestras realizadas conseguiu-se atingir a expectativa dos participantes, totalizando cerca de 83,77% entre os conceitos “Bom” e “Ótimo”.

2 – Treinamentos

Foram tabulados, por amostragem, cerca de 179 treinamentos, totalizando a participação de 1.486 empregados, que responderam aos questionários de avaliações, sobre as seguintes questões.

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Coordenação/Organização	-	0,32%	5,00%	44,76%	48,50%
Aplicabilidade do assunto	0,35%	1,18%	11,25%	25,33%	61,93%
Conceito final do instrutor	6,25%	-	2,44%	32,43%	58,88%
Conceito geral do treinamento	-	-	13,38%	42,18%	44,42%

Fonte: Sumoc/Gecap

A análise dos dados obtidos permite concluir que a maioria dos treinamentos realizados alcançaram bons resultados, concentrando, em todos os quesitos, mais de 85% nos conceitos “Bom” e “Ótimo”, destacando-se o item Coordenação/organização com 93,26% entre esse conceitos.

3 – Da aprendizagem obtida

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Conhecimento -Antes	2,66%	12,72%	55,19%	29,39%	-
Conhecimentos - Após	-	-	7,24%	50,02%	42,73%

Fonte: Sumoc/Gecap

Inferese que antes da realização dos eventos o grau de conhecimento dos empregados encontrava-se cerca de 70% entre os níveis “Insuficiente” a “Regular”, enquanto os níveis “Bom” e “Ótimo” estavam em torno de 30%; Após os eventos, a graduação de “Insuficiente” a “Regular” foi reduzida para 7%, ao passo que o somatório dos intervalos “Bom” e “Ótimo” passou para 93%, caracterizando com isso a ocorrência de um acréscimo de aprendizagem em toeno de 63% nas atividades de treinamento promovidas pela Companhia. Portanto, a meta de incremento de aprendizagem foi superada.

8.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

No fim do exercício, a SUREG RS contava com 124 empregados.

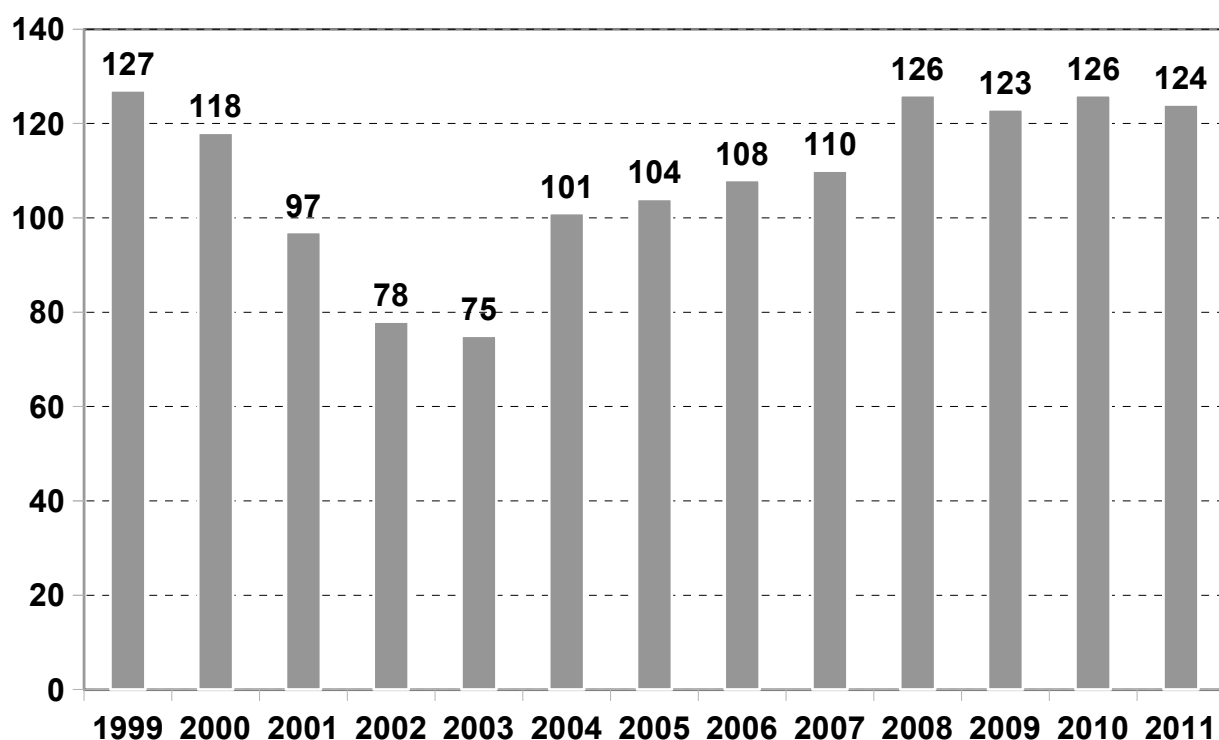
Quadro XXXVIII – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional na Sureg RS

Discriminação	RS		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	103	99	(4)
Assessores (contrato especial)	0	0	-
Cargo de Direção na empresa	0	0	-
Diretor não empregado	0	0	-
Conselheiro de Administração/Fiscal	0	0	-
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	5	5	-
À Disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	16	17	1
À Disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
Licença Maternidade – 120 dias / adoção	0	0	-
Licença Maternidade – empresa cidadã 60 dias / adoção	0	0	-
Assessores (Contrato Especial) Requisitado	0	0	-
Licença para cargo eletivo com vencimentos	0	0	-
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	0	0	-
Contrato suspenso / licença particular	2	3	1
Pensão Vitalícia	0	0	-
Total	126	124	(2)

Fonte: Dirad/Sureh

A figura a seguir mostra a evolução do quadro de empregados, no qual se verifica redução até o exercício de 2003 e em seguida a recomposição, atingindo em 2011, crescimento de 64,00% em relação àquele ano, em consequência da contratação de empregados por meio da realização de concurso público, pelo retorno de empregados por decisão judicial e de anistiados pela Lei n.º 8.878/94.

Figura XX – Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro de empregados, 58 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 47,48% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

**Quadro XXXIX - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2011**

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	RS		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	68	66	(2)
Reintegrado (Transitado)	7	7	-
Reintegrado Liminar	1	1	-
Anistiado (Transitado)	10	11	1
Anistiado (Liminar)	2	1	(1)
Anistiado (Lei 8878/94)	38	38	-

Fonte: Sutin/Gesof

O número de empregados enquadrados nas funções de nível superior representa 15,00% do total da força de trabalho e não apresentou variação sobre 2010 (19) enquanto os de nível auxiliar tiveram decréscimo de 2,78%, passando de 126 para 124 empregados.

Quadro XL – Demonstrativo por Nível de Enquadramento

Situação Contratual	Nível				Total
	Auxíliar	Médio	Superior	Contrato Especial	
Contrato padrão	28	20	18	0	66
Reintegração Judicial (Transitado em julgado)	3	4	0	0	7
Reintegração judicial (liminar)	1	0	0	0	1
Readmissão-Anistia (Transitado em julgado)	10	1	0	0	11
Readmissão-Anistia (liminar)	0	1	0	0	1
Anistiado (Lei 8.878/94)	30	7	1	0	38
Total	72	33	19	0	124

Fonte: Sutin/Gesof

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 19 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional desses empregados.

Quadro XLI – Demonstrativo por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	31	12	36	17	5	2	0	0	103
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	0	29	9	33	15	5	2	0	0	93
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	2	3	3	2	0	0	0	0	10
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	1	3	8	5	4	0	0	0	21
2.1 Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3 Funções Gratificadas	0	0	1	3	8	5	4	0	0	0	21
3. Total	0	0	32	15	44	22	9	2	0	0	124

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro total, cerca de 20,1% encontrava-se em situação de redução da força de trabalho, destacando-se os cedidos a outros órgãos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLII – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	17
1.1 A disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0
1.2 A disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	17
1.3 A disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0
2. Licença Remunerada (2.1+2.2)	0
2.1 Licença Maternidade	0
2.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3. Licença não Remunerada (3.1+3.2+3.3)	8
3.1 Licenciado INSS/Acidente de Trabalho	5
3.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3.3 Interesses particulares	3

Fonte: Dipai/Sutin

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevaecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab – Cibrius, estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Pelo quadro abaixo verifica-se a existência de 4 empregados (3,22% do número do quadro de pessoal) reúnem todas as condições para o desligamento da Empresa.

Quadro XLIII – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Faixa Etária	Tempo de Trabalho na Empresa										Participação (%)
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	> 40	Total	
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
26 a 30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
31 a 35	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,81
36 a 40	1	3	0	0	0	0	0	0	0	4	3,23
41 a 45	2	3	0	0	0	1	0	0	0	6	4,84
46 a 50	4	3	0	0	5	9	2	0	0	23	18,55
51 a 55	7	10	1	0	0	6	10	0	0	34	27,42
56 a 60	3	7	0	0	3	9	7	1	0	30	24,19
61 a 65	1	5	0	0	1	1	5	1	3	17	13,71
66 a 70	3	3	1	0	0	0	0	0	0	7	5,65
Mais de 70	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	1,61
Total	22	36	2	0	9	26	24	2	3	124	-

Fonte: Dipai/Sutin

8.5.1 – Admissões, Demissões e Transferências

Durante o exercício não ocorreram situações desta natureza no âmbito da Sureg/RS.

8.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto,

idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

8.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal

Está prevista para 2012 a realização de concurso público para preenchimento de 155 vagas de analistas de nível superior somente para a Matriz.

8.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Além dos empregados, a SUREG/RS contava com 10 estagiários de nível superior e 5 de nível médio, com custo anual de R\$ 112.084,02 (bolsa auxílio e auxílio transporte).

Quadro XLIV – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2011	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre			
Nível Superior	10	10	10	10	15	15	112.084,02
Área Fim	1	1	1	1			
Área Meio	9	9	9	9			
Nível Médio	5	5	5	5			
Área Fim	3	3	3	3			
Área Meio	2	2	2	2			
Total	15	15	15	15	15	15	112.084,02

Fonte: Sureh/Gepes

8.5.5 – Custos de Pessoal

Em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na SUREG/RS foi de R\$ 10.613.556,74, participação de 7,84% na despesa total da Conab, que foi da ordem de R\$ 135.345.333,01, apresentando crescimento de 2,79% sobre o valor de 2010.

Quadro XLV Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011

Em R\$

Detalhamento da Despesa	Exercício		
	2009	2010	2011
Vencimentos e vantagens fixas	5.268.271,01	6.681.537,59	7.035.153,79
Vencimentos e salários	3.010.741,83	3.678.261,35	3.839.577,96
Incorporações	28.551,92	71.434,65	127.724,03
Adicional noturno	4.116,07	4.513,82	4.869,87
Adicional de periculosidade	10.490,76	11.462,96	12.296,04
Adicional de insalubridade	29.025,00	30.600,00	34.680,00
Gratificação por exercício de cargos	114.000,00	2.000,00	0,00
Gratificação por exercício de funções	615.837,83	752.067,54	843.166,41
Gratificação por tempo de serviço	561.567,88	624.694,65	715.086,95
13.º salário	559.817,42	699.451,67	796.452,12
Férias – abono pecuniário	148.421,86	135.860,91	175.796,92
Férias – abono constitucional	132.456,47	146.887,04	172.556,88
Férias – pagamento antecipado	178.264,54	201.999,55	245.094,31
Licença-prêmio	78.838,23	270.169,88	177.013,01
Créditos para acerto financeiro com ex-servidores	172.260,21	127.146,90	252.146,92
(-) Créditos para acerto financeiro com ex-servidores	-205.537,20	-109.643,13	-231.860,87
Provisão para 13.º salário	383.566,56	460.576,24	486.594,36
(-) Provisão para 13.º salário	-383.566,56	-460.576,24	-486.594,36
Provisão para férias	743.633,82	884.610,14	886.045,51
(-) Provisão para férias	-698.127,49	-671.273,14	-864.614,06
Adiantamentos concedidos – não financeiros	360.247,93	394.459,31	476.598,22
(-) adiantamentos concedidos	-576.335,77	-573.166,66	-627.476,43
Obrigações patronais	2.118.578,99	2.634.117,46	2.828.169,10
F.G.T.S.	471.731,04	541.951,27	589.254,07
Contribuição de salário educação	147.183,09	169.404,83	184.021,59
Encargos sociais sobre provisões	300.387,46	494.689,53	504.316,97
(-) Encargos sociais sobre provisões	-284.551,25	-394.424,52	-496.521,98
Contribuições previdenciárias – INSS	1.370.880,16	1.585.346,06	1.715.197,62
Seguros de acidentes de trabalho	112.948,39	237.150,29	331.900,83
Outras despesas variáveis – pessoal civil	574.647,61	621.096,95	572.004,07
Indenizações e restituições trabalhistas – Ativo civil	4.526,48	0,00	6.780,11
Pessoal requisitado de outros órgãos	160.277,35	233.066,20	78.724,31
Substituições	42.904,22	41.021,62	37.988,42
Pensões indenizatórias	15.384,00	15.912,00	16.980,00
Despesas de exercícios anteriores – ativo civil	1.015,31	302,60	1.442,05
Despesas de exercícios anteriores – ativo civil	0,00	0,00	2.960,00
Serviços extraordinários	257.198,29	272.205,93	208.011,06
Indenização auxílio-transporte	184.694,01	208.217,10	214.053,33
Auxílio funeral – ativo civil	10.050,00	11.524,00	22.311,00
Auxílio escola – acordo coletivo	9.440,00	7.600,00	6.900,00
Auxílio deficiente – acordo coletivo	13.035,00	29.887,70	25.673,70
Auxílio creche	36.400,00	34.426,00	28.904,40
Sentenças judiciais e depósitos compulsórios	239.487,89	389.104,72	178.229,78
Sentenças judiciais transitadas em julgado	0,00	0,00	76.566,73
Depósitos para recursos	68.435,71	260.316,42	678.633,45
Recursos vinculados	108.464,96	200.796,87	95.021,43
(-) Depósitos realizáveis vinculados	-86.760,71	-294.802,06	-677.508,41
Total Geral	8.200.985,50	10.325.856,72	10.613.556,74

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício-DRE

8.5.6 – Mão de Obra Terceirizada

O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada com vigência em 2011.

Quadro XLVI – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135315 – 22211								CNPJ: 26.461.699/0088-31							
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2009	V	O	01/04/09	04281402/0001-62	01/07/11	30/06/12	-	10	-	11	-	1	A	-	22
2010	L	O	01/01/10	10930752/0001-05	02/02/11	01/02/12	-	32	-	29	-	-	A	-	61
Observação:															
Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado															

Observação:

Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado

Fonte: Supad

8.5.7 – Principais Indicadores Gerenciais

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total				
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Ad+De)/2]/(QLm)*100$ onde Ad=Admissões De=Demissões e QLm=Quadro de Lotação médio no período. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 5%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade.				
Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

Nome do Indicador: Taxa de Integração de concursados				
Objetivo do Indicador: Conhecer e acompanhar a eficácia do processo de integração dos novos empregados, influenciado por fatores como: receptividade da equipe, apreço demonstrado pela chefia, espírito de equipe, valores e políticas da empresa, processo de				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Dc/Ac)*100$ onde Dc=Nº de demissões de concursados e AD=Nº de Admissões de concursados. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 1%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade.				
Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO.				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(ASOem/QLex)*100$, onde: ASOem=nº de Atestados de Saúde Ocupacional emitidos e QLex=Quadro de lotação em exercício. ASO emitido é o Atestado emitido pelo médico após o funcionário realizar os exames. Abrangência:				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade.				
Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

Nome do Indicador: Percentual de ocorrências de Acidentes de trabalho e Doenças ocupacionais				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: Nº de AT+DO onde, AT=Acidente de Trabalho e DO=Doenças ocupacionais. Abrangência: UF e Brasil, Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
próximo a zero				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
A implementação de indicadores de desempenho encontra-se em fase de criação e análise nas diversas Superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade.				
Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidos às Superintendências Regionais.				

9 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil (correspondente ao item 12 da DN 108/2010)

9.1 – Análise da Execução Orçamentária

Quadro XLVII - Identificação das Unidades Orçamentárias		
DENOMINAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	CÓDIGO DA UO	CÓDIGO SIAFI DA UGO
SEDE	22211	135315
UF – AUGUSTO LEITÃO	22211	135318
AF – PORTO ALEGRE	22211	135319
UA – PORTO ALEGRE	22211	135322
UNID. ESTOQUE ESTRATÉGICO	22211	135316
NÚCLEO ESTOQUE REGULADOR/RS PGPM	22211	135317
UNIDADE CONAB PAA RIO GRANDE DO SUL	22211	135556
MERCADO DE OPÇÕES/RS	22211	135442

Quadro XLVIII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa								Valores em R\$ 1,00	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Receptora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	
Movimentação Interna	Recebido	135100	135315	08.306.1049.2798.0001	0,00	318,88	0,00	0,00	318,88
		135100	135315	08.605.1049.2802.0001	0,00	15.060,00	0,00	0,00	15.060,00
		135100	135315	20.122.0352.2272.0001	3.643.375,82	0,00	0,00	0,00	3.643.375,82
		135100	135315	20.122.0352.2272.0001	0,00	7.984.676,42	13.441,58	0,00	7.998.118,00
		135100	135315	20.122.0352.2829.0001	0,00	3.635,00	0,00	0,00	3.635,00
		135100	135315	20.122.0360.2272.0001	0,00	46.866,00	0,00	0,00	46.866,00
		135100	135315	20.122.1492.2272.0001	0,00	2.687,09	0,00	0,00	2.687,09
		135100	135315	20.125.0352.2137.0001	0,00	285.764,03	0,00	0,00	285.764,03
		135100	135315	20.126.0352.4702.0001	0,00	39.318,69	0,00	0,00	39.318,69
		135100	135315	20.128.0360.4572.0001	0,00	10.742,14	0,00	0,00	10.742,14
		135100	135315	20.301.0352.2004.0001	0,00	692.352,12	0,00	0,00	692.352,12
		135100	135315	20.3060.352.2012.0001	0,00	654.205,05	0,00	0,00	654.205,05
		135100	135315	20.331.0352.2011.0001	0,00	45.423,36	0,00	0,00	45.423,36
		135100	135315	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	801.173.751,12	801.173.751,12
		135100	135315	20.605.0352.8579.0001	0,00	2.976,80	0,00	0,00	2.976,80
		135100	135315	20.605.0360.4711.0001	0,00	15.801,84	0,00	0,00	15.801,84
		135100	135315	28.846.0901.0022.0001	684.150,21	490.669,82	0,00	0,00	1.174.820,03
		135100	135315	28.846.0901.002F.0001	0,00	16.980,00	0,00	0,00	16.980,00
		135100	135317	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-1.973.962,23	-1.973.962,23
		135100	135318	20.122.0352.2272.0001	0,00	-71.677,64	0,00	0,00	-71.677,64
		135100	135318	20.122.0352.2829.0001	0,00	144.379,28	20.668,00	0,00	165.047,28
		135100	135319	20.122.0352.2272.0001	0,00	-22.610,73	0,00	0,00	-22.610,73
		135100	135319	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	3.687,20	0,00	3.687,20
		135100	135322	20.122.0352.2272.0001	0,00	-30.380,34	0,00	0,00	-30.380,34
		135100	135322	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	9.130,00	0,00	9.130,00
		135100	135432	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-10.120,81	-10.120,81
		135100	135556	08.306.1049.2798.0001	0,00	-25.044,57	0,00	0,00	-25.044,57
		135100	135556	08.605.1049.2802.0001	0,00	-15.100,00	0,00	0,00	-15.100,00
		135100	135556	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	-148.172,25	-148.172,25
		135347	135315	08.244.1049.2792.0001	0,00	26.839.687,25	0,00	0,00	26.839.687,25
		135347	135315	08.605.1049.2802.0001	0,00	1.330.664,95	0,00	0,00	1.330.664,95
		135347	135315	21.122.0351.2B83.0001	0,00	2.379.757,62	0,00	0,00	2.379.757,62
		135347	135315	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	9.931.221,01	9.931.221,01
		135347	135315	08.306.1049.2798.0001	0,00	23.289.981,68	0,00	0,00	23.289.981,68
		135347	135315	06.182.1029.22BO.0101	0,00	183,75	0,00	0,00	183,75
		135347	135556	21.122.0351.2B83.0001	0,00	-31.735,98	0,00	0,00	-31.735,98
	Enviado	135315	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	1.957,12	0,00	0,00	1.957,12
		135315	135100	20.122.0352.2272.0001	255.988,12	0,00	0,00	0,00	255.988,12
		135315	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	351.919,73	511,01	0,00	352.430,74
		135315	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	564,84	3.778,32	0,00	4.343,16
		135315	135100	20.122.0360.2272.0001	0,00	1.115,91	0,00	0,00	1.115,91
		135315	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	3.031,00	0,00	0,00	3.031,00
		135315	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00
		135315	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	24.918,30	0,00	0,00	24.918,30
		135315	135100	203060352.2012.0001	0,00	3,00	0,00	0,00	3,00
		135315	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	1.027,30	0,00	0,00	1.027,30
135315		135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	17.866.366,26	17.866.366,26	
135315		135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	51,05	0,00	0,00	51,05	
135315		135100	28.846.0901.0022.0001	0,18	0,00	0,00	0,00	0,18	
135315		135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	3.887,74	0,00	0,00	3.887,74	
135315		135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	26.850,94	0,00	0,00	26.850,94	
135315		135347	21.122.0351.2B83.0001	0,00	77.657,46	0,00	0,00	77.657,46	
135318		135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	9.790,62	0,00	0,00	9.790,62	

Fonte: Siafi

**QUADRO XLVIX - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS
CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**

Valores em
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	26.940,13	0,00	26.940,13	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	29.800,00	39.550,00	29.800,00	39.550,00
Pregão	6.018.667,88	5.465.533,96	6.018.667,88	5.465.533,96
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	255.335.515,11	844.927.237,92	255.335.515,11	844.927.237,92
Inexigibilidade	961.565,18	951.586,90	961.565,18	951.586,90
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	84.768,13	59.491,56	84.768,13	59.491,56
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	3.477.710,91	678.633,45	3.477.710,91	678.633,45
Diárias	360.669,50	261.472,00	360.669,50	261.472,00
Não se Aplica	32.716.385,50	2.966.534,83	32.716.385,50	2.966.534,83

Fonte: Siafi

Em 2011, destacaram-se as despesas realizadas na modalidade de Dispensa de Licitação, no valor total de R\$844.927.237,92. Evidenciam-se as despesas referentes a formação e manutenção dos estoques públicos, tanto os adquiridos no âmbito da PGPM quanto do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Neste Programa as aquisições de produtos agropecuários são realizadas por Dispensa de Licitação em conformidade com o Art. 17 da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011. Em relação ao exercício anterior verifica-se incremento de 230,91% em decorrência da maior intervenção governamental nos mercados de arroz e trigo, em função da ocorrência de preços inferiores aos preços mínimos fixados.

Na modalidade Pregão destacam-se as despesas empenhadas para pagamento de serviços de carga e descarga de produtos (R\$3.764.753,41), para concessão do auxílio alimentação aos empregados (R\$654.202,05) e para os serviços de vigilância (R\$619.465,47) que, juntas, representam 92,19% do total empenhado nesta modalidade.

Em Inexigibilidades estão agrupados principalmente os pagamentos referentes a assistências médicas e odontológicas aos empregados e dependentes e aquelas referentes à realização dos exames médicos periódicos obrigatórios. Em 2011, estas despesas representaram 67,61% do total empenhado.

QUADRO L - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	3.477.710,91	4.005.623,60	3.477.710,91	4.005.623,60	0,00	0,00	3.205.996,33	3.712.271,03
Outros Benefícios Assistenciais	0,00	3.718,50	0,00	3.718,50	0,00	0,00	0,00	3.718,50
Vencimentos e Vantagens Fixas	460.749,15	489.158,80	460.749,15	489.158,80	0,00	0,00	424.820,89	450.909,09
Obrigações Patronais	2.533.852,45	2.820.374,11	2.533.852,45	2.820.374,11	0,00	0,00	2.298.066,13	2.565.271,25
Depósitos Compulsórios	260.316,42	678.633,45	260.316,42	678.633,45	0,00	0,00	260.316,42	678.633,45
Sentenças Judiciais	222.792,89	5.516,58	222.792,89	5.516,58	0,00	0,00	222.792,89	5.516,58
Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	8.222,16	0,00	8.222,16	0,00	0,00	0,00	8.222,16
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	61.308.653,70	63.548.699,14	58.044.950,46	62.546.542,59	3.263.703,24	1.002.156,55	57.652.039,45	45.563.451,39
Pensões	15.912,00	16.980,00	15.912,00	16.980,00	0,00	0,00	14.688,00	16.980,00
Diárias	360.669,50	261.472,00	360.669,50	261.472,00	0,00	0,00	360.669,50	261.472,00
Material de Consumo	701.410,22	0,00	642.586,55	0,00	58.823,67	0,00	622.264,71	0,00
Material de Distribuição Gratuita	35.234.030,78	50.065.119,98	32.212.127,44	49.851.973,99	3.021.903,34	213.145,99	32.130.235,26	33.074.700,56
Passagens e Despesas com Locomoção	207.778,05	191.658,34	195.421,05	169.478,84	12.357,00	22.179,50	193.874,88	166.254,84
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	132.983,58	134.810,67	117.783,58	134.810,67	15.200,00	0,00	103.572,32	133.954,51
Locação de Mão-de-Obra	670.574,60	689.589,94	670.574,60	689.589,94	0,00	0,00	656.305,92	679.497,85
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	10.542.198,89	10.609.168,09	10.424.686,40	10.207.506,37	117.512,49	401.661,72	10.168.081,78	10.015.860,85
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	2.846.401,07	1.080.211,47	2.811.801,97	716.641,21	34.599,10	363.570,26	2.808.959,71	716.641,21
Sentenças Judiciais	10.589.494,51	490.669,82	10.589.494,51	490.669,82	0,00	0,00	10.589.494,51	490.669,82
Indenizações e Restituições	7.200,50	9.018,83	3.892,86	7.419,75	3.307,64	1.599,08	3.892,86	7.419,75

Fonte: Siafi

QUADRO LI - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos	141.348,06	42.637,45	70.274,62	42.637,45	71.073,44	0,00	70.274,62	42.637,45
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	56.262,71	8.500,00	28.262,71	8.500,00	28.000,00	0,00	28.262,71	8.500,00
Equipamentos e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	85.085,35	34.137,45	42.011,91	34.137,45	43.073,44	0,00	42.011,91	34.137,45
5 – Inversões Financeira	234.084.309,67	791.080.070,58	232.060.970,66	521.434.168,28	2.023.339,01	269.645.902,30	231.151.984,28	434.288.591,51
Aquisição de Produtos para Revenda	234.084.309,67	791.080.070,58	232.060.970,66	521.434.168,28	2.023.339,01	269.645.902,30	231.151.984,28	434.288.591,51
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	234.225.657,73	791.122.708,03	232.131.245,28	521.476.805,73	2.094.412,45	269.645.902,30	231.222.258,90	434.331.228,96

Fonte: Siafi

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 15,18%, decorrente principalmente do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença Prêmio, que interferem no valor dos encargos recolhidos pela Regional, e do aumento de 160,70% das despesas com Depósitos Compulsórios, que passaram de R\$260.316,42 em 2010, para R\$678.633,45 em 2011.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes, estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$63.548.699,14, com acréscimo de 3,65% sobre o valor registrado em 2010, em

decorrência principalmente da maior aplicação de recursos na aquisição de produtos para distribuição gratuita. A execução das despesas deste Grupo sofreram contingenciamento de 28%, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011, e também com os limites de empenho para as despesas com diárias, passagens e locomoção.

O Grupo 4 – Investimento, contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se decréscimo de aproximadamente 69,84% nas despesas empenhadas, devido principalmente aos baixos investimentos realizados nas unidades armazenadoras.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram acréscimo de 237,95%, passando de R\$234.084.309,67 para R\$791.080.070,58. Em 2011 destacaram-se as despesas liquidadas com a aquisição de produtos, tanto AGF quanto Contrato de Opção de Venda, no valor total de R\$388.609.107,21, com participação de 74,53% nas despesas totais do Grupo, e também as despesas com remoção de milho para atendimento ao Programa Vendas em Balcão.

Quadro LII – Execução Física e Orçamentária das Ações realizadas pela SUREG/RS

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2204	A	4	Pessoa beneficiada	410	414	410	668.000,00	665.700,29
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	123	56	115	-	-
20	365	0352	2010	A	4	Criança atendida	-	-	-	-	-
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	118	114	115	655.000,00	654.202,05
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	94	101	106	45.000,00	44.396,06
20	126	0352	4702	A	4	Unidade cadastrada	-	822	200	50.000,00	39.318,69
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	89	40	79	36.000,00	8.943,06
28	846	0901	002F	OP	4	-	-	-	-	17.000,00	16.980,00
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	1.200.000,00	1.174.819,85
20	605	0352	10HG	P	4	Estudo realizado	-	-	-	-	-
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	1701	1805	978	300.000,00	244.097,03
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	3000000	743752	2.590.052	1.000.000.000,00	511.677.399,52
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	10.630.000,00	10.618.063,52
20	605	0352	8579	A	4	Informação disponibilizada	-	-	-	3.000,00	2.976,80
20	605	0352	8566	A	4	Mercado integrado	-	-	-	-	-
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	3	3	3	86.598,12	77.760,72
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	12	12	12	20.000,00	15.750,79
20	692	0352	4710	A	4	Unidade organizada	-	-	-	-	-
20	122	0352	0110	OP	4	-	-	-	-	-	-
20	605	0351	20GI	A	4	Produto adquirido	-	-	-	-	-

AÇÃO 2204

ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL

A meta prevista foi cumprida na sua íntegra, com pequeno incremento de 1% indicando que o sistema disponível vem atendendo a contento sua finalidade, oferecendo profissionais qualificados e em número suficiente para a prestação dos serviços demandados pelos servidores. Da dotação orçamentária prevista de R\$ 668.000,00 foram gastos R\$ 665.700,29, representando 99,66% do total destinado a Sureg/RS. Nesse sentido, havia uma previsão de atendimento para 410 beneficiários, sendo atendidos 414 beneficiários, com uma variação de 0,98% em relação ao previsto, representando 2,78% do total em relação a Companhia.

AÇÃO 20 CW

ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIÓDICOS - NACIONAL

A meta física para o exercício foi de 123, sendo que 113 empregados realizaram os Exames Médicos Periódicos, restando uma meta de 10 empregados a realizarem para o exercício seguinte. O índice de empregados que apresentaram os exames representa 91,87% da meta física prevista. Alguns fatores podem ter contribuído para tal situação, em especial o quantitativo de exames propostos pela Companhia, em face de prévios agendamentos junto às instituições de serviços médicos credenciados.

AÇÃO 2012

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL

Da meta física prevista de 118 empregados foram beneficiados 114 ou seja, 96,6% do estimado. A variação ocorreu em razão de 1 (um) óbito e 3 (três) aposentadorias por invalidez, razão pelo qual os mesmos foram excluídos do Programa de Alimentação do Trabalhador no exercício de 2011, finalizando o exercício com 114 beneficiários.

AÇÃO 2011

AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL

Houve um acréscimo de 7,45% no número de beneficiários da Ação 2011 em relação a meta prevista de 94, passando para 101 beneficiários, em decorrência de alteração de status, tais como: empregados que passaram a fazer jus por deixar de residir em moradia da Companhia, enquanto as despesas lançadas nesta ação foram de R\$ 44.396,06 representando 98,66% da meta financeira de R\$ 45.000,00 destinada a aquisição de vales/créditos de transporte sob responsabilidade da Sureg/RS. Em relação a execução orçamentária do ano de 2010 houve um decréscimo nesta despesa de R\$ 5.430,20 representando 12,06% da meta estabelecida.

AÇÃO 4702

CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES ARMAZENADORAS - NACIONAL

A ação de cadastramento de 822 unidades armazenadoras ocorreu por solicitação dos próprios armazenadores, compreendendo novos armazéns e aumento de capacidade estática de armazéns já constituídos. As políticas públicas estabelecidas nos últimos anos pelo Governo Federal no Plano Agrícola e Pecuário, destinando recursos à modernização e construção de novas unidades armazenadoras, o bom desempenho na produção dos principais grãos (arroz, milho, soja e trigo), a

boa valoração de mercado da soja, além de uma maior intervenção governamental com os mecanismos de comercialização para apoio ao arroz e trigo no Rio Grande do Sul foram as principais causas no expressivo número de cadastramento realizados.

Para a execução desta ação foram dispendidos recursos na ordem de R\$ 39.318,69 representando 78,64% da dotação prevista de R\$ 50.000,00 e apresentando um custo de R\$ 47,83 por cadastro efetivado.

AÇÃO 4572

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO – NACIONAL

No que tange à Capacitação dos Servidores Públicos Federais a meta de R\$ 36.000,00 ficou aquém do esperado, sendo executado apenas 44,94%, ou seja havia a previsão de treinamento para 89 servidores, sendo capacitados apenas 40 servidores. Pode-se atribuir o baixo índice às restrições orçamentárias e ou contingenciamento, bem como sobre a questão de deslocamento (diárias) em face à Resolução nº 013, de 02/08/2011.

AÇÃO 002F

CUMPRIMENTO DE DÉBITOS JUDICIAIS PERIÓDICOS VINCENDOS DEVIDOS POR EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA – NACIONAL

Da previsão de pagamentos na ordem de R\$ 17.000,00 foram liquidados R\$ 16.980,00 representando 99,9% da dotação prevista.

AÇÃO 0022

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DEVIDA POR EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

A estimativa de pagamento no âmbito da Sureg/RS era de R\$1.200.000,00 sendo liquidado no exercício R\$1.174.819,85 (97,90%) , ficando a execução próxima da dotação orçamentária prevista.

Os gastos em 2011 com esta ação ficaram assim distribuídos: Pessoal e Encargos Sociais: Depósitos Compulsórios (R\$678.633,45); Sentenças Judiciais (R\$5.516,58); Sentenças judiciais/Despesas Correntes (R\$490.669,82) e Pensões (zero).

No fim do exercício estavam em trâmite 75 processos cível, 265 processos trabalhistas e 4 processos tributários em que a Sureg/RS é polo passivo, sendo classificados como: praticamente certos de condenação 6 processos cível (R\$ 584.852,27), 7 trabalhistas (R\$ 484.772,38 e 3 tributários (R\$ 276.083,85); risco possível 10 processos cível (R\$ 13.216.000,00) 103 trabalhistas (R\$ 7.394.516,58) e 1 processo tributário (R\$ 100.000,00) e risco remoto 59 cível (R\$ 125.120.746,48) e 155 trabalhistas (R\$ 9.465.000,00).

AÇÃO 2137

FISCALIZAÇÃO DOS ESTOQUES E DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Da meta prevista para realização de 1.701 fiscalizações foram realizadas 1.805 no âmbito da Sureg/RS correspondendo a 106,1% do estimado. Para a realização desta ação foram estimados recursos na ordem de R\$ 300.000,00 com despesa efetiva de R\$ 244.097,03 ou 81,37% de despesa realizada. O custo unitário de cada ação ficou estabelecido em R\$ 135,23

AÇÃO 2130 FORMAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – PGPM

Da dotação orçamentária prevista no valor de R\$ 1.000.000.000,00 foram liquidados no ano de 2011 R\$ 511.677.399,52 devendo o saldo ser utilizado no ano de 2012, visto que se fará necessária a continuidade das operações governamentais pelo menos nos primeiros meses até a autorregulação do mercado.

AÇÃO 2272 GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Para as despesas de gestão e administração no exercício de 2011 a dotação orçamentária final para a Sureg/RS teve meta estabelecida de R\$ 10.830.000,00 correspondente a 2,22% da meta global da Conab, sendo R\$ 3.325.000,00 para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$ 7.490.000,00 para custeio e R\$ 15.000,00 para investimentos.

A meta executada no período totalizou R\$ 10.618.063,52 correspondendo a 98,04% da meta prevista para a Regional e 2,30% de participação na meta global.

Para as despesas de pessoal foram destinados R\$ 3.321.473,57 correspondendo a 99,9% do previsto destacando-se as despesas com vencimentos e vantagens fixas e as obrigações patronais.

As despesas de custeio totalizaram R\$ 7.283.659,38 correspondendo a 97,24% do previsto, com o maior volume de recursos destinado a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e relacionados principalmente a mão de obra de terceiros contratadas para as unidades armazenadoras, programa de alimentação do trabalhador, serviços de energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações, sistema de saúde e seguros de mercadorias em depósito.

Na conta de investimentos foram executados R\$ 12.930,57 destinados a equipamentos utilizados nas unidades frigoríficas.

AÇÃO 8579 GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES DA AGROPECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR

Ação relativa a realização de contatos diretos e cadastramento de informantes de preços de mercado de produtos agrícolas, de máquinas e implementos agrícolas e insumos utilizados na produção de grãos de várias localidades do Estado, tendo sido realizado 99,22% da dotação prevista de R\$ 3.000,00.

AÇÃO 2829 RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE PRÓPRIA DE ARMAZÉNS - ADICIONAR QUADRO

Por força do contingenciamento da dotação orçamentária para o ano de 2011 estabelecido pela Portaria MAPA nº 29, de 29/03/2011 e conforme disposto na CI SUARM nº 0664, de 27/07/2011 que encaminha o Voto PRESI nº 003/2011 e DIRAB nº 015/2011 a Sureg/RS não teve contemplada sua Programação Orçamentária prevista para as três Unidades Armazenadoras sob sua jurisdição para o ano de 2011.

Por estas razões a Sureg/RS executou apenas o valor de R\$ 48.053,84 em Despesas Correntes, o valor de R\$ 29.706,88 em Despesas de Capital e o valor de R\$ 99.395,60 inscritos em restos a pagar não processados.

Estas unidades armazenadoras são compostas por quatro armazéns, com capacidade estática total de 27.403 toneladas e contam com equipamentos operacionais necessários à

movimentação e guarda de produtos oriundos de programas governamentais e principalmente de terceiros. Em razão do alto giro de mercadorias, suas instalações físicas e seus equipamentos requerem constantes manutenções e modernização, com o intuito de oferecer serviços com qualidade e segurança, aguardando-se para 2012 a liberação dos recursos previstos.

AÇÃO 4711

PESQUISA, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAFRAS

Para as atividades de pesquisa e avaliação de safras estão definidos 4 roteiros de viagem para o Rio Grande do Sul, contemplando as principais regiões produtoras, com ênfase aos produtos feijão, milho, soja e trigo na metade norte do Estado e arroz na metade sul.

Seguindo o calendário estipulado pela SUINF/GEASA foram realizados no decorrer do ano seis levantamentos de safra com visitas dos técnicos aos informantes cadastrados e seis levantamentos conduzidos por contato via telefone e e-mail.

Para a consolidação dos dados é utilizado o software SAS – Sistema de Avaliação de Safras, acessado pelas áreas fins (SUINF, GEASA e GEDES/SEGEO) e disponível para todos os técnicos cadastrados no mesmo e que realizam os trabalhos pertinentes.

Em razão da Sureg/RS não possuir técnicos suficientes na área específica para conduzir os trabalhos, em cada etapa de viagem a campo é necessário o deslocamento de técnicos da Matriz para complementar os quatro roteiros estabelecidos.

Na efetivação desta ação, da dotação orçamentária prevista de R\$ 20.000,00 foi realizado o valor de R\$ 15.750,79, considerando-se que nem todas as etapas de pesquisa a campo foram realizada por 4 Técnicos nos 4 roteiros previstos.

9.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar

9.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	7.193,62	0,00	7.193,62	0,00
2007	250,97	0,00	250,97	0,00
2008	1.324.795,75	-1.214,30	1.210.289,68	113.291,77
2009	5.694.275,32	-355.102,32	5.093.319,75	245.853,25
2010/2011	2.149.164,76	-211.394,31	1.240.908,77	696.861,68

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	63.746.430,37	-1.165.152,80	62.577.262,57	4.015,00
2010/2011	5.358.115,69	0,00	1.481.958,81	3.876.156,88

9.2.1.1 – Análise Crítica

Após análise dos saldos de empenhos de despesas de restos a pagar processados de exercícios anteriores, verifica-se que tratam-se de saldos que não serão mais utilizados no presente exercício e desta forma serão cancelados no decorrer do exercício de 2012.

No que se refere ao saldo de restos a pagar não processados o exercício de 2009/2010, verificou-se que trata-se de saldo de empenho de despesas que não foram efetivadas e assim deverão ser cancelados no exercício de 2012.

9.3 - Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76

BALANÇO PATRIMONIAL Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21

Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17

Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02

Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	88.193,88	(68.286.470,49)
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.D O CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA S DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
LUCRO A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQ. DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4.RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

**José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 005969/0-5**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA 4

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2.ª quinzena de dezembro de 2011, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de

perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o

Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

NOTA 5

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
ICMS a Compensar	241.699		285.410
IRRF a Compensar	36		33
Contribuições Outros Impostos	105		93
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840		285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6

LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7

RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

NOTA 8

DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9

CONTAS A RECEBER

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

NOTA 10

DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social –

CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	292.646	119.415

Em R\$ mil

10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	18.010	15.348

Em R\$ mil

NOTA 11

RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12

BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício
-----------	-----------

Em R\$ mil

	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	3.685.419	4.508.832

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

NOTA 13

ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15

CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

↑ **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

↑ **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

↑ **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CMV n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	422.825	106.211	579.507	139.609

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

↑ **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

↑ **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

↑ **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317.523	351.646	369.167

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

Trabalhista: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Tributária: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	422.826	311.635	579.870	793.009

NOTA 16

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

17.4 Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

NOTA 18

DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos

em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

19.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

NOTA 20**REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS**

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29	
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29	
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80	
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31	

Salários Médios	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Dirigentes	23.884,29	23.884,29	
Empregados	2.642,62	2.559,69	

NOTA 21**CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA****21.1 Programa de Revitalização – PNUD**

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Descrição	Exercícios		Em R\$ mil
	2011	2010	
Repasse – Recursos Próprios	2.420	3.058	

Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521
Total de Repasses	3.218	3.579

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

9.4 - Composição dos Investimentos da Empresa

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2011				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-

Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Não Governamental	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Total	100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Total	-	-	-

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

9.5 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ		Observação
	2011	2010	
Rio Grande do Sul	17	17	
Canoas	2	2	
Porto Alegre	3	3	
Caxias do Sul	1	1	O armazém localizado em São Borja e os terrenos em Vacaria estão destinados a venda (CONAD- Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
São Borja	1	1	
Entre-Ijuís	1	1	
Guarani das Missões	1	1	
Vacaria	7	7	

9.6 – Parecer da Auditoria Independente

MOORE STEPHENS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

7



MOORE STEPHENS

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.



Auditoria do exercício anterior

Brasília, 14 de maio de 2012.

Fabson/Vogel

Sócio

Sócio

10 – Governança e Controles (correspondente ao item 13 da DN 108/2010)

10.1– Informações sobre o Controle Interno

Quadro – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.						X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.						X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.						X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X		
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.						X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.						X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.						X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X		
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X			
Monitoramento		1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X		

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10.2 – Providências Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

10.2.1 – TCU

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						Código SIORG
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO						002114
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
	009.176/2005-06	1459/2008 TCU 2ª Câmara	1	DE		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO						002114
Descrição da Deliberação:						
O Tribunal conheceu da representação e, no mérito, considerou-a parcialmente procedente e determinou: 1. à Sureg/RS que: 1.1. promova, sempre que for identificado prejuízo à empresa, para o qual tenha concorrido algum funcionário, a imediata apuração dos fatos e identificação dos responsáveis com vistas a recuperação do dano, além da aplicação das penalidades administrativas cabíveis, instaurando a competente Tomada de Contas Especial, se for o caso. 1.2. providencie, com relação às perdas de armazenagem de responsabilidade da Cooperativa Vinícola Tamandaré Ltda, a instauração de processo(s) de administrativo(s) destinado(s) à: 1.2.1. identificação dos responsáveis pela inércia administrativa no período que decorreu de 1985 até 18/11/2004 (data da remessa dos processos ao escritório de advocacia), além da eventual omissão em relação ao adequado acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo escritório de advocacia e aplicação das penalidades previstas em						

contrato, com aplicação das penalidades administrativas cabíveis aos funcionários envolvidos;

1.2.2.inércia do escritório de advocacia no período de 18/11/2004 até hoje, com vistas à aplicação das penalidades previstas em contrato, devendo ser acionada, inclusive, a OAB, caso constatado desvio ou negligência na conduta profissional;

1.3.providencie, no prazo de 90 dias, a instauração de Tomada de Contas Especial, na forma definida pela IN/TCU n.º 35/2000, com vistas ao julgamento das contas dos responsáveis e reparação dos prejuízos causados à empresa em razão de desvios de produtos de terceiros no Armazém Frigorífico de Porto Alegre, conforme apurado no processo n.º 06.220/2001, [...] ;

1.4.realize estudos com vistas a dimensionar adequadamente a força de trabalho designada para o Armazém Frigorífico Coronel Augusto Álvaro Leitão - AFCAAL, [...] .

E,

2. ao TCU:

2.1.apensar este processo às contas da Superintendência da CONAB no Rio Grande do Sul relativas ao próximo exercício, com vistas a acompanhar a adoção das providências ora determinadas;

2.2.expedir comunicação à Delegada da Polícia Federal Sônia Dellagnese Fenoy acerca da deliberação deste Tribunal.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação

Código SIORG

Coger/Sureg-RS/ Comissão Apuradora

002114

Justificativa para o seu não cumprimento:

Para o **subitem 1.2.1** foi instaurado o Processo Administrativo Conab/RS n° 21206.000186/2008-26, resultando na constituição, por meio da Portaria PRESI n° 015, de 03/02/2009, de Comissão Interna de Apuração. A Comissão remeteu o Relatório Preliminar à Corregedoria Geral – Coger no ano de 2011. Aguarda deliberação daquele órgão.

Para o **subitem 1.2.2**, os fatos foram objeto de apuração por meio do Processo Administrativo Conab/RS n° 21206.000187/2008-71. Por decisão da Superintendência Regional, datada de 08/02/2011, com fundamento em Parecer Jurídico da PRORE/RS, opinou-se pelo arquivamento dos autos, sem aplicação de penalidades previstas nos contratos de prestação de serviços e na Lei n° 8.666/1993, uma vez que a constatação de atos omissivos praticados não tiveram repercussão decisiva ao desfecho dos processos judiciais de interesse da CONAB. No dia 08/04/2011, foi encaminhado o Ofício/SUREG/RS n° 2862 ao TCU com o resultado das apurações, assim como foi enviada a Comunicação Interna SUREG/RS n° 2885 à AUDIN com o mesmo teor.

Para o **subitem 1.3**, esclarecemos que conforme Ofício n° 783/2010-TCU/SECEX-RS, de 05/05/2010, esta Sureg/RS tomou ciência de que o TCU havia fixado prazo de 90 (noventa) dias, no item 1.6.7 do Acórdão n° 2749/2009-TCU-1ª Câmara (TC 021.277/2008-4), para comprovação do encaminhamento ao Controle Interno da tomada de contas especial referente aos fatos apurados no processo n° 06.0220/2001. Naquela oportunidade, por meio do Ofício/Sureg/RS n° 6089, de 24/06/2010, demos ciência àquela Corte de Contas de que foi expedida correspondência à Audin (CI/Sureg/RS n° 6088, de 24/06/2010), para que reexaminasse a questão, uma vez que no entender desta Superintendência Regional, previamente comunicado ao Tribunal de Contas da União (Ofício Sureg/RS n° 4566, de 09/07/2009), o caso encontrava-se encerrado. O encaminhamento à Audin deu-se em estrita observância ao Regimento Interno desta Companhia, visto que aquele órgão tem por atribuições, dentre outros, coordenar as ações necessárias, objetivando prestar informações, esclarecimentos e oferecer razões de justificativa aos órgãos de controle interno e externo, bem assim examinar e emitir parecer sobre Tomada de Contas Especial, no que se refere ao cumprimento dos normativos a que se sujeita, emanados do órgão de controle externo (Norma da Organização-NOC n° 10.104, art. 18, X e XI). Destarte, como resultado do encaminhamento da questão à Audin, foi exarado parecer Audin/Gedop, datado de 12/07/2010, complementado pela Informação da Procuradoria-Geral da Conab (Proge) n° JR-64/2010, de 06/09/2010, ambos submetidos à ciência da Presidência da Companhia. Pelo teor da análise procedida por nossa Auditoria Interna, restou ratificado o posicionamento adotado por esta Superintendência Regional, considerando a fragilidade (inexistência) de base fática a sustentar (re)abertura de apurações e eventual responsabilização, por

supostos desvios efetuados, do ex-Gerente do Armazém. Sr. Paulo Seferin. Com efeito, do parecer Audin/Gedop extrai-se que as possíveis responsabilizações por negligência ou por imprudência restam prejudicadas por não mais pertencer, o Sr. Paulo Seferin, ao quadro de empregados da Conab e porque realizado, à época, inventário de passagens de responsabilidade de mercadorias e bens patrimoniais no Armazém, e nada se constatou que pudesse ensejar responsabilização funcional. Desse modo, houve encaminhamento do Ofício/Sureg/RS nº 11672, de 01/11/2010, instruído de documentos, ao TCU, como reiteração para fins de análise e deliberação acerca do efetivo cumprimento do citado item 1.6.7 do Acórdão nº 2749/2009 2749/2009-TCU-1ª Câmara (TC 021.277/2008-4). Não houve até a presente data qualquer manifestação do TCU nos autos da TC nº 021.277/2008-4, após o protocolo, em 17-11-2010, do Ofício/Sureg/RS nº 11.672/2010 naquela Corte. O expediente em referência (TC nº 021.277/2008-4), permanece no âmbito da Secretaria de Controle Externo (SECEX-RS), desde 13-04-2011, aguardando providências internas de parte daquele órgão. Tão logo esta Sureg/RS tome ciência da alteração da situação atual do processo, comunicará a Audin, na forma regimental.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fator positivo: as providências administrativas já vinham sendo adotadas e prontamente comunicadas aos órgãos de controle internos e externos.

Fator negativo: o longo tempo necessário para o trâmite e julgamento das questões.

10.2.2 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

Relatório de Auditoria

24/2011 - (ACG) - SUREG RS/RS -

Constatação:

1191 - As rubricas tratam de valores relativos aos faturamentos, a curto prazo, provenientes da prestação de serviços de armazenagem das Mercadorias de Terceiros em Depósito nas Unidades Armazenadoras e Frigorificadas. Os saldos demonstrados estão registrados nas UG(s) 135315 – Conab Sede Sureg Rio Grande do Sul, 135318 – UF/Aug. A. Leitão, 135319 – AF/Porto Alegre e 135322 – UA/Porto Alegre. As impropriedades constatadas, estão relacionadas na tabela 1 a seguir. a) Os débitos dos itens 7, 8, 9, 14 e 18, referem-se à Faturas/Duplicatas a Receber, pendentes de pagamento. O item 14, no mês de setembro/2011, apresentava o saldo demonstrado na tabela acima, e devido aos pagamentos ocorridos nos meses de outubro e novembro/2011, restou apenas um pequeno resíduo de R\$ 155,25 que está pendente desde novembro/2010; b) Os débitos dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 15, 16 e 17, são de Faturas/Duplicatas a Receber sem a devida cobertura de mercadoria em estoque; Constatou-se que em alguns saldos demonstrados, tem ocorrido pagamento de parte do débito, e o restante fica acumulado para o mês seguinte.

Recomendação:

1191.2 - Recomendamos à Sureg/RS informar à Audin, sobre a liberação de mercadorias para clientes inadimplentes, conforme itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 15, 16 e 17 da tabela 1, uma vez que na análise da conta Mercadorias de Terceiros em Depósito constatou-se a inexistência de estoque em garantia ao respectivo débito, não observando o contido na CI/Dirab n.º 998 de 22.7.2010.

Tratamento das Recomendações:**de jose.bicca em 15/02/2012 como Pendente**

Informamos: itens: 1/2/3/4 - atualmente está com mercadorias em depósito, porém os valores referem-se às diferenças de tarifas de armazenagens, cf. processos nº 06.0405/10, 06.0407/10, 06.0147/11 e 06.0276/09. item 5 - cobrança judicial, processo 06.0704/10 - baixa contábil. item 6 - regularizado item 10 - regularizado item 11 - regularizado item 12 - baixa contábil em andamento. item 13 - regularizado item 15 - Baixa contábil, aguardando aut. Dirab - proc. 06.135/09 item 16 - baixa contábil em andamento. item 17 - baixa contábil em andamento.

De joao.filho em 13/03/2012 como Pendente

Em conformidade com a resposta oferecida pela Sureg/RS, temos a comentar:

- os débitos dos itens 1- 4 oriundo das diferenças nos estoques citadas, quais as providências de cobranças para a regularização;
- quanto aos itens 5, 6, 12, 13, 15, 16 e 17 ainda não foram baixados/regularizados. Devido a isso o item continuará pendente.

De jose.bicca em 18/05/2012

Item 5 - Regularizado.

De jose.bicca em 18/05/2012

Itens: 10, 11, 12, 13, 16, 17 -Regularizados.

De jose.bicca em 21/05/2012

Em complemento as respostas anteriores informamos:

Item 5 - 2012NL001167-Item 10-2011NS000494 - Item 11 - 2011NS000286/287 - Item 12 - 2011NL000706/707, Item 13 - 2011NL000718 - Item 16-2012NL000672, Item 17-2011NL000832.

Constatação:

1194 - A conta “Registra os adiantamentos efetuados pela empresa a fornecedores, vinculados a compras específicas de materiais, produtos agropecuários e/ou serviços que serão incorporados aos estoques quando de seu efetivo recebimento.” Em 30.9.2011, a rubrica apresentava os saldos de R\$370.590,16, R\$3.445.591,11 e R\$27.297.394,71 registrados nas UG(s) 135316 – Unidade Estoque Estratégico/RS, 135442 – MO/Rio Grande do Sul e 135556 – Unidade Conab PAA Rio Grande do Sul, respectivamente, distribuídos em 470 contas correntes de agricultores e/ou Cooperativas/Associações de produtores rurais. Constatou-se a existência de relatório de controle e acompanhamento extracontábil das CPR(s) Alimentos, emitido pelo sistema Sinteg/CAF. Contudo, inexistem relatórios para controle das CPR(s) Doação Simultânea e Formação de Estoque. O acompanhamento das operações é feito pela Área Operacional por meio de processos específicos. Nos quadros 4 e 5 a seguir constam as impropriedades apuradas, a partir de dados amostrais. Nos quadros 4 e 5, estão demonstradas as divergências constatadas entre os saldos contábeis e os extracontábeis nas CPR(s) Alimentos e Doação Simultânea. - O saldo do item 4 do quadro 5 refere-se à formação de estoque e está pendente desde novembro de 2010; - Os saldos dos itens 10 e 13 do quadro 5 são oriundos de Compras Diretas, conforme histórico dos lançamentos contábeis. Referida operação diz respeito às aquisições de mercadorias realizadas diretamente dos agricultores familiares, logo, deveriam ser contabilizadas em conta específica de estoque. Em vez disso, os registros foram efetuados na conta 1.1.3.1.9.01.00 – Adiantamento a Fornecedores.

Recomendação:

1194.1 - Recomendamos à Sureg/RS, efetuar análise da conta 1.1.3.1.9.01.00 – Adiantamento a Fornecedores, das operações de CPR(s) Alimento e Doação Simultânea, conciliando os saldos contábeis com os controles operacionais, em um trabalho conjunto entre a área contábil e a operacional.

Tratamento das Recomendações:**De maria.lopes em 16/05/2012 como Pendente**

Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.

De glauto.melo em 18/05/2012

Face à carência de pessoal e sobrecarga de trabalho nesta Regional, ainda não foi possível concluir a conciliação dos saldos contábeis com os controles operacionais.

De joao.filho em 21/05/2012 como Pendente

Consoante resposta apresentada pela Sureg, vamos aguardar um pouco mais, para a conclusão da conciliação.

Recomendação:

1194.2 - Recomendamos à Sureg/RS informar à Audin as providências adotadas para sanar as divergências apontadas nos quadros 4 e 5.
Tratamento das Recomendações:
<i>De maria.lopes em 16/05/2012 como Pendente</i> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.
Recomendação:
1194.3 - Recomendamos à Sureg/RS informar à Audin, as providências adotadas para a regularização do saldo referente ao item 4 do quadro 5 (Formação de Estoque).
Tratamento das Recomendações:
<i>De maria.lopes em 16/05/2012 como Pendente</i> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.
Recomendação:
1194.4 - Recomendamos à Sureg/RS informar à Audin, se o saldo referente ao item 10 do quadro 5 refere-se à Compra Direta, e quais as providências adotadas para a regularização do débito.
Tratamento das Recomendações:
<i>De maria.lopes em 16/05/2012 como Pendente</i> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.
Recomendação:
1194.5 - Recomendamos à Sureg/RS reclassificar a contabilização da Compra Direta ocorrida no item 13 do quadro 5, utilizando os eventos apropriados, de maneira que os lançamentos ocorram nas contas específicas de estoques, a exemplo citamos a conta (1.1.3.1.3.04.25).
Tratamento das Recomendações:
<i>De maria.lopes em 16/05/2012 como Pendente</i> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.
Recomendação:
1194.6 - Recomendamos à Sureg/RS elaborar acompanhamento extracontábil (planilha) dos saldos pendentes das CPR(s) Doação Simultânea / Formação de Estoques, visando a compatibilização com os saldos contábeis.
Tratamento das Recomendações:
<i>De maria.lopes em 16/05/2012 como Pendente</i> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.
Constatação:
1195 - A conta “Registra os valores relativos aos depósitos efetuados por determinações judiciais para recursos junto a justiça, que tenham recuperação após o término do exercício seguinte.” Em 30.9.2011, a rubrica apresentava o saldo contábil de R\$962.601,70, registrado na UG 135315 – Conab Sede Sureg Rio Grande do Sul, distribuídos por CPF entre 97 correntistas. Ao confrontar esses registros com os apresentados na relação Saldo (IS) da Caixa Econômica Federal - CEF, que apresentava o saldo de R\$428.149,75, constatou-se divergência de R\$534.451,95. Houve divergência também, na quantidade de correntistas relacionados, conforme demonstrado no quadro 6 a seguir. A CI/Sucon n.º 1.213, de 17.11.2009, orienta para “conciliar/analizar cada valor e aquele que não for Depósito Recursal, fazer a reclassificação para a conta apropriada. Após as devidas conciliações, corrigir o saldo de cada CPF, atualizando ao valor presente em conformidade com o valor constante na relação de saldos (IS) da CEF.” Conforme demonstrado no quadro 6 acima constatou-se: - Os saldos referentes aos itens 1 e 2, não foram corrigidos conforme a orientação contida na CI/Sucon n.º 1.213, de 17.11.2009; - Os saldos referentes aos itens 3 ao 24, estão registrados a maior no Siafi em relação aos saldos (IS) da CEF; - Os saldos referentes aos itens 25 ao 28, constam na relação saldo (IS) da CEF, e não estão registrados no Siafi; - Os saldos referentes aos itens 29 ao 74 (46 correntistas), estão registrados no Siafi e não constam na relação de saldo (IS) da CEF; Outras constatações: - O correntista referente ao item 75 está com o nome divergente. No Siafi: Anderson Bado Mendonça e no relatório saldos IS da CEF: Abderson Bado Mendonça; - O correntista referente ao item 76 está com o nome divergente. No Siafi: Eraldo Couto da Luz e no

relatório saldos IS da CEF: Eraldo Couto da Cruz; - A correntista referente ao item 77, está registrada duas vezes no Siafi em contas correntes distintas: PF1353154 e 339.791.200-82 – Ilene Terezinha Magrin; - O correntista referente ao item 78 está com o nome divergente. No Siafi: José Adroaldo Carvalho de Oliveira e no relatório saldos IS da CEF: José Eduardo Carvalho Oliveira; - O correntista referente ao item 79, não consta o nome registrado no Siafi, apenas o CPF. E o valor não consta na relação de saldo (IS) da CEF. De acordo com as informações prestadas pela Sureg/RS à Proge, por meio da CI/Sureg/RS n.º 2.762, de 8.9.2011, a Sureg/RS não constituiu grupo de trabalho para recuperação de créditos de depósito recursal de ações findas, em face do posicionamento da Prore/RS exarado no parecer anexado à CI/Proge n.º 344, de 23.8.2011, cujo teor se reproduz: (...) “inexistem processos antigos (arquivados) com depósitos judiciais pendentes de levantamento, pois todas as providências foram tomadas por parte desta Procuradoria Regional, não havendo necessidade de formação de Grupo de Trabalho para identificação/levantamento de depósitos recursais de ações findas.” Não obstante essa assertiva, as análises realizadas pela equipe de auditores revelaram as diferenças já apontadas que requerem uma ação conjunta entre a Prore e o Secof para regularização, inclusive com a possibilidade de reavaliar a decisão de não constituição do referido grupo de trabalho.

Recomendação:

1195.3 - Recomendamos à Sureg/RS proceder o registro dos correntistas referente aos itens 25 a 28 do quadro 6, uma vez que constam na relação dos Saldos IS da CEF e não estão registrados no Siafi.

Tratamento das Recomendações:

De maria.lopes em 16/05/2012 como Pendente

Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.

De em 18/05/2012

Existem alguns casos no qual os depósitos já foram levantados, porém devido ao saldo residual da conta vinculada, ainda permanecem no saldo IS/CEF. O assunto já foi tratado várias vezes junto à Gerência da CEF, porém não existe solução, visto que trata-se de saldo residual e a CEF não pode liberar, estornar, excluir sem autorização judicial, visto que o referido valor poderá ser do Reclamante ou da Reclamada. Ex. Ivo Flávio Ferreira.

De jose.bicca em 18/05/2012

Em complemento à resposta anterior, enviamos anexo CI 4457/2012 da PRORE/RS no qual o assunto segue em tratativas com a CEF.

Recomendação:

1195.4 - Recomendamos à Sureg/RS informar à Audin as providências adotadas para regularizar os saldos registrados no Siafi (itens 29 a 74) do quadro 6, que não constam na relação saldos IS da CEF.

Tratamento das Recomendações:

De maria.lopes em 16/05/2012 como Pendente

Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.

Recomendação:

1195.5 - Recomendamos à Sureg/RS corrigir as divergências constatadas nos nomes dos correntistas, no Siafi e na relação saldos IS da CEF.

Tratamento das Recomendações:

De maria.lopes em 16/05/2012 como Pendente

Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.

De jose.bicca em 22/05/2012

Após conferência, constatou-se que os nomes registrados no SIAFI estão corretos (vide itens 9/27/67 na relação anexa). Em relação ao cadastro na CEF não é possível o acerto, em face ao erro material no Depósito.

Constatação:

1196 - 1.1.3.1.3.04.12 – ESTOQUES REGULADORES – PGPM 1.1.3.1.3.04.05 – ESTOQUES ESTRATEGICOS 1.1.3.1.3.03.05 – ESTOQUES ESTRATEGICOS 1.1.3.1.3.03.05 – ESTOQUES ESTRATEGICOS 1.1.3.1.3.04.02 – MERCADORIAS PARA DOAÇÃO 1.1.3.1.3.04.25 – ESTOQUES – AGRICULTURA FAMILIAR 1.1.3.1.3.03.25 – ESTOQUES – AGRICULTURA FAMILIAR 1.1.3.1.3.05.02 – MERCADORIA PARA DOAÇÃO 1.9.9.1.1.18.00 – MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS 1.9.9.1.2.18.00 – MERCADORIAS DE TERCEIROS EM

DEPÓSITO Os Estoques Públicos são constituídos pelas mercadorias adquiridas com recursos do Tesouro Nacional para a formação dos Estoques Reguladores e Estratégicos. Em 30.9.2011, os Estoques Públicos da Sureg/RS totalizaram o montante demonstrados nos quadros a seguir. Procedeu-se a análise, comparando os estoques registrados no Siafi com os contidos nos MIM(s) emitidos pelos sistemas x-FAC e pelo Saagra. No quadro 7 constatou-se divergências nos valores dos Estoques Estratégicos, Mercado de Opções e do PAA registrados nos MIM(s) emitido pelo x-FAC quando comparados com os Estoques Estratégicos, Mercado de Opções e o PAA registrados no Siafi. O valor da diferença apresentada nos Estoques Estratégicos refere-se ao pagamento de taxa administrativa de leilão PEP de trigo/vinho. O pagamento desta despesa não pode utilizar-se da fonte de recursos para a formação de estoques públicos; O quadro 8 demonstra as divergências nos valores dos Estoques Estratégicos e PAA depositados na UA/Porto Alegre registrado no x-FAC, quando comparados com os Estoques Estratégicos e PAA depositados na UA/Porto Alegre registrados no Siafi; No quadro 9 verifica-se as divergências nas quantidades dos Estoques Estratégicos e PAA depositados na UA/Porto Alegre registrado no x-FAC, quando comparados com os Estoques Estratégicos e PAA depositados na UA/Porto Alegre registrados no Saagra; e No quadro 10 constatou-se que o lançamento efetuado, “transferência de leite em pó da UG 135555 - Unidade PAA SP para UG - 135556 Unidade PAA RS”, não reflete a operação efetuada. É necessária a reclassificação dos eventos utilizados.

Recomendação:

1196.2 - Recomendamos à Sureg/RS informar à Audin as providências adotadas para a regularização das divergências constatadas nos valores e nas quantidades dos Estoques Estratégicos e PAA depositados na UA/Porto Alegre.

Tratamento das Recomendações:

De maria.lopes em 16/05/2012 como Pendente

Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.

Constatação:

1197 - A rubrica registra os valores relativos às responsabilidades por irregularidades em prestação de serviços por terceiros, cujos processos estão sendo apurados. O saldo em 30.9.2011 era de R\$ 398,64 registrado na UG 135556 – Unidade Conab PAA Rio Grande do Sul, conforme quadro 11 a seguir. Constatou-se que o débito é oriundo da falta de mercadoria ocorrida por perda em transporte (Finam de 3.10.2007) pela empresa Rodoviário Matsuda Ltda.

1198 - A rubrica trata do registro das responsabilidades em inquéritos administrativos ou policiais contra servidores ou terceiros, por danos e perdas causados à fazenda nacional, e que estejam em fase de apuração. O saldo em 30.9.2011 era de R\$89.065,68, distribuído na UG(s) conforme quadro 12 a seguir. Os valores referem-se a perda em armazenagem de leite em pó, Pedidos de Indenização de Mercadorias e desvio em armazenagem com lançamento indevido.

Recomendação:

1198.1 - Recomendamos à Sureg/Gefad/RS informar à Audin as providências adotadas com vista à regularização dos débitos, bem como os n.ºs dos processos que estão conduzindo o assunto.

Tratamento das Recomendações:

De maria.lopes em 16/05/2012 como Pendente

Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.

Constatação:

1199 - A conta “Registra os valores referentes a multas e juros pagos pelo órgão, porém de responsabilidade de servidores e que estejam em fase de apuração.” Em 30.9.2011, a rubrica apresentava o saldo contábil de R\$ 957,06, registrado na UG 135556 – Unidade Conab PAA Rio Grande do Sul. O referido saldo é composto por uma multa, demonstrada no quadro 13 a seguir.

Recomendação:

1199.1 - Recomendamos à Sureg/RS informar à Audin as providências adotadas para a regularização do referido débito.

Tratamento das Recomendações:

De maria.lopes em 16/05/2012 como Pendente

Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.

Constatação:
1201 - “Registra o valor da despesa com multas resultantes do pagamento com atraso das obrigações tributárias e contributivas, como também as multas pagas pelo descumprimento de obrigações acessórias exigidas pela legislação tributária. As multas pagas pela Administração Pública estão sujeitas ao direito de regresso contra aqueles que lhes deram causa.” Em 30.9.2011, as rubricas totalizavam o saldo contábil de R\$ 7.394,35, registrado nas UG(s) 135315 – Conab Sede Sureg Rio Grande do Sul e 135556 – Unidade Conab PAA Rio Grande do Sul. Esse valor refere-se às multas e juros, que após analisadas, constatou-se que não havia apuração de responsabilidade, conforme demonstrado no quadro a seguir.
Recomendação:
1201.1 - Recomendamos à Sureg/RS informar à Audin, sobre as providências adotadas para apuração de responsabilidade dos agentes que deram causa às mencionadas multas.
Tratamento das Recomendações:
<i>De maria.lopes em 16/05/2012 como Pendente</i> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.
Constatação:
1202 - Em 30.9.2011, a rubrica apresentava o saldo de R\$46.523,84, registrado na UG 135315 – Conab-Sede Sureg Rio Grande do Sul, composto por 3 contas correntes, conforme demonstrado no Quadro 17. O plano de contas do sistema Siafi apresenta a seguinte descrição para a referida conta: “Registra os recursos apreendidos por decisão judicial através de penhora ou arresto, realizáveis a longo prazo.” As análises revelaram que os débitos são oriundos de demandas judiciais, todavia, constatou-se que não existem depósitos judiciais ou para recursos registrados no relatório IS da Caixa Econômica Federal.
Constatação:
1203 - Em 30.9.2011, a rubrica apresentava os saldos de R\$6.389.693,43, R\$40.263.162,03, R\$7.899.826,68 e R\$3.395.113,84 registrados nas UG(s) 135316 – Unidade Estoque Estratégico/RS, 135317 – Núcleo Estoque Regulador/RS – PGPM, 135442 – MO/Rio Grande do Sul e 135556 – Unidade Conab PAA Rio Grande do Sul, respectivamente. Os referidos saldos representam os direitos a receber de 119 empresas, cujos débitos são oriundos de perdas e desvios em armazenagem de produtos pertencentes aos estoques públicos. No quadro 18 destacam-se 31 devedores, para os quais serão solicitados esclarecimentos ou providências. - O item 1 está com o CPF/CNPJ incompleto e não consta o nome do correntista no Siafi; - Os itens 2 a 23 possuem valores irrisórios, o que requer análise para verificar a possibilidade de baixa contábil; - O item 24 não consta o nome do correntista. - As empresas referentes aos itens 25 ao 31 são devedoras da Companhia, e mesmo assim constatou-se estoques públicos armazenados em seus armazéns, contrariando o Normativo Interno MOC – Título 8 Documento 4 – Credenciamento de Unidades Armazenadoras: “Objetivo: credenciar, mediante a assinatura do Contrato de Depósito, as unidades armazenadoras que atenderem aos seguintes requisitos: c) a unidade e/ou agente armazenador, seus dirigentes e fiel depositário não devem possuir débitos e/ou pendências financeiras, operacionais, administrativas e jurídicas junto à Conab e/ou restrições junto ao Sistema de Registro de Controle de Inadimplentes da Conab – Sircoi e no Cadastro de Inadimplentes – Cadin;”
Recomendação:
1203.4 - Recomendamos à Sureg/RS informar à Audin o n.º dos processos judiciais dos débitos referentes aos itens 25 ao 31, caso estejam ajuizados, e esclarecer o motivo dessas armazenadoras, apesar de possuírem débitos financeiros com a Conab, continuarem armazenando produtos do Governo Federal em seus armazéns, contrariando o Manual de Operações da Conab - MOC Título 8 Documento 4 – Credenciamento de Unidades Armazenadoras.
Tratamento das Recomendações:
<i>De maria.lopes em 16/05/2012 como Pendente</i> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.
Recomendação:
1203.5 - Recomendamos à Sureg/RS depurar os débitos da rubrica (1.1.2.1.9.19.00), de forma que os valores oriundos de exercícios anteriores, sejam transferidos para o Ativo Não Circulante (LP).

Tratamento das Recomendações:
<i>De maria.lopez em 16/05/2012 como Pendente</i> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.
Constatação:
1205 - Durante a realização da presente ação de auditoria na Sureg RS, o Tribunal de Contas da União, por meio da Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Sul, esteve realizando, no período de 3.11 a 18.11.2011, levantamento na Sureg/RS com o objetivo de gerar conhecimentos sobre a estrutura e funcionamento da Conab naquela Superintendência. A equipe de auditores foi apresentada por meio de Ofício de Apresentação n.º 1490, de 24.10.2011.
Recomendação:
1205.1 - Recomendamos à Sureg RS encaminhar à Audin cópias das respostas oferecidas ao TCU em atenção aos Ofícios n.º 1-944/2011, 2-944/2011 e 3-944/2011. Ademais, solicitamos que os resultados dos trabalho do TCU sejam também encaminhados à Audin, para conhecimento.
Tratamento das Recomendações:
de glauto.melo em 03/01/2012 como Pendente As respostas os Ofícios citados foram encaminhados por meio eletrônico (e-mail), por solicitação do próprio TCU. A AUDIN foi copiada em todas as respostas dadas pela Sureg/RS. O resultado dos trabalhos do TCU integram o Processo n.º 032.839/2011-1, instaurado em 17/10/2011 naquela Corte sob o assunto "LEVANTAMENTO DE AUDITORIA NA SUREG-RS/CONAB", Rel. Min. José Múcio Monteiro. Referido processo ainda está na sua fase preliminar, sob análise, sem qualquer deliberação. O prazo estimado é 07/05/2012. de nanci.lino em 03/01/2012 como Pendente Consideramos o item pendente, aguardando o resultado dos trabalhos do TCU.